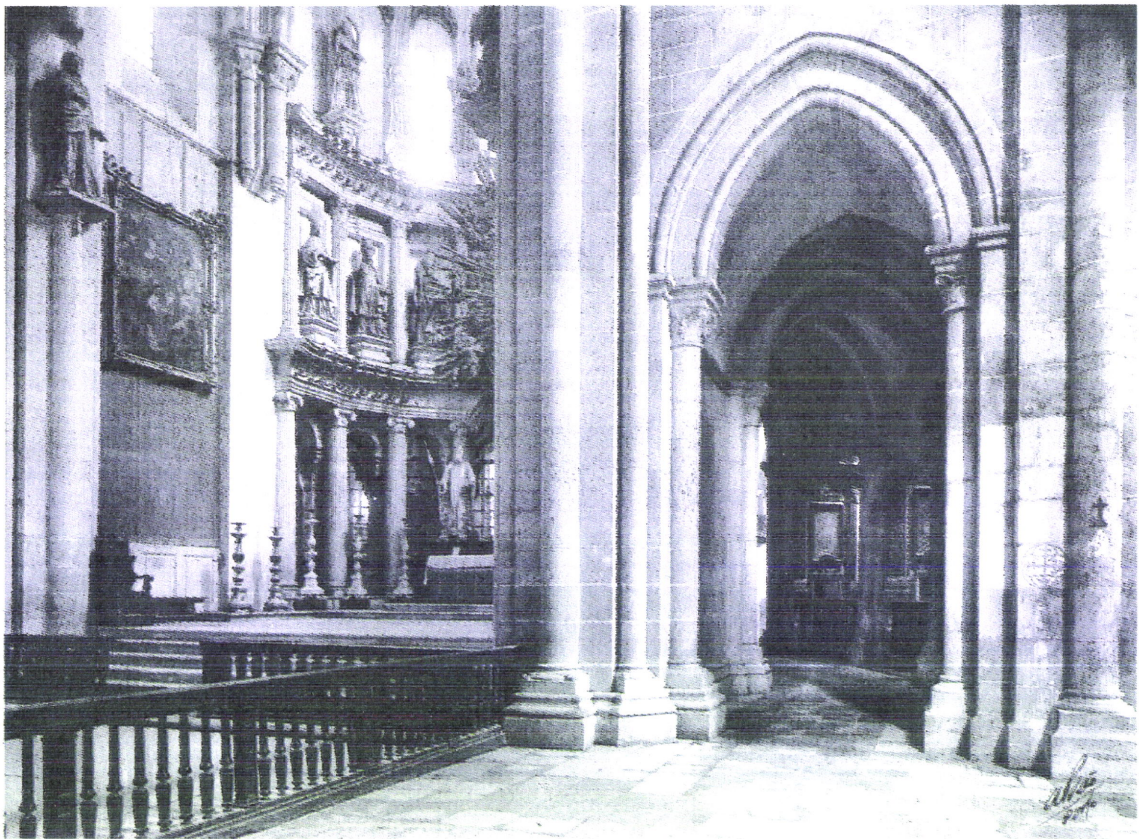


Sónia Maria do Livramento Moreira

**As intervenções da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos  
Nacionais: o caso do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça – Igreja,  
Claustro de D. Dinis e dependências monásticas**  
**Volume I – Texto**



Orientador: Prof. Arqt.º Gonçalo Nuno Pinheiro de Sousa Byrne  
Dissertação de Mestrado em  
Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico  
Universidade de Évora, 2006

Sónia Maria do Livramento Moreira

**As intervenções da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos  
Nacionais: o caso do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça – Igreja,  
Claustro de D. Dinis e dependências monásticas  
Volume I – Texto**



160 772

Orientador: Prof. Arqt.º Gonçalo Sousa Byrne  
Dissertação de Mestrado em  
Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico  
Universidade de Évora, 2006

4  
5  
6  
7  
8

## **RESUMO**

**As Intervenções da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais: o caso do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça – Igreja, Claustro de D. Dinis e dependências monásticas.**

Os séculos XVIII e XIX caracterizaram-se por acontecimentos marcantes no património arquitectónico português. Condicionalismos naturais e humanos determinaram o mau estado a que chegaram muitos dos nossos edifícios históricos, dando origem ao aparecimento de vozes de alerta que marcou o início de uma reflexão sobre a conservação do património, materializada na criação de organismos e na elaboração de leis. A Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais é o resultado dessa longa caminhada inacabada. A sua actuação caracterizou-se por um conjunto de intervenções com vista a recuperar o passado glorioso impresso nas pedras dos nossos monumentos. O Mosteiro de Alcobaça foi um dos palcos desta actuação, onde demolições e reconstruções, pautadas pela filosofia do purismo estilístico, buscaram a unidade e beleza primitivas.

## **SUMMARY**

**The actions of the Directorate-General of National Buildings and Monuments: the case of the Monastery of Santa Maria de Alcobaça – Church, D. Dinis Cloister and monastic rooms.**

The 18<sup>th</sup> and 19<sup>th</sup> centuries featured important events in the Portuguese architectural heritage. Human and natural conditions determined the poor state which many historic buildings have reached, giving way to several warning voices that were marked the beginning of a reflection around heritage conservation further materialized in the creation of institutions and the production of laws. The Directorate-General of National Buildings and Monuments is the result of this long, unfinished path. Its performance has been marked by a set of procedures implemented in order to recover the glorious past printed onto the stones of our monuments. The Monastery of Alcobaça was one of the stages of that performance, where demolitions and reconstructions ruled by purism of style craved for beauty and unity.

## AGRADECIMENTOS

As primeiras palavras de agradecimento dirigem-se ao nosso orientador Prof. Arqt.º Gonçalo de Sousa Byrne, pelo apoio científico prestado, pelas sugestões e esclarecimentos fornecidos, pelas questões levantadas e pela firmeza da sua amizade que nos ensinou a ser perseverantes.

Ao Prof. Dr. Virgolino Ferreira Jorge, coordenador do Curso de Mestrado em Património Arquitectónico e Paisagístico, devemos o entusiasmo com que nos despertou para as questões relacionadas com a conservação do património, o incentivo na escolha da temática deste estudo e o estímulo manifestado pela sua pertinência.

Não podemos deixar de mencionar também uma palavra de reconhecimento à Dr.ª Maria Augusta Trindade Ferreira, pelas imagens cedidas e pelas preciosas informações; ao Arqt.º João Pedro Falcão de Campos, pela amabilidade com que dispensou as plantas do edifício e ao Carlos Vieira pelo auxílio na realização do suporte fotográfico deste trabalho.

Por fim, à minha família que assumiu desde o início uma atitude de incentivo e confiança na concretização deste trabalho. Uma palavra especial ao meu Pai, alicerce fundamental ao longo de todo este projecto, pelo entusiasmo com que partilhou as aprendizagens, o estímulo com que me encorajou a avançar e a quem dedico este estudo.

# Índice

## Volume I – Texto

|   |           |
|---|-----------|
| <b>Introdução</b>   | <b>8</b>  |
| <b>I Parte</b>  |           |
| 1. <b>Localização</b>   | <b>13</b> |
| 2. <b>Estudo Histórico do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça: da fundação até à extinção das Ordens Religiosas</b> | <b>18</b> |
| 3. <b>Programa Arquitectónico</b>   | <b>32</b> |
| 3.1 <b>O Mosteiro Medieval</b>  | <b>35</b> |
| 3.1.1 <b>Igreja</b>   | <b>35</b> |
| 3.1.1.1 <b>Planta</b>   | <b>35</b> |
| 3.1.1.2 <b>Alçado – Interior</b>  | <b>36</b> |
| 3.1.2.1 <b>Capela-Mor</b>   | <b>36</b> |
| 3.1.2.2 <b>Transepto</b>  | <b>37</b> |
| 3.1.2.3 <b>Naves</b>  | <b>38</b> |
| 3.1.2 <b>Claustro de D. Dinis ou do Silêncio</b>  | <b>39</b> |
| 3.1.2.1 <b>Sacristia Primitiva</b>  | <b>41</b> |
| 3.1.2.2 <b>Sala do Capítulo</b>   | <b>41</b> |
| 3.1.2.3 <b>Parlatório</b>   | <b>42</b> |
| 3.1.2.4 <b>Dormitório</b>   | <b>43</b> |
| 3.1.2.5 <b>Sala dos Monges</b>  | <b>44</b> |
| 3.1.2.6 <b>Calefactório</b>   | <b>45</b> |
| 3.1.2.7 <b>Refeitório dos Monges</b>  | <b>45</b> |
| 3.1.2.8 <b>Cozinha Primitiva</b>  | <b>47</b> |
| 3.2 <b>O Mosteiro: séculos XVI a XVIII</b>  | <b>47</b> |
| 3.2.1 <b>Igreja</b>   | <b>47</b> |
| 3.2.1.1 <b>Alçado – Interior</b>  | <b>47</b> |
| 3.2.1.1.1 <b>Sacristia Moderna</b>  | <b>47</b> |
| 3.2.1.1.2 <b>Sala dos Túmulos</b>   | <b>50</b> |
| 3.2.2 <b>Claustro de D. Dinis</b>   | <b>53</b> |
| 3.2.2.1 <b>Galeria Superior</b>   | <b>53</b> |
| 3.2.2.2 <b>Cozinha Moderna</b>  | <b>53</b> |

|   |    |
|---|----|
| 3.2.2.3 Lavabo                                | 54 |
| 3.2.2.4 Claustro D. Afonso VI                 | 55 |
| 3.2.2.5 Galeria Poente                        | 55 |
| 3.2.2.5.1 Rés-do-Chão                         | 56 |
| 3.2.2.5.1.1 Sala das Conclusões               | 56 |
| 3.2.2.5.1.2 Sala dos Reis                     | 57 |
| 3.2.2.5.1.3 Hospedaria                        | 57 |
| 3.2.3 Claustro do Cardeal ou dos Noviços      | 58 |
| 3.2.4 Claustro da Biblioteca ou do Rachadoiro | 58 |

## II Parte

|   |     |
|---|-----|
| 1. A Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais: antecedentes   | 60  |
| 2. As Intervenções da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais no Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça: Igreja e dependências monásticas (1929-1960) | 90  |
| 2.1 Igreja  | 91  |
| 2.1.1 Fachadas  | 91  |
| 2.1.2 Capela-mor  | 94  |
| 2.1.3 Deambulatório   | 101 |
| 2.1.4 Transepto   | 104 |
| 2.1.5 Naves   | 106 |
| 2.1.6 Sala dos Túmulos  | 109 |
| 2.1.7 Sacristia Moderna   | 111 |
| 2.1.8 Presépio  | 115 |
| 2.2 Claustro de D. Dinis ou do Silêncio   | 116 |
| 2.2.1 Sala do Capítulo  | 120 |
| 2.2.2 Dormitório  | 121 |
| 2.2.3 Sala dos Monges   | 126 |
| 2.2.4 Cozinha   | 126 |
| 2.2.5 Refeitório  | 127 |
| 2.2.6 Sala dos Reis   | 132 |

|  |            |
|--|------------|
| <b>3. Análise das intervenções da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais</b> | <b>135</b> |
| <b>Conclusão</b>   | <b>147</b> |
| <b>Bibliografia</b>  | <b>150</b> |
| <b>Volume II – Anexos</b>  |            |
| <b>Anexo I</b>   | <b>158</b> |
| <b>Anexo II</b>  | <b>257</b> |



## INTRODUÇÃO

A conservação do património arquitectónico em Portugal tem assumido progressiva importância ao longo dos últimos anos. A este fenómeno associa-se o número crescente de intervenções e o consequente leque de problemas e dúvidas que avaliam a qualidade das actuações, consoante os critérios em vigor.

Sabemos que a protecção do património histórico e, no caso concreto, construído, encontra-se associada à necessidade de perpetuar a nossa memória identitária. Esta necessidade foi acompanhada por actuações sobre o edificado, reflexo das formas de pensar e estar face ao monumento.

Se a história da conservação do património em Portugal é recente, sabemos hoje que o evoluir dos tempos têm trazido alterações nas formas de olhar e sentir os monumentos. Novas teorias surgiram, destronando práticas anteriores. Elaboraram-se documentos internacionais com vista a uniformizar critérios de intervenção sobre o património e a criar uma linguagem comum sobre a temática. Definiram-se conceitos operativos a fim de evitar o uso impreciso da terminologia. A questão está longe, no entanto, de ser pacífica.

Ao olharmos para trás, reconhecemos em alguns momentos do passado as marcas profundas que determinados acontecimentos imprimiram na nossa herança patrimonial. O terramoto de 1755, as invasões francesas e o decreto de 1834, que expulsou as ordens

religiosas do nosso país, provocaram consequências gravíssimas com perdas irreversíveis. Como resposta, ergueram-se vozes de espíritos mais lúcidos, cujos ecos, se nem sempre foram acompanhados pelos devidos procedimentos, tiveram o mérito de despertar e sensibilizar a sociedade portuguesa de então para problemas ainda hoje actuais, permitindo o nascer de uma atenção especial sobre o património que, entre nós, era à época inexistente.

A criação da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) foi resultado de um longo percurso onde as preocupações pelo património constituíram o pano de fundo.

O trabalho que ora se apresenta pretende debruçar-se sobre a actuação da DGEMN perante um monumento concreto: o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça. A escolha do monumento prende-se com questões pessoais que nos ligam, por proximidade e afecto, ao conjunto monástico. No entanto, a dimensão do monumento obrigou à definição de limites físicos. A leitura dos documentos permitiu-nos compreender que as primeiras obras realizadas desenrolaram-se sobretudo nos edifícios de origem medieval, como a Igreja e Claustro de D. Dinis, ou em dependências de reconhecido valor artístico, como a Sacristia Moderna, ficando o restante conjunto para décadas posteriores. Por este motivo, decidimos debruçarmo-nos sobre a área ocupada pela Igreja, Claustro de D. Dinis e respectivas dependências: Sala do Capítulo, Parlatório, Sala dos Monges, Cozinha Moderna, Refeitório e Dormitório. A este núcleo, optámos por acrescentar a Sacristia Moderna, a Sala dos Túmulos e a Sala dos Reis, reunindo assim a área actualmente visitável.

Sabemos que, desde a sua criação, em 1929, e ao longo da primeira metade do século XX, a DGEMN empreendeu um conjunto de intervenções num vasto leque de monumentos. A distância temporal que hoje nos separa desse período, permite-nos assumir um olhar mais crítico sobre as actuações daquele organismo. Neste sentido, o nosso principal objectivo pautou-se por descortinar as obras realizadas no Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça e, por consequência, compreender que critérios suportavam as intervenções para assim as avaliarmos à luz de princípios internacionalmente defendidos.

Num primeiro momento, a análise caracterizou-se pela pesquisa de elementos que permitissem conhecer as obras levadas a cabo pela DGEMN, para o que foi consultado o respectivo arquivo. A investigação aqui realizada permitiu-nos contactar com um vasto acervo documental constituído por Processos de Obras, Processos Administrativos, Processos Individuais de dirigentes e técnicos e Processos Fotográficos e Iconográficos. Quer nos primeiros quer nos segundos, encontrámos todo um conjunto de documentos, de natureza diversa, do qual podemos destacar as Ordens de Serviço; os Quadros Contabilísticos, que compreendem as despesas por ano económico; os Projectos de Intervenção; os Cadernos de Encargos destinados a concursos públicos; as Memórias Descritivas; as Propostas de Obras de Ajuste Particular; o Fornecimento de Materiais; os Pagamentos de Despesa; as comunicações acerca do andamento das obras e alguns desenhos e plantas sobre o decurso dos trabalhos. O espólio fotográfico compreende uma vastidão de imagens tiradas ao longo das intervenções, a maior parte sem data, ou com legendas algo vagas, o que dificultou a identificação do tipo de trabalho efectuado que só uma análise comparada, entre a

informação proveniente dos processos de obras e administrativo e os elementos fotográficos, pôde resolver.

Toda esta documentação permitiu-nos apreender a filosofia de actuação bem como os critérios adoptados. Porém, se, por um lado, conduziu ao avanço dos nossos estudos, também é verdade que, em alguns momentos, a minúcia de certos documentos, no que se refere às obras e materiais utilizados deu lugar à indefinição de outros, dificultando uma exacta identificação dos locais intervencionados.

O contacto directo com a documentação levou-nos a definir barreiras cronológicas. Assim, optámos por estudar o período que se estende entre os anos de 1929 e 1960 por constituir uma primeira fase na vida daquele organismo e corresponder, em simultâneo, ao período de vigência do seu primeiro Director-Geral, o Engenheiro Henrique Gomes da Silva. Por outro lado, a leitura da documentação e a compreensão das obras realizadas ao longo daquele período permitiram-nos reconhecer os princípios do purismo estilístico que nortearam as intervenções.

A nossa análise desenrolou-se em dois grandes momentos. Numa primeira fase, procedemos à localização do monumento e à caracterização do espaço, seguido da contextualização histórica, procurando compreender a sua evolução ao longo do tempo. Segue-se uma breve descrição arquitectónica do edifício, que optámos por alargar aos restantes edifícios monásticos, salientando a obra do período medieval das construções posteriores correspondentes a um novo momento na vida da Ordem. Numa segunda parte do nosso estudo, quisemos descrever os antecedentes da instituição promotora das obras, a DGEMN, a fim de melhor compreendermos o seu aparecimento. Finalmente,

segue-se a enumeração das obras, as quais decidimos agrupar em função dos espaços e, deste modo, permitir uma leitura mais próxima do desenrolar das intervenções, constatando-se a realização de diversos trabalhos, na mesma altura, em diferentes partes da área em estudo.

A análise das intervenções procurou descortinar os critérios subjacentes e o seu impacto na sociedade local, realizando-se sempre que possível uma análise à luz dos conhecimentos actuais. A coroar o trabalho existem dois anexos. O primeiro, de imagens, é constituído por um levantamento fotográfico do edifício no estado actual e algumas fotografias das obras de restauro empreendidas pela DGEMN. O segundo anexo é constituído por esquemas de reconstituição da autoria de Frei Manuel dos Santos, plantas actuais e provenientes do Arquivo da DGEMN.

## I PARTE

### 1. Localização

A cidade de Alcobaça encontra-se situada na Alta Estremadura. É limitada a este pelas serras de Porto de Mós e dos Candeeiros, e a ocidente pelo mar. A norte, a região é confrontada com o concelho de Leiria e a sul pelo das Caldas da Rainha.

A extensão desta região – constituída por dezoito freguesias<sup>1</sup> – permite-nos compreender a sua diversidade geográfica e geomorfológica. Assente sobre rochas sedimentares, sobretudo de natureza calcária, esta zona atinge, em altitude, apenas cerca de 200 metros, apresentando uma clara inclinação para o mar. Os maiores valores de altitude verificam-se a norte, junto aos “*maciços calcários de Porto de Mós, transição entre o litoral e os sistemas montanhosos que fecham a oriente esta região*”.<sup>2</sup>

A sul, até Lisboa, é possível observar todo um conjunto de suaves colinas e vales apertados com comunicação entre si que, “segundo o curso dos ribeiros e de outras linhas de água, e apesar de serem mais ásperas perto de Rio Maior, esbatem-se para oeste em direcção das Caldas da Rainha e de Óbidos”.<sup>3</sup>

Além da abundância de rochas sedimentares de natureza calcária, podemos também encontrar grés, argilas e calhaus calcários.

---

<sup>1</sup> Alcobaça, Alfeizerão, Alpedriz, Bárrio, Benedita, Cela, Cós, Évora de Alcobaça, Maiorga, Martingança, Montes, Pataias, Prazeres de Aljubarrota, S. Martinho do Porto, S. Vicente de Aljubarrota, Turquel, Vestiaria, Vimeiro.

<sup>2</sup> BARBOSA, Pedro, *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central*, Lisboa, I.N.I.C., 1992, p.13.

<sup>3</sup> IDEM, *Op. cit.*, p.13.

Trata-se pois de uma região diversificada em que, a leste, a Serra dos Candeeiros contrasta com as terras baixas e o vasto areal a poente. A esta variedade geográfica corresponde também uma grande variedade de solos. Existem terrenos arenosos de fracas potencialidades agrícolas – como é o caso de algumas áreas da região do Pinhal de Leiria e da faixa a este de Óbidos -; terrenos de policultura de regadio – que constituem a principal forma de aproveitamento agrícola regional -; zonas de floresta e mato; areais incultos do litoral e uma faixa hortícola bastante rica que caracteriza, normalmente, os vales dos rios mais importantes.<sup>4</sup> Deve-se salientar aqui que, o que hoje são zonas de cultivo eram, em grande parte, pântanos, paúis e largas extensões florestais onde predominava o carvalho, o castanheiro e o sobreiro. Foi graças aos conhecimentos agrícolas dos cistercienses que esta região veio a possuir hoje áreas ricas onde o aproveitamento agrícola é possível. Mais adiante voltaremos a debruçarmo-nos sobre este assunto.

Um outro aspecto merecedor de atenção é a evolução da linha costeira. Ao longo de todo o período medieval, a linha de costa – bem diferente daquilo que é hoje – sofreu várias transformações iniciadas em épocas anteriores. Estas alterações devem-se sobretudo aos contínuos assoreamentos que se verificaram em toda a costa marítima portuguesa<sup>5</sup>. O litoral da Estremadura Central caracteriza-se pela presença de arribas que, por vezes, caem a pique, em escarpa, sobre o mar; por costa baixa e arenosa e pelo preenchimento das reentrâncias das rochas, devido à acumulação de depósitos trazidos pelos ventos vindos do interior e pelas correntes marítimas e/ou aluviões dos rios e

---

<sup>4</sup> Cf. IDEM, *Op. cit.*, p.16.

<sup>5</sup> Cf. BARBOSA, Pedro, *Op. cit.*, p. 20.

ribeiros. Foram estes fenómenos que mais se fizeram sentir, alterando a vida de muitas populações do litoral, forçando-as a migrações ou conquistando-lhes terrenos de cultura. Com efeito, assistiu-se à decadência de núcleos populacionais em determinadas áreas, como é o caso de Paredes da Vitória, onde o fenómeno do assoreamento levou ao abandono deste núcleo na 1ª metade do século XVIII.

Em alguns casos, como se disse, a acumulação de depósitos nas reentrâncias da costa rochosa, alterou beneficemente a vida das populações. Foi o que sucedeu na região de Valado de Frades, onde o assoreamento da Lagoa da Pederneira conduziu ao surgimento de terras agricolamente férteis. Este fenómeno levou o seu tempo, completando-se em meados do século XVIII. O seu estudo levanta inúmeros problemas, sobretudo no que diz respeito ao início do processo. Seria interessante estudarmos como era a costa portuguesa de norte para sul, no entanto, tal análise fugiria ao trabalho a que nos propomos. Importa, todavia, sublinhar que quando os cistercienses se fixaram em Alcobaça já a regressão teria começado, visto que, de acordo com Pedro Barbosa, “na carta de povoamento da Cella Nova (...), se mencionam os campos logo abaixo das colinas do Bário como paúis”<sup>6</sup>. Porém, a área em estudo podia ser considerada como uma região hidrograficamente rica, com a presença do porto de pesca de Paredes e de dois portos de mar: Pederneira e Alfeizerão. É de referir que, a Pederneira foi o porto marítimo mais importante da região, até ao aparecimento da Nazaré, no séc. XVII. Ainda de acordo com o mesmo autor, uma activa população piscatória exercia ali a sua actividade donde se exportavam muitos produtos do Couto.<sup>7</sup> A presença dos rios Alcoa e Baça e de diversas ribeiras enriqueciam ainda mais a economia desta região. Estes dois rios – o Alcoa, nascendo em Chiqueda, e o Baça perto do Vimeiro -, irrigavam os

---

<sup>6</sup> IDEM, *Op. cit.*, p. 22.

<sup>7</sup> IDEM, *Op. cit.*, p. 23.



campos alcobacenses, promovendo a actividade agrícola nas encostas suaves e vales férteis desta zona. A chegada dos monges trouxe consigo a drenagem e a exploração agrícola e, por consequência, a possibilidade de tornar economicamente produtivos os campos alcobacenses, até aí, como se disse, com pântanos e pauis a ocupar vastas áreas. Por outro lado, as próprias chuvas transportaram terrenos que se acumularam no sopé da serra, dando origem a áreas de cultivo da oliveira, em substituição das antigas matas.<sup>8</sup>

A actuação do clima é o factor condicionante na vegetação da região. Estendendo-se desde a Serra dos Candeeiros até ao mar, o concelho de Alcobaça inclui duas zonas climaticamente distintas, divididas pela Serra da Pescaria. Assim, encontramos uma zona protegida da acção dos ventos e areias, por aquele conjunto montanhoso. A área restante é protegida pelos pinhais que se estendem até ao litoral. A nascente, a Serra dos Candeeiros actua também como elemento protector, de grande parte do concelho, contra os ventos frios de nordeste e os ventos quentes de sudeste. Podemos classificar o clima desta região na transição entre o clima atlântico para o clima mediterrânico, pois que se verificam, em Alcobaça, o fenómeno das chamadas “precipitações ocultas”, que têm lugar durante o Verão e são resultado da condensação nocturna de massas de ar marítimo. As temperaturas médias oscilam entre os 4.7°C e 14.3°C, para a mínima, e os 13.7°C e 25.8°C, para a máxima. O vento sopra predominantemente do quadrante norte, durante todo o ano, com algumas rajadas superiores a 36 Km/hora.

No que se refere à cobertura vegetal, a região em estudo apresenta actualmente uma variedade agrícola significativa. A área a noroeste caracteriza-se pela presença de pinhal e de alguma vegetação pobre. A oliveira assume um papel predominante, sobretudo na

---

<sup>8</sup> Cf. NATIVIDADE, Manuel Vieira, *Obras Várias*, vol. I, p.22.

região que se estende da Benedita até Aljubarrota. Nas áreas suavemente onduladas, cortadas por vales e ravinas, podemos encontrar, aqui e ali, terrenos de vinha e pomares. A proximidade de cursos de água permite a existência de uma cultura de regadio.

Até meados do século XIII, a cobertura vegetal contava com grandes áreas florestais e montados, onde dominavam árvores e espécies arbustivas, actualmente em vias de desaparecimento na região, como o carvalho, o castanheiro e o sobreiro. Entre a região de Alcobaça-Óbidos e a de Rio Maior, existiria uma ligação económica baseada na exploração mineira e, muito provavelmente, na das salinas, sendo que essa ligação seria feita, muito possivelmente, pelos monges cistercienses de Alcobaça.

## **2. Estudo Histórico do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça: da fundação à extinção das ordens religiosas**

A origem de mosteiros cistercienses é diversa. Por um lado, podemos encontrar mosteiros que se filiam numa nova Ordem ou, por outro lado, também é possível verificar situações em que um grupo de monges é enviado a um determinado local com o propósito de aí erguer um mosteiro. No primeiro caso, pode ser feita a doação de um cenóbio já existente, - ou apenas um conjunto de ermidas – que se filia na nova Ordem, neste caso, cisterciense. Em Portugal, esta situação verificou-se com os mosteiros cistercienses de Santa Maria do Bouro, S. João de Tarouca, Sever e Lafões.<sup>9</sup> No caso de uma fundação, no sentido estrito do termo, os monges – (no total, doze) – são enviados pela abadia fundadora. Tal foi o caso da Abadia de Santa Maria de Alcobaça.

O território – os chamados Coutos de Alcobaça – foi doado por D. Afonso Henriques à Ordem de S. Bernardo em 1153<sup>10</sup>, porém, segundo Cocheril, a fundação deste cenóbio estaria fixada desde 1151, data em que se processaram as devidas formalidades em relação à vinda de monges e a aprovação do Capítulo Geral. De acordo com o texto da Carta de Fundação da Abadia de Alcobaça, os motivos subjacentes a esta doação de D. Afonso Henriques à Ordem de S. Bernardo parecem-nos simples. Numa época em que a ameaça muçulmana estava presente, tornava-se prioritário ocupar as terras recém-conquistadas e valorizá-las, de modo a garantir a sua defesa no caso de possíveis

---

<sup>9</sup> COCHERIL, Dom Maur, *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian – Centre Culturel Portugais, 1986, p.18.

<sup>10</sup> A Carta de Fundação de Alcobaça data de 8 de Abril de 1153. O território foi doado por D. Afonso Henriques a S. Bernardo, abade de Claraval.

ataques. Assim, a doação do nosso primeiro rei assume um significado político de grande importância: a presença destes monges-agrónomos não só dificultaria um ataque muçulmano como, por outro lado, garantiria um efectivo aproveitamento do solo. Apesar de ser esta a justificação adoptada actualmente, os monges-cronistas da Abadia deturparam o desenrolar do episódio de doação, enriquecendo-o com factos milagrosos e lendas. Este episódio, rico em imaginação, encontra-se representado num painel de azulejos da Sala dos Reis. De qualquer modo, fosse qual fosse o modo de implantação de uma comunidade cisterciense, existia sempre um problema de base: a escolha do espaço para a construção do mosteiro.

Para compreendermos a escolha do local para a edificação do cenóbio de Alcobaça, importa ter em consideração o espírito da regra cisterciense. Neste sentido, é talvez necessário recuarmos um pouco no tempo e analisarmos a emergência da Ordem Cisterciense no panorama religioso europeu da Idade Média.

É vulgar afirmar-se que o aparecimento dos cistercienses radica numa crise monástica que caracterizou a decadência da Ordem Beneditina nos finais do século XI. Porém, parece-nos mais correcto afirmar que, a dinâmica cluniacense não respondia já às aspirações de alguns monges beneditinos. Como diz André Vauchez, *“Uma nova espiritualidade vinha pôr em causa a que até então havia prevalecido”*<sup>11</sup> A ostentação da riqueza e o envolvimento em assuntos de ordem temporal conduziu os beneditinos a um progressivo afastamento do ideal do monaquismo primitivo, de cariz penitencial. No

---

<sup>11</sup> VAUCHEZ, André, *A Espiritualidade da Idade Média Ocidental. Séc. VIII-XIII*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995, p.99.

fundo, o que verdadeiramente se verificou, foi o emergir de uma nova espiritualidade que, lentamente, colocava em causa a que até então existia.

É, pois, a partir daí que se assiste à fundação da Ordem de Cister, em 1098, com Roberto de Molesme e, em 1112, com S. Bernardo que lhe concede um novo impulso. As suas linhas de força assentavam numa concepção original de vivência religiosa e numa partilha da vontade de regresso à genuína vida apostólica. A imagem de Cristo apresentava-se a esta comunidade como um modelo a imitar, por isso, a simplicidade evangélica e a pobreza tornavam-se fundamentais como prática de vida. O despojamento e a austeridade eram os alicerces fundamentais desta nova filosofia religiosa, cuja legislação foi compilada, dando origem à *Carta de Caridade*. Assim, o monge cisterciense deveria desligar-se do mundo exterior, refugiar-se na solidão e no silêncio, respeitando a clausura e o exercício penitencial. O trabalho religioso foi libertado de tudo o que o monaquismo beneditino acrescentara ao longo do tempo. Despojados da riqueza, a vivência cisterciense primava pela austeridade e pelo silêncio. Um silêncio, sublinhe-se, bastante rigoroso cuja quebra só era permitida quando os diálogos eram estabelecidos com o abade ou com o prior. A observância da *Carta de Caridade* impunha, pois, a todos os cenóbios da Ordem, a austeridade, o silêncio, a prática dos officios litúrgicos e o isolamento. É esta unidade de observância que é transposta para o espaço. Como iremos abordar mais adiante, a arquitectura cisterciense obedece a um plano padrão, apenas alterado consoante as características particulares do espaço ocupado por cada comunidade, sem que isto significasse, no entanto, falta de originalidade ou monotonia arquitectónica.

Situados muitas vezes em vales pantanosos ou clareiras no interior de florestas, estas comunidades – inicialmente humanas e, posteriormente, edificadas – encontravam-se frequentemente afastadas de povoações e não contemplavam uma actuação paroquial.

A prática deste ideal conduziu os cistercienses à criação de um sistema económico original que lhes permitiu sobreviver sem recorrer a contínuas deslocações às povoações mais próximas, evitando, deste modo, a quebra do exercício da Regra. Assim, estabeleceu-se, progressivamente, uma ligação de tal modo forte entre o monge e a terra, que, mais tarde, a História se encarregará de o designar por “monge agrónomo”.

De acordo com a Regra, o trabalho manual tornava-se uma obrigação a par dos serviços religiosos. Por que se pretendia que uma abadia cisterciense vivesse em autarcia, bastando-se a si própria, o monge, à custa das circunstâncias, especializa-se e torna-se no protótipo do homem ligado à terra. As tarefas eram distribuídas e deveriam ser rigorosamente cumpridas. Dentro do espaço da abadia, o monge encontra tudo o que é indispensável ao funcionamento da comunidade: água – pela proximidade dos rios e do mar –, terra para cultivar e todas as alfaias agrícolas necessárias. A cada um competiam tarefas discriminadas mas a vida comunitária era uma constante. Todos trabalhavam para o bem comum. Quando não estava no campo, o monge cisterciense encontrava-se na sala dos monges, em silêncio, ou circulava, religiosamente pelo claustro.

À medida que o domínio monástico crescia tornava-se necessária mais mão-de-obra para o valorizar. Uma vez que o afastamento dos monges para os campos mais distantes colocava em causa o bom cumprimento da Regra, a Ordem instituiu os chamados “irmãos conversos” que podiam demorar-se, e até residir, nas granjas espalhadas pelo

domínios, visto não serem monges no sentido restrito. Assim, encontramos duas comunidades a coexistirem no recinto do mosteiro: os monges do coro e os conversos. Para além das diferenças ao nível do serviço religioso e do trabalho agrícola, estas duas comunidades distinguiram-se também pela indumentária: os monges usavam vestes brancas, enquanto os irmãos conversos vestiam um hábito castanho e usavam barba.

Creemos estar já em condições de perceber em que medida assistimos ao aparecimento de inúmeros cenóbios cistercienses, nomeadamente da própria Abadia de Alcobaça, em locais originalmente isolados. Situada num vale e rodeada por um domínio cuja área cobria cerca de 44.000 hectares, a Abadia de Alcobaça – com tudo o que ela englobava – sofreu alterações ao longo do tempo.<sup>12</sup>

Fundada oficialmente a 8 de Abril de 1153, a tradição diz-nos que após uma primeira tentativa de fixação, uma parte da comunidade dos monges foi massacrada pelos mouros em 1195. No entanto, esta ideia carece de alguma fundamentação não só pela ausência de provas documentais que a suportem, mas também pela falta de consenso entre os estudiosos da matéria. Sabe-se no entanto que, a 10 de Maio de 1178, os monges teriam começado a edificar a igreja e a alargar os campos cultivados que, até aí, cobriam apenas uma área de 2 Km.

Em 6 de Agosto de 1223, a parte do edifício reservada aos monges foi por eles ocupada, sendo que a primeira consagração do templo teve lugar em 20 de Outubro de 1222. A fase seguinte das obras deu-se por concluída em 1252, seguida do Claustro de D. Dinis, cuja construção data de 1308. Como podemos concluir, a construção foi muito morosa,

---

<sup>12</sup> BARBOSA, Pedro, *Op.cit.*, p.13.

devido a inúmeros factores, nomeadamente a falta de recursos e a escassez de mão-de-obra. Aliás, a dimensão das obras obrigou a recorrer-se à mão-de-obra secular, uma vez que, nem o número de monges nem o número de conversos era suficiente para erguer a igreja e os edifícios anexos. A presença destes operários é comprovada pelas inúmeras marcas de canteiros que podemos observar gravadas na pedra. Por outro lado, o facto de parte da comunidade estar frequentemente dedicada a tarefas agrícolas, de modo a garantir a sobrevivência da comunidade, contribuiu para a demora das obras. É ainda de salientar que, desde a sua construção até ao presente, a Abadia de Alcobaça não parou de ser alvo de um dinamismo interventivo constante, que se manifestou ora através de acrescentos ou reconstruções, ora por intermédio de acções de conservação e restauro, ora ainda por meio de destruições provocadas ou resultado de catástrofes naturais. Como veremos mais adiante, a construção deste conjunto edificado desenrolou-se ao longo de vários séculos, manifestando claramente épocas de grande euforia construtiva, alternadas por fases de estagnação e até decadência.

Entre os finais do século XIII e o início do século XIV, os monges desenvolveram uma longa actividade: cultivaram os campos, apascentaram os rebanhos, extraíram o ferro, dedicaram-se às fainas agrícolas, instalaram as primeiras indústrias do País, desbravaram as matas, drenaram os pântanos, plantaram pomares, vinhas e olivais. Tudo isto sem nunca descurar dos ofícios religiosos. A localização em zonas isoladas levou-os, muitas vezes, a ocuparem áreas pouco afectas à agricultura, como sucedeu com a Abadia de Alcobaça. Como já foi referido anteriormente, uma vasta área da região em estudo era, durante a Idade Média ocupada por terrenos pantanosos e matas que coube aos monges drenar e arrotear. Foi a necessidade de criar condições fundamentais à sobrevivência e funcionamento da comunidade que levou os monges a



uma progressiva adaptação ao meio em que estavam inseridos. Assim, reuniram, ao longo do tempo, vastos conhecimentos de técnicas agrícolas, de irrigação e até metalúrgicas.

A actuação dos reis da primeira dinastia beneficiou largamente o potentado da Abadia através de inúmeras doações feitas pelos monarcas portugueses.<sup>13</sup> A esta generosidade real correspondeu uma progressiva devoção dos fiéis, contribuindo ainda mais para o aumento das rendas, da influência e do poderio da Abadia. É preciso não esquecer que o número de outros mosteiros filiados a Alcobaça aumentou, também, seguindo esta tendência.<sup>14</sup>

Ao longo dos dois primeiros séculos de existência, o número de conversos na Ordem era muito superior ao dos monges, mas a partir do século XIV começou a diminuir. Alcobaça não escapou a esta tendência, já que a vastidão dos seus domínios tornou difícil garantir a sua devida exploração e valorização apenas por esta comunidade. Assim, uma das preocupações fundamentais dos cistercienses foi a de povoar o seu imenso território, concedendo forais ou cartas de povoação a algumas localidades. A administração deste território estava a cargo de um conselho, constituído por vários

---

<sup>13</sup> “A generosidade de D. Afonso Henriques foi imitada por alguns dos seus sucessores, como consta dos testamentos que deixaram. D. Sancho I confirmou a doação feita por seu pai ao mosteiro, e em 1189 deu-lhe mais a granja e paul da Ota. Pouco depois doou-lhe o castelo de Abenameci, recentemente conquistado no Algarve. D. Afonso II acrescentou-o com o padroado da igreja dos Tamarães, o reguengo da Aramenha e todos os dízimos do couto, que pertenciam à Coroa. D. Sancho II doou-lhe as vilas de Porto de Mós e de Cornaga (termo de Óbidos) e o porto de Selir. D. Afonso III deu aos monges de Alcobaça o padroado da igreja de Santa Maria de Porto de Mós e Santa Maria da Golegã, a vila de Beringel, no Alentejo, uma grande quinta em Pomares, além de esmolos que lhes deixou em testamento. D. Dinis concedeu ao mosteiro o padroado da igreja de S. Tomé, em Lisboa, ordenou que em cada ano lhe dessem trinta moios de trigo e vinte de milho, do pão que para El-Rei se recolhesse no seu paul de Ulmar e Magueja, e outorgou-lhe numerosos privilégios. Entre estes figurava a dispensa da lei que proibia aos mosteiros que herdassem de seus monges e aceitassem doações; e a faculdade de exportarem fazendas de sua casa, sem embargo de restrições aduaneiras que El-Rei decretara.” In FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, vol. I, Porto, Portucalense Editora, 1967, pp. 130-131.

<sup>14</sup> “Na época de que estamos tratando eram da filiação de Alcobaça os mosteiros de monges de Seiça, Bouro, S. Paulo, Tamães, Maceira Dão e Estrela; e os de monjas de Cós, Odivelas, Almoester, S. Bento de Évora, S. Bernardo de Portalegre e Nossa Senhora de Tavira.” in IDEM, *Ibidem*.

elementos, que deveria prestar contas da sua gestão ao abade que o nomeara. Assim, as cartas de povoação tinham como objectivo satisfazer a necessidade dos monges de atrair colonos. Depois de escolhido o local, os monges definiam as condições mediante as quais deveriam entregá-lo aos colonos: o número de famílias a fixarem-se, as culturas em que se deveriam dedicar, os limites do local, etc. Quanto mais difícil era um local de povoar, – seja por razões de ordem agrícola ou outras –, maiores probabilidades existiam dos monges cederem a propriedade das terras após alguns anos de exploração (variável, consoante os casos), estimulando, deste modo, o seu povoamento. Assim, sabemos que S. Martinho e Valado foram bastantes difíceis de povoar, devido à malária existente, assim como Cela, Turquel e Cós, onde bastavam 5 e 6 anos de exploração (para os dois últimos), até se tornarem propriedade própria dos colonos. As terras férteis, como Maiorga ou Chiqueda exigiam, no mínimo, 10 anos de exploração.<sup>15</sup> Sempre que os colonos não respeitavam as condições estipuladas nas cartas de povoação, os monges reservavam-se o direito de intervir. Progressivamente, às localidades que se apresentaram como autónomas, foi concedido foral, pelo que foram surgindo diversos centros rurais que funcionavam lado a lado com as granjas, exploradas pelos irmãos conversos, e a própria Abadia. Com o decorrer do tempo, foram concedidos forais às localidades mais desenvolvidas. Deste modo, assiste-se ao aparecimento de pequenos centros rurais povoados por simples proprietários, descendentes dos primeiros colonos, enquanto outras zonas recebiam novos colonos. O saber agrícola veiculado nas granjas, através da experiência e conselhos dos monges, ultrapassava, entretanto, o limite dos coutos, chegando aqueles a serem convocados pelos reis portugueses a fim de resolverem problemas de irrigação e trabalho agrícola em vários pontos do País.

---

<sup>15</sup> Cf. COCHERIL, Dom Maur, *Alcobaça. Abadia Cisterciense de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981, p.29.



Ao longo do reinado de D. Pedro, e até D. João I, Alcobaça conheceu um período de grande desenvolvimento em que se assistiu ao aumento da extensão dos seus domínios, graças às doações reais (sobretudo de D. Pedro) e à fixação de novos colonos.

Assim, cresce cada vez mais a importância da Abadia, tornando a figura do Abade numa das personagens mais importantes do Reino, com direito a um lugar nas Cortes. O seu poder cresceu de tal modo que o exercício de parte da legislação dentro dos seus domínios não carecia de apelo real<sup>16</sup>.

Vimos, pois, como o território em estudo, dominado pelos cistercienses, foi crescendo ao longo dos tempos. Ainda que seja difícil delinear com exactidão os limites dos coutos, tentaremos, recorrendo às informações de diversos estudiosos deste tema, compor aquilo que talvez tenha sido o mapa deste tão vasto território aquando da sua extensão máxima, após doações feitas por D. João IV. Assim, os coutos eram constituídos por catorze vilas<sup>17</sup>, três das quais eram portos: Paredes, Pederneira, (o porto mais próximo do Mosteiro e o primeiro a ser povoado) e Alfeizerão, sendo que os dois primeiros ficaram envolvidos por terra, devido ao assoreamento do litoral durante os séculos XVI e XVII. A baía de S. Martinho do Porto era maior que actualmente, estando o seu porto mais importante situado ao fundo daquela, na foz da Ribeira de Alfeizerão, zona de intensa construção naval. Quer este porto como o de Salir do Porto, onde aquela actividade era igualmente intensa, desapareceram, durante o século XVII, devido ao assoreamento.

---

<sup>16</sup> Como afirma Dom Maur Cocheril, dentro dos limites dos coutos, não se ouvia gritar, como no resto do País, "*Aqui d'El-Rei!*", mas sim "*Aqui Dom Abade!*". Cf. COCHERIL, Dom Maur, *Op. cit.*, p.30.

<sup>17</sup> Alcobaça, Alfeizerão, Aljubarrota, Alvorninha, Cela Nova, Cós, Évora de Alcobaça, Maiorga, Paredes, Pederneira, Salir do Mato, Santa Catarina, S. Martinho do Porto e Turquel.

As divisões administrativas de hoje não correspondem obviamente ao traçado original, pelo que, os coutos compreendiam os actuais concelhos de Alcobaça e Nazaré, bem como parte dos concelhos da Marinha Grande, Porto de Mós e Caldas da Rainha.

Todo este crescimento e riqueza foi lentamente deturpando o ideal de austeridade inicialmente proposto e a observância monástica sofreu grandes alterações. O despojamento e a simplicidade foram, pouco a pouco, colocados de lado.

Com a sua subida ao trono, D. João I restabeleceu a situação material do Mosteiro, alterada por alguns reis portugueses, que retiraram ao Mosteiro parcelas anteriormente anexadas por este. Foi também sob indicação daquele monarca que o abade D. João Dornellas foi nomeado, instituindo uma administração de cariz quase feudal, caracterizada pelo aumento dos impostos sobre os colonos e pela interpretação parcial de diversas cartas de foral, de modo a nunca sair prejudicado. Perante a absoluta autoridade do abade sobre o domínio monástico alcobacense, de nada valeram as queixas e apelos dirigidos ao rei por parte da população. A riqueza da abadia crescia, sem que o Abade aplicasse parte dos lucros no desenvolvimento do espaço monacal. Com esta situação, a decadência tornou-se impossível de adiar.

Durante o reinado de D. Afonso V, D. Nicolau Vieira concede o seu lugar de abade ao arcebispo D. Jorge da Costa, em troca de uma avultada renda anual de 150 000 réis. Esta venda – avessa ao direito eclesiástico - revoltou os monges que acabaram por expulsar D. Nicolau da Abadia e, mais uma vez, recorrer ao monarca. Novamente, a importância e poder da figura do Abade, adquiridos ao longo dos tempos, impediram

que o rei pudesse intervir. A agravar esta situação estava o facto de D. Jorge ter amistosas relações com a Cúria Romana, – pelo que, também dali, reunia apoio – e ser *primeiro-ministro de D. Afonso V.*<sup>18</sup> Assim, impossibilitados de resolverem a situação, os monges e demais população dos domínios monásticos viram-se a braços com uma pesada carga fiscal e a pilhagem da Abadia pelos administradores do Abade. A sua política caracterizou-se também pelo encerramento do noviciado e o aumento das suas próprias rendas.

Em 1505, a Abadia é entregue a D. Jorge de Melo que, em 1519, abandonou o cargo de abade a favor do infante D. Afonso, irmão do futuro D. João III. De acordo com a descrição de Frei Manoel dos Santos (1710), a situação de Alcobaça era bastante má aquando de uma das visitas do infante:

«Os monges andavão desconsoladissimos por lhes faltarem com quasi tudo; & as igrejas dos Couttos, tudo caindo e ameaçando ruina; porque depois da morte de El-Rey D. Manoel não se avia posto huma pedra sobre outra, nem se avia acudido aos Monges com cousa alguma de roupa para se vestirem.»<sup>19</sup>

Para resolver esta situação, o infante, ajudado pelo então abade de Claraval, Dom Edme de Saulieu, conseguiu restabelecer a observância da Regra depois de 1533. Com a sua morte, e à revelia dos interesses dos monges, D. João III colocou o seu irmão, Cardeal-Infante D. Henrique, como novo comendatário. Este conseguiu, em 1567, por parte de Roma, completa autonomia sobre os religiosos, libertando-os da jurisdição da Ordem. Quando subiu ao trono em 1578, devido ao desastre de Alcácer Quibir em que D.

---

<sup>18</sup> COCHERIL, D. Maur, *Op. cit.*, p.32.

<sup>19</sup> In COCHERIL, Dom Maur, *Op. cit.*, p.29.

Sebastião perdeu a vida, decidiu que as rendas da Abadia seriam divididas em duas partes desiguais: a menor para os religiosos e a maior para os administradores comendatários. Na mesma altura, nomeou arcebispo de Lisboa D. Jorge de Almeida para o substituir na administração e exploração de Alcobaça. Entretanto, e sem que os monges tivessem sido ouvidos, D. Jorge foi nomeado chefe da Congregação Autónoma, criada por D. Henrique. Após a sua morte, um período igualmente conturbado se seguiu, com os monges ansiosos por reaverem os direitos retirados à Abadia. De facto, cada vez mais distante da sociedade que o viu nascer, o programa original da Regra diluíra-se e a Ordem deixara-se ultrapassar por outras ordens religiosas que entretanto surgiram.

Só após 1640, com a subida ao trono de D. João IV, a situação se alterou, tendo, então, início um período de grande dinamismo intelectual e artístico. Este monarca concedeu novos direitos e privilégios à Abadia, conduzindo a comunidade cisterciense de Alcobaça a um progressivo enriquecimento. Os edifícios foram restaurados e repovoados os domínios alcobacenses. Alcobaça tornava-se, então, cabeça da Ordem e o seu abade assumia o título de Abade Geral da Congregação, cortando-se as relações entre os monges portugueses e a restante Ordem de Cister. Durante o reinado de D. João IV, assistiu-se igualmente a um intensificar da produção literária por parte dos chamados monges cronistas, foi o caso de Frei António Brandão, Frei Francisco Brandão e Frei Manoel dos Santos. Foi também a partir desta época que a produção artística sofreu um considerável desenvolvimento, nomeadamente nas artes da talha e da olaria, dando origem a peças de grande valor para a arte portuguesa dos séculos XVII e XVIII. Os abades da Congregação levaram a cabo, também neste período, a construção dos edifícios a nascente do Mosteiro, que envolvem os claustros do Cardeal e da Biblioteca, bem como o Colégio Nossa Senhora da Conceição, no antigo local de Santa

Maria-a-Velha. Com a sua destruição, aquando do terramoto de 1755, o Colégio foi transferido para a ala sul da fachada principal, edificada nesse período. No século XVIII, destaca-se ainda a construção da biblioteca, cujo valor e riqueza se espalhou pela Europa.

A administração da Congregação Autónoma Portuguesa trouxe diversas consequências para a abadia de Alcobaça. Se, por um lado, foi levado a cabo um conjunto de obras aos edifícios cistercienses, a verdade é que, a actuação dos comendatários e seus agentes colocou os religiosos numa situação bastante delicada. Com efeito, os monges viviam dias difíceis com a administração em vigor e procuravam, a todo o custo, resistir-lhe. Por seu lado, as populações dos coutos, igualmente vítimas dessa gestão abusiva, apenas conseguiam ver nos monges, agentes da mesma administração. Talvez por isso não nos seja difícil compreender a actuação das populações quando, em 1834, as ordens militares são extintas e diversos mosteiros pilhados, como sucedeu com a Abadia de Alcobaça.

Os novos direitos e privilégios concedidos por D. João IV, conduziram a um enriquecimento da comunidade cisterciense de Alcobaça que, no entanto, foi abalado pelo terramoto de 1755 e as inundações de 1772, provocando graves danos na Abadia, obrigando os religiosos a recorrerem a empréstimos pedidos para a realização das obras necessárias. As dívidas daí decorrentes acumularam-se e os monges não conseguiam fazer face aos prejuízos, caminhando para a decadência financeira.

Quando, em 1810, as tropas napoleónicas entraram em Alcobaça, a Abadia foi invadida e saqueada; queimado o cadeiral manuelino e profanados os túmulos de D. Pedro e D.

Inês. Inúmeras estátuas sofreram mutilações e algumas dependências do Mosteiro foram incendiadas. Estes acontecimentos agravaram a situação económica da Abadia e impossibilitava recorrer-se a mais empréstimos para a sua reconstrução. Os ideais revolucionários prejudicaram ainda mais o Mosteiro, na medida em que aumentavam as hostilidades contra a Igreja, vista como um representante de um poder e de uma sociedade que se pretendia derrubar. Por outro lado, estavam gravadas nas memórias das populações as atitudes opulentas dos abades comendatários de quem os monges eram vistos como representantes, o que muito terá contribuído para o aumento de comportamentos anti-clericais.

Após a guerra civil que opôs D. Miguel e D. Pedro, os monges, apoiantes do absolutismo, abandonaram o Mosteiro com medo de eventuais retaliações, em 1833, com a primeira vitória dos liberais. Em consequência, a população dos coutos e alguns soldados franceses pilharam a Abadia, destruindo inúmeras obras de arte.

Após a extinção das ordens religiosas e a saída dos monges do Mosteiro, este foi ocupado pelo Exército e pela administração pública. O restante espaço foi vendido em hasta pública. No Refeitório dos monges foi instalado o teatro da vila, ocultando-se assim, sob camadas de estuque, a beleza arquitectónica daquele espaço. As construções desocupadas acabaram por, à custa do abandono a que estavam votadas, ameaçar ruína.

No século seguinte, a Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais procedeu à realização de diversas campanhas de restauro no Refeitório, no Dormitório e na Igreja. Sobre estas intervenções dedicaremos uma maior atenção numa fase mais avançada deste estudo.



### 3. Programa Arquitectónico

A caracterização do plano arquitectónico do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (ver Anexo I - figs. 1 e 2) exige uma breve reflexão sobre a filosofia orientadora da Ordem de S. Bernardo. Ainda que os documentos primitivos da Regra não façam qualquer alusão a princípios de ordem estética, é neles que podemos encontrar as razões desta arquitectura *simples* e despojada. Com efeito, a Carta de Caridade, redigida por Étienne Harding, entre 1114 e 1119<sup>20</sup>, na qual se definem os princípios orientadores da organização da Ordem de Cister, não se preocupava tão somente com os edifícios mas igualmente com a manutenção da unidade entre os mosteiros da Ordem.<sup>21</sup> Em 1125, S. Bernardo elaborara uma feroz crítica ao luxo e ostentação vividos entre a Ordem de Cluny, através da *Apologia ao Abade Guillaume de Saint-Thierry*. Neste documento, o monge critica a forma de vida dos beneditinos, apontando-lhes o progressivo afastamento dos ideais de austeridade, despojamento e simplicidade. É sobretudo neste documentos que podemos encontrar a explicação para as características da arquitectura cisterciense, pois todas as ideias presentes relativas à prescrição do luxo, da riqueza, das representações figurativas, foram adoptadas pelo Capítulo Geral de 1134, quando as concepções de S. Bernardo são impostas a toda a Ordem, tornando-se numa verdadeira norma na construção artística. Os abades decidem a abolição da escultura e da pintura nos mosteiros da Ordem, permitindo somente a imagem de Cristo pintada sobre uma cruz de madeira, no altar-mor da Igreja; o pavimento deveria ser sóbrio e os vitrais

---

<sup>20</sup> Cf. NASCIMENTO, A. Aires (Introd.), *Cister. Documentos Primitivos*, Lisboa, Edições Colibri, 1999, pp.63-67.

<sup>21</sup> «...de tal modo que nos nossos actos não haja qualquer discrepância, mas vivamos numa só caridade, uma única regra e costumes semelhantes.», *Carta de Caridade*, cap. III, ext. NASCIMENTO, A. Aires, *Op. Cit.*, p.70.

incolores, para que uma luz branca os trespassasse. As próprias alfaias sagradas deveriam ser simples e despojadas de decoração.

Assim, encontramos na arquitectura cisterciense dois princípios fundamentais: despojamento e austeridade. As construções desta Ordem abdicam do luxo e de tudo o que poderia funcionar como uma satisfação aos sentidos, pois entendiam que a matéria dificulta o caminho da perfeição. Por outro lado, o elevado custo dessas obras opor-se-ia ao voto de pobreza professado. Deste modo, o mosteiro é o meio usado pelo monge para alcançar a santidade. É um local concebido unicamente para a satisfação das suas necessidades espirituais e temporais. Daí que nada devesse existir que o distraísse mas, pelo contrário, o ambiente deveria ser de tranquilidade e paz.<sup>22</sup> À simplicidade total e à austeridade da construção, junta-se então uma outra característica, igualmente fundamental, para compreendermos a arquitectura de Cister: a funcionalidade. Sendo o mosteiro um espaço onde o monge cultiva o seu espírito na busca da santidade, a arquitectura deve contribuir para que esse objectivo seja atingido. Por isso, os ideais presentes na Regra de S. Bento são fervorosamente defendidos por S. Bernardo: a decoração e tudo o que é supérfluo deveriam desaparecer do mosteiro, para que nada perturbasse o monge na sua busca de Deus e no seu aperfeiçoamento espiritual. É neste sentido que se torna possível compreender a lógica da arquitectura cisterciense, na medida em que cada espaço, cada sala, cada posicionamento dos edifícios, obedece a uma lógica coerente e tem uma função definida. A própria robustez das construções cistercienses reflectem a força de Deus que o monge deve adoptar como exemplo na sua caminhada espiritual.

---

<sup>22</sup> Cf. PEREZ, José Carlos Valle, "La arquitectura cisterciense: sus fundamentos", *Cistercium*, 151, 1978, pp. 275-289.

Estas características estão presentes – com maior ou menor rigor – em todas as abadias cistercienses, conferindo-lhes um ar familiar mesmo além-fronteiras. A uniformidade presente nas construções cistercienses deve-se a quatro factores fundamentais<sup>23</sup>:

- a) a estrita observância da Regra em obediência à *Carta de Caridade*;
- b) o sistema de filiações que permitia um contacto regular entre a casa-mãe e as abadias-filhas, velando para a manutenção da ordem e do respeito pelas normas, facilitando assim a sua coesão;
- c) Capítulo Geral Anual, onde se discutiam questões internas e se evitava o desrespeito pela observância;
- d) o procedimento dado na construção dos edifícios. Esta era levada a cabo pelos monges com a ajuda dos irmãos conversos que, orientados por outro monge interveniente em construções anteriores, aplicava métodos e conhecimentos que vira realizar na abadia precedente, dando assim origem à criação de uma tradição arquitectónica.

É, pois, por todas estas características que podemos falar de uma tipologia cisterciense. A disposição dos edifícios era simples e eficaz. Encontravam-se organizados em torno do claustro – espaço mais ou menos quadrado, rodeado por quatro galerias abobadadas. Tal como o dia é dividido pela Regra em momentos reservados à oração (alma), ao estudo (espírito) e às tarefas materiais (corpo), assim os edifícios à volta do claustro eram congregados pela liturgia (igreja, edificada no local mais elevado, a norte ou a sul), as pesquisas e ocupações intelectuais na ala oriental (Sala do Capítulo, Sala dos

---

<sup>23</sup> Cf. IDEM, *Ibidem*.

Monges, *Armarium*), e, por fim, a satisfação de necessidades materiais (Lavabo, Cozinha, Calefactório, Refeitório), no lado oposto à igreja. Esta descrição constituía apenas um artifício que permitia justificar a disposição dos edifícios.

Assim, é também possível encontrarmos em Alcobaça esta disposição-padrão que serviu de modelos às abadias cistercienses. A sua descrição exige, no entanto, um reparo que nos parece importante. A construção do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça conheceu duas grandes fases que marcaram a história do edifício. A primeira fase decorreu do século XII ao século XIII – foi o período áureo da implantação e expansão. A segunda, estendeu-se desde o século XVI à primeira metade do século XVIII e caracterizou-se pela construção de novos edifícios a norte do conjunto original. Traduziu-se num período de apogeu da abadia, em que as diversas construções traduziam o enriquecimento da Ordem. Por esta razão, a nossa análise dividir-se-á em dois momentos: o mosteiro medieval e o edifício a partir do século XVI.

### **3.1 O Mosteiro Medieval**

#### **3.1.1 Igreja**

##### **3.1.1.1 Planta**

A Igreja do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça apresenta uma planta em cruz latina, com três naves, cabeceira composta inicialmente por nove capelas radiantes não salientes, em planta trapezoidal, edificadas no prolongamento do *presbyterium* e separadas por uma parede recta. A comunicação entre elas é feita pelo deambulatório. O transepto é saliente e o corpo da Igreja é constituído por três naves de 12 tramos, sendo as colaterais mais estreitas que a nave central.

### 3.1.1.2 Alçado – Interior

#### 3.1.1.2.1 Capela-mor

A Capela-mor está orientada a nascente. (ver Anexo I - figs. 3-5) Quer o *presbyterium* quer as capelas radiantes são de cobertura abobadada.(ver Anexo I – fig. 6) No lado direito de cada capela foi cavado um nicho – a credência<sup>24</sup> – onde os monges colocavam o cálice e outros objectos necessários aos ofícios divinos. Como já foi referido, a comunicação entre as capelas é feita através do deambulatório (ver Anexo I – figs. 7 – 9), cuja altura atinge 8,10m até à chave da abóbada, e tem 2,80m de largura.<sup>25</sup> Encontra-se dividido por arcos torais que assentam nos pilares adossados às paredes das capelas e nos ábacos das colunas da capela-mor. Muito se discute acerca da originalidade da actual cabeceira. Sem querermos aprofundar este assunto, que fugiria certamente ao âmbito do nosso trabalho, iremos apenas traçar algumas considerações que permitirão conhecer um pouco do estado da questão sobre a originalidade da actual cabeceira da igreja do Mosteiro de Alcobaça. Alguns autores defendem ter sido construída sobre uma planta rectangular, no entanto, não existem ainda provas que nos permitam elaborar conclusões definitivas. O que é certo é que a actual cabeceira não obedece ao plano primitivo bernardino, descrito por Elis Lambert como “*uma nave com duas colaterais, um transepto e um coro pouco profundo de cabeceira direita, integrando capelas rectangulares*”.<sup>26</sup> Dado que a cabeceira da igreja da abadia de Claraval sofreu alterações, os estudiosos optaram por numerar os diferentes estados de construção. Assim, a primeira cabeceira construída em Claraval é vulgarmente designada por Claraval I; a segunda, construída em vida de S. Bernardo, Claraval II e, a última, alterada após a sua morte, designou-se por Claraval III. Também em Alcobaça, Cocheril

---

<sup>24</sup> Cf. COCHERIL, Dom Maur, *Op. cit.*, p.51.

<sup>25</sup> *Ibidem.*

<sup>26</sup> Ext. COCHERIL, Dom Maur, *Op. cit.*, p.43.

aplica esta distinção, defendendo que a primeira Igreja – Alcobaça I – respeitava a planta bernardina. A alteração que, segundo o autor, posteriormente se teria feito, dever-se-ia à necessidade de se edificar uma igreja maior. Assim, Alcobaça I seguiria o plano bernardino – Claraval II – cuja única igreja que chegou até nós é a da abadia de Fontenay. A possível alteração da cabeceira de Alcobaça seguiria a planta de Claraval III, uma vez que é possível constatar clara influência entre a actual planta da abadia portuguesa e a sua congénere francesa. Daí que tenhamos, hoje, em Alcobaça, uma cabeceira constituída por nove capelas radiantes e um deambulatório. A escolha desta solução construtiva justificar-se-ia pelo crescimento da comunidade e a consequente necessidade de edificar um maior número de capelas, de modo a respeitar a norma que a Observância impunha, segundo a qual só era permitida a celebração de uma missa por dia em cada capela.

Com o objectivo de respeitar o princípio da simplicidade, os construtores eliminaram as saliências exteriores daquelas capelas e, tal como aconteceu em Claraval, construíram no seu topo uma parede de alvenaria com nove panos.

Se inicialmente teríamos uma cabeceira com nove capelas radiantes, sabe-se hoje que a sexta capela a partir da esquerda foi eliminada aquando da construção da nova sacristia, para a qual serve de passagem.

#### **3.1.1.2.2 Transepto**

É constituído por duas naves, e quatro capelas escalonadas com cobertura em abóbadas de aresta sem nervuras. Na parede norte do transepto, encontramos a porta da sacristia primitiva, a porta da escada do dormitório e uma pequena abertura rectangular. No

braço sul (ver Anexo I – figs. 10 e 11) abrem-se a Porta dos Mortos (ver Anexo I – fig. 12), que dava acesso ao cemitério dos monges, a porta da Sala dos Túmulos (ver Anexo I – fig. 13) e outra porta de menores dimensões, que dá para uma escada de ligação aos telhados. A cobertura abobadada do transepto é da mesma altura da nave central.

Ainda no braço sul do transepto abrem-se duas capelas. A primeira, junto ao topo, recebe o Grupo Escultórico da Morte de S. Bernardo (ver Anexo I – fig. 14) datado do século XVIII.<sup>27</sup> A seu lado ficava a Capela de S. Pedro ou dos Actos dos Apóstolos (ver Anexo I – fig. 15) e, em frente, encontra-se o Túmulo de D. Pedro (ver Anexo I – figs. 16 e 17).

No braço norte (ver Anexo I – fig. 18), que recebe o Túmulo de D. Inês de Castro (ver Anexo I – figs. 19 – 22), rasgam-se duas capelas hoje vazias. (ver Anexo I – fig.23) No topo deste lado do transepto, é possível ver-se hoje a porta da antiga Sacristia, tapada pelo Altar do Arcanjo S. Miguel antes das obras realizadas pela DGEMN. (ver Anexo I – fig. 24) e, sobre ela, o vão de onde partia a Escada das Matinas que ligava o Dormitório dos Monges à Igreja. (ver Anexo I – fig.25)

### **3.1.1.2.3 Naves**

O corpo do templo é totalmente abobadado, elevando-se as coberturas à mesma altura. As naves colaterais têm metade da largura da nave central e são as três cobertas por abóbadas de quatro panos com nervuras. (ver Anexo I – figs. 26 – 30)

---

<sup>27</sup> Era inicialmente dedicada a S. Vicente. Cf. COCHERIL, Dom Maur, *Op. cit.*, p.93.

A nave central era dividida em três zonas separadas por estruturas de madeira onde funcionavam três coros. O primeiro côro – dos monges - situava-se no espaço compreendido entre os pilares 9, 10, 11 e 12, aos quais é preciso acrescentar os dois pilares do transepto que seguem no prolongamento daqueles. O coro dos conversos localizava-se na área delimitada pelos pilares 3, 4, 5, 6 e 7. Finalmente, entre os dois coros situava-se o côro dos enfermos. (ver Anexo II - fig. 1)

### **3.1.2 Claustro de D. Dinis ou do Silêncio**

O Claustro de Alcobaça foi construído durante o reinado de D. Dinis, cuja designação adoptou, com dinheiro deixado em testamento por D. Afonso III.<sup>28</sup> É igualmente conhecido por Claustro do Silêncio (ver Anexo I – figs.31 – 34), em virtude da Regra impor este preceito.

Os seus autores foram os arquitectos Domingo Domingues e Mestre Diogo que sucedeu o primeiro. É considerado um dos maiores claustros cistercienses e foi concluído em 1311, apresentando características góticas de transição, o que se justifica pelo facto dos cistercienses não serem totalmente alheios da sua contemporaneidade artística. Apesar do termo “claustro” definir as quatro galerias que o formam, os cistercienses atribuíam a três delas designações que reflectiam a função que serviam. Assim, a ala sul (ver Anexo I – figs. 35 e 36), que corre no prolongamento do corpo da igreja, era designada por Claustro da Leitura, dado que aí os monges, sentados nos bancos, escutavam a leitura feita em voz alta por um deles. A ala nascente era chamada Claustro do Capítulo, por dar acesso à sala com o mesmo nome. A galeria norte (ver Anexo I – figs. 37 e 38), que em Alcobaça conduzia ao refeitório, era, por esse mesmo motivo assim designada.

---

<sup>28</sup> Cf. GUSMÃO, Artur Nobre de, *A Real Abadia de Alcobaça*, Lisboa, Livros Horizonte, 1992, p.110.



Finalmente, a ala que estabelecia a ligação entre o Claustro do Refeitório e o da Leitura não tinha qualquer designação específica pois funcionava como um local de passagem. A cobertura é feita em abóbada, com arcos torais de volta perfeita e ogivas.

Trata-se de uma construção mais recente que os outros edifícios conventuais. Normalmente os cistercienses construíam um claustro provisório com as galerias da Leitura e do Capítulo. Posteriormente, edificavam o edifício definitivo. Em relação ao Mosteiro de Alcobaça, existe uma certa contestação face à existência de um claustro anterior ao de D. Dinis. Segundo Cocheril tal hipótese não carece de dúvidas, pois afirma existirem ainda vestígios de um primeiro claustro.<sup>29</sup>

As construções que compõem o claustro distribuem-se da mesma maneira em todos os mosteiros da Ordem. No caso de Alcobaça, abandonando a Igreja pelo braço norte do transepto, entra-se numa pequena dependência, composta por duas divisões: a antiga sacristia e o *armarium*. Saindo para a galeria do claustro, e continuando a percorrê-lo, temos, no rés-do-chão, a Sala do Capítulo, o Parlatório, a Escada do Dormitório e a Sala dos Monges. No primeiro andar, e ocupando toda a extensão do claustro dos Monges, situa-se o Dormitório. Na galeria do Refeitório, encontramos, actualmente, a Cozinha do século XVIII. Porém, de acordo com a planta medieval adoptada por Cocheril, localizar-se-ia, nesta zona, o Calefactório, seguido pelo Refeitório dos Monges e a Cozinha Primitiva. Na galeria poente do claustro, e em direcção à ala da Leitura, teríamos, de acordo com o programa da Regra, no rés-do-chão, o Refeitório dos Conversos e, no primeiro andar, o respectivo Dormitório. A seguir existiria uma passagem, para os conversos, entre o exterior e o interior do edifício. A sala seguinte era

---

<sup>29</sup> Cf. COCHERIL. Dom Maur, *Op. cit.*, p.58.

constituída pelo celeiro que terminava já na parte final do corpo da igreja. Na verdade, os edifícios que actualmente compõem esta ala nada parecem corresponder à ala dos conversos. No seu lugar encontramos, de norte para sul, o Palácio Abacial com o claustro de D. Afonso VI, a Sala das Conclusões e a Sala dos Reis. A questão que se levanta é justamente a de saber onde se localizaria a primitiva ala dos conversos, sabendo-se que, após algumas sondagens realizadas junto à fachada da ala norte foi possível encontrar vestígios do que, segundo algumas opiniões, indicaria a presença de um claustro. Estaria ali a ala dos conversos? Tudo isto não passam obviamente de hipóteses, visto que seriam necessárias mais sondagens arqueológicas que permitissem fundamentar, ou, pelo menos, elaborar mais hipóteses.

#### **3.1.2.1 Sacristia Primitiva (ver Anexo I – fig. 39)**

A actual sacristia, de que falaremos adiante, não é a primitiva. Esta integrava-se na ala dos monges, com comunicação para o claustro, confinando com o braço norte do transepto, onde uma porta daria acesso à Igreja. As suas pequenas dimensões explicam-se pelo reduzido número de casulas brancas usadas pelos monges na celebração das missas. Tratava-se, pois, de uma pequena sala, com uma janela aberta a nascente e de cobertura com abóbada de berço. Junto a este espaço situava-se o *armarium*, cujos vestígios desapareceram. O crescimento da comunidade cisterciense terá obrigado à construção de uma nova sacristia, no reinado de D. Manuel.

#### **3.1.2.2 Sala do Capítulo (ver Anexo I – figs. 40 e 41)**

Era, a seguir à Igreja, o espaço mais importante da abadia, pois ali eram discutidas as grandes decisões que influenciariam a vida da comunidade. O seu nome deve-se ao facto de, todas as manhãs, os monges ali se reunirem para escutarem a leitura de um

capítulo da Regra de S. Bento. Era nesta sala que o abade era eleito e que os monges confessavam, com suprema humildade, as suas desobediências à Regra. Também aqui se distribuía o trabalho, se pronunciavam os votos dos postulantes e se tratavam todos os assuntos relativos à vida da abadia.

O acesso a esta sala é coroado por uma bela arcada em volta perfeita, assente sobre duas ombreiras ornadas com colunelos. De um e de outro lado desta fachada, encontram-se duas aberturas, através das quais a restante comunidade abacial via e ouvia, do Claustro, o Abade que, apenas com os Monges do Coro, se reunia na Sala do Capítulo.

Trata-se de um compartimento quadrangular de cobertura abobadada assente sobre quatro colunas. A sala é iluminada por três janelas abertas a nascente. Ainda que em Alcobaca já tenham desaparecido, à volta deste compartimento estavam dispostos bancos de pedra.

Em 1180, o Capítulo Geral define que os abades deveriam ser sepultados neste espaço capitular, daí que o chão desta sala se encontrasse preenchido com as pedras tumulares dos abades perpétuos dos séculos XIII e XIV, juntamente com as dos abades trienais que se lhes seguiram. À exceção de um túmulo colocado à entrada da Sala do Capítulo, e cuja identificação se desconhece, todos os outros desapareceram.

### **3.1.2.3 Parlatório (ver Anexo I – figs. 42 e 43)**

Situado a seguir à Sala do Capítulo, este espaço é um corredor com cerca de 5 metros de largura. Abre, de um lado, para o Claustro, por um arco de volta perfeita, e do outro,

existe uma porta que conduziria possivelmente os monges alcobacenses para o exterior, concretamente, para a horta. A sua cobertura também é abobadada.

Após a reunião que diariamente tinha lugar na Sala do Capítulo, o prior permanecia neste local para ouvir os monges que desejavam falar com ele. Era um espaço onde o silêncio regulamentado poderia ser quebrado.

Actualmente, é neste espaço que funciona a loja do Mosteiro de Alcobaça.

#### **3.1.2.4 Dormitório**

Em todas as abadias cistercienses o Dormitório dos monges situava-se no primeiro andar do edifício (ver Anexo I – fig.46), por cima do Claustro do Capítulo, ocupando a totalidade da área da ala nascente do Claustro de D. Dinis. Dividido em três naves, por duas linhas de colunas, de onze tramos cada uma, a sua cobertura é de cruzaria de ogivas.(ver Anexo I – figs. 47-51) A decoração, tal como a Regra impõe, é bastante depurada: colunas monolíticas com capitéis sóbrios. A iluminação era feita através de janelas estreitas, no entanto, intervenções posteriores – séculos XVI e XVII – alargaram aquelas aberturas quando o dormitório foi dividido para servir de aposento dos abades gerais. (ver Anexo II - fig. 5) Quando o dormitório sofreu esta adaptação, o espaço estaria dividido por pequenos tabiques, perpendiculares às paredes longitudinais, que separavam as camas dos monges umas das outras. As marcas deixadas por esses tabiques podem ainda hoje ser vistas em algumas colunas. Na zona contígua à igreja situar-se-ia inicialmente a cela do abade. No lado oposto, que dá para a Praça D. Afonso Henriques, localizavam-se as latrinas. Em Alcobaça, quer a cela do abade quer as

latrinas desapareceram. Por cima do Dormitório, localizava-se um pequeno campanário, através do qual o sacristão despertava os monges.

Em 1716, a fachada norte desta sala foi totalmente reconstruída.

O acesso ao Dormitório dos Monges era feito através de uma escada (ver Anexo I – fig.49) localizada logo a seguir ao parlatório. De acordo com a Regra Cisterciense existiriam duas escadas que dariam acesso àquele espaço: a escada das Matinas, com ligação directa à Igreja através do transepto, e a que ligava ao Claustro do Capítulo. A escada que hoje conhecemos é resultado de uma intervenção de restauro levada a cabo pela Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, como veremos adiante, e cuja reconstrução utiliza as abóbadas do Parlatório e da Sala dos Monges. Uma outra escada existiria sobre a antiga Sacristia, permitindo o acesso entre o Claustro D. Dinis e o Dormitório e deixando intactas as referidas abóbadas, mas as obras realizadas no início do século passado encarregaram-se de as eliminar.

### **3.1.2.5 Sala dos Monges (ver Anexo I – figs. 52 – 55)**

A seguir à escada que dava acesso ao Dormitório, situa-se a Sala dos Monges. Por não constar da lista dos lugares regulares, pensa-se que este espaço fosse, inicialmente, dedicado ao noviciado que, enquanto não era professo, deveria estar separado dos monges, excepto durante os officios do coro e nas refeições. Pelo menos até 1487, esta sala terá pois servido de noviciado, data em que os noviços passaram para os novos edifícios então construídos. A partir daí, este espaço tornou-se num local onde a comunidade esperava o Abade para juntos se dirigirem ao Refeitório. A designação de

“adega” que chegou até nós, deve-se ao facto de ter passado a funcionar como arrecadação de provisões de apoio à Cozinha Moderna.

A sala está dividida em três naves de seis tramos. A cobertura, tal como no dormitório, é de cruzaria de ogivas. Inicialmente a sala seria iluminada, a poente, por duas janelas, estando agora uma delas, que dava para o pátio do calefactório, entaipada. A nascente existem também duas janelas e duas portas, hoje igualmente entaipadas. A poente abrem-se mais duas janelas e duas portas, uma para a Cozinha Moderna e outra para o Claustro de D. Dinis. Com o intuito de corrigir o desnível do terreno, a sala apresenta cinco largos patamares.

#### **3.1.2.6 Calefactório**

Actualmente não nos é possível reconstituir o calefactório do Mosteiro. Pensa-se que ocupou a zona sul da cozinha moderna e que teria um pátio. As suas dimensões seriam modestas. Este compartimento era, com a cozinha, os únicos espaços onde se permitia que se acendesse lume, daí que funcionasse como local de aquecimento dos monges. A partir do momento em que os monges passaram para os novos edifícios, dispondo de celas com outras condições de conforto, este espaço tornou-se inútil.

#### **3.1.2.7 Refeitório dos Monges (ver Anexo I – figs.56 e 57)**

Era a sala mais bela do Mosteiro, a seguir à do Capítulo. Com uma forma rectangular, destacam-se a harmonia das suas proporções. Foi construído devido ao considerável número de abades provenientes da Europa que, anualmente, participavam no Capítulo Geral.

Divide-se em três naves de cinco tramos cobertas por abóbadas de cruzaria de ogivas. A parede norte tem, em baixo, seis janelas de volta perfeita e, em cima, duas janelas ladeiam o óculo, no alinhamento das naves laterais. A nascente, mais duas fiadas de janelas: cinco, em baixo, e, três, em cima. A poente, as duas janelas de baixo encontram-se entaipadas, bem como a que se localiza mais próxima da parede norte. Por cima daquelas, há mais duas janelas ligeiramente afastadas. Qualquer destas aberturas é de arco de volta de volta inteira. Ainda nesta parede, – que dá para a cozinha primitiva –, podemos admirar o Púlpito do Leitor, único no seu género, (ver Anexo I – figs. 58 e 59) de onde se liam os textos sagrados durante a refeição, feita em silêncio, em mesas dispostas ao longo das paredes. Os monges, sentados em bancos de pedra, não tinham ninguém à sua frente. Sobre os degraus de acesso ao púlpito, abertos na espessura da parede, erguem-se colunelos finos, rematados por capitéis decorados, sobre os quais formam-se cinco arcadas. Por baixo, encontramos uma pequena abertura, cuja finalidade se desconhece, ao lado da qual se rasga uma porta de acesso à cozinha.

O Abade comia numa mesa colocada a norte, ladeado pelo Prior e Subprior. Quando das visitas do Capítulo Geral, os dignitários da Ordem ocupavam também esta mesa. Após a destruição do Refeitório dos Conversos, estes começaram a tomar as suas refeições juntamente com os monges e noviços. Eram momentos de silêncio, apenas quebrados pelas leituras que um monge fazia do púlpito.

Inicialmente, e de acordo com Maur Cocheril, o Refeitório teria um tecto em madeira assente em cornijas, ainda possíveis de observar nas paredes.

Esta sala, bem como toda a galeria correspondente, foi completamente modificada na segunda metade do século XVI.

Depois de 1834, com a saída dos monges, o espaço foi entregue à Câmara Municipal, que o ocupou com o teatro da vila. O Refeitório só voltou a estar desocupado graças à intervenção da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais no século seguinte. Sobre este assunto voltaremos a debruçarmo-nos mais adiante.

### **3.1.2.8 Cozinha Primitiva**

Deste compartimento, hoje inexistente, apenas resta a porta de entrada no topo da galeria poente do claustro e alguns vestígios arqueológicos. Com o objectivo de edificar um claustro na mesma área, o rei D. Afonso VI mandou destruí-la entre 1656 e 1667. A sua reconstituição é completamente impossível.

## **3.2 O Mosteiro: sécs. XVI – XVIII**

### **3.2.1 Igreja**

#### **3.2.1.1 Alçado – Interior**

##### **3.2.1.1.1 Sacristia Moderna (ver Anexo I – 60 e 61)**

A sacristia medieval de Alcobaça era, como referimos, um espaço bastante reduzido. O crescimento da comunidade monacal e as conseqüentes exigências litúrgicas conduziram à necessidade de um novo espaço, cuja construção teve início em 1519, por João de Castilho, designado pelo rei D. Manuel.

O terramoto de 1755 e a conseqüente destruição da Sacristia Manuelina não impedem, no entanto, que hoje se possa imaginar o essencial da sua beleza, através da



permanência de alguns elementos, como a porta de entrada, a antessala e os contrafortes.

Situada na cabeceira da Igreja, procedeu-se ao rompimento de uma das capelas do deambulatório a fim de se lhe criar um acesso à Igreja, compreendendo-se, assim, a sua posição oblíqua em relação àquela. Por outro lado, o declive existente a sul do deambulatório impedia a escolha deste local para aí proceder à edificação daquela sala.

A sacristia que hoje podemos visitar no Mosteiro de Alcobaça é, como se disse, uma reconstrução pós-terramoto que procurou respeitar a planta rectangular, de construção manuelina. Com cerca de 30 m de comprimento e 10.5 m de largura, esta divisão possui um pavimento em blocos de mármore de várias cores, compondo figuras geométricas de razoáveis dimensões. Iluminada por três grandes janelas rasgadas na parede do lado direito, a Sacristia tem, na zona oposta à primeira janela, uma porta, construída em meados do século XVIII, de acesso ao pátio onde os monges haviam colocado um presépio (ver Anexo I – fig. 62), demolido aquando das intervenções levadas a cabo pela Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, nos anos 30 do século passado. Também aqui podemos encontrar uma escada em espiral que comunica com o terraço do deambulatório e capelas do transepto.

Na opinião de José Custódio Vieira da Silva, baseada na descrição de Frei Manoel dos Santos e na observação dos contrafortes, a Sacristia teria uma cobertura em abóbada *“muito rebaixada e apoiada, além dos muros, apenas em mísulas”*<sup>30</sup>. semelhante à

---

<sup>30</sup> SANTOS. Frei Manoel dos. *Descrição do Real Mosteiro de Alcobaça* (Leitura, Introdução e Notas por Aires Augusto do Nascimento), Alcobaciana, 3, p. 35.

existente na antessala<sup>31</sup>. O tecto é revestido a estuques, cujo restauro é recente. (ver Anexo I – figs. 63 – 64)

De cada um dos lados da porta de entrada da Sacristia, deparamo-nos com dois belos armários do século XVII, com embutidos de marfim e ébano. (ver Anexos – figs. 65 e 66)

Ao fundo da Sacristia encontramos a Capela das Relíquias (ver Anexo I – figs. 67-70), revestida a talha dourada e policromada, com sete esculturas de vulto perfeito e cerca de setenta bustos relicários a ocupar os seus nichos. No centro, encontra-se a imagem da Virgem, ladeada, à direita e à esquerda, pelas de S. Bernardo e S. Bento, respectivamente. Trata-se de um belo espaço poligonal, apenas iluminado por um lanternim de pedra pintada. Foi construída entre 1669 e 1672.<sup>32</sup>

Importa, finalmente, salientar a enorme beleza da porta de entrada da Sacristia, ornamentada, sob a direcção de João de Castilho, com magníficos motivos naturalistas. Frei Manoel dos Santos assim a descreve:

*... porque o seu portal são duas arvores fingidas na pedra com sua raiz e tronco; e a padieira os ramos das mesmas arvores enlaçados uns nos outros e fazendo arco por cima da porta.*<sup>33</sup>

---

<sup>31</sup> SILVA, José Custódio Vieira da, *O Fascínio do Fim. Viagens pelo Final da Idade Média*, Lisboa, Livros Horizonte, 1997, p. 99.

<sup>32</sup> COSTEIRA, Isabel, GIL, Cecília, “Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça”, *Roteiro Cultural da Região de Alcobaça a Oeste da Serra dos Candeeiros*, Alcobaça, Câmara Municipal de Alcobaça, 2001, p. 35.

<sup>33</sup> SANTOS, Frei Manoel dos, *Op. cit.*, 35.

Vieira da Silva salienta ainda um outro aspecto e que diz respeito ao átrio e à porta oposta à sacristia, verdadeira “cópia” da anterior, trabalho também da autoria de João de Castilho. De acordo com o autor, esta situação justifica-se se considerarmos a existência de duas fases de construção da sacristia. Num primeiro momento, procedera-se à construção desta sala e da respectiva porta e, num segundo momento, devido à necessidade de cobrir a passagem entre aquela e a Igreja, construíra-se a antessala e a respectiva porta de acesso à cerca monástica. Para o justificar, o autor apela aos vestígios arqueológicos, à descrição de Frei Manoel dos Santos<sup>34</sup> e, por fim, à observação atenta dos contrafortes no exterior da sacristia. De facto, é possível constatar o destaque do primeiro contraforte em relação aos restantes, “colocado em ângulo no cunhal das paredes da sacristia”<sup>35</sup>. No caso da edificação de ambos os espaços ter sido levada a cabo na mesma altura, o contraforte deveria posicionar-se de uma forma idêntica aos restantes. A própria altura da Sacristia é maior que a do átrio, contribuindo para acreditar-se que este teria sido construído algum tempo depois.

Em frente da porta da Sacristia, no átrio, uma outra porta dá acesso à Capela do Senhor dos Passos, mandada erguer em 1756.

### **3.2.1.1.2 Sala dos Túmulos (ver Anexo I – figs. 71 – 74)**

A construção da Sala dos Túmulos teve lugar no século XVIII, durante o mandato do Abade D. Frei Manuel de Mendonça, altura em que as arcas tumulares de reis, rainhas e infantas terão sido transportadas para o novo panteão régio. Até aí a sua localização

---

<sup>34</sup> O autor refere a determinada altura: “*acrescentaram adiante huma como que antecasa, da qual e da capella rota se forma hum passadisco belissimo até a porta da mesma sancristia.*” in IDEM, *Op. cit.*, p.35.

<sup>35</sup> SILVA, José Custódio Vieira da, *Op. cit.*, pp. 102-103.

dividiu-se em dois grandes momentos. Numa primeira fase, correspondente ao tempo de proibição de enterramentos de leigos no espaço sagrado da igreja, os túmulos terão ocupado uma área hoje desaparecida, a chamada galilé, situada, ao que se sabe, à entrada da igreja, do lado norte, como refere José Custódio Vieira da Silva ao enunciar os diversos testemunhos históricos que o atestam<sup>36</sup>. Inicialmente confundida com a actual Sala dos Reis, sabe-se hoje que o espaço seria outro, tendo a confusão resultado da sua supressão posterior. O que ainda se desconhece são as reais dimensões da capela deste panteão, o que, de acordo com o autor, e dada a dimensão da fachada, ocuparia uma parte da galilé, situando à esquerda de quem entra no templo<sup>37</sup>. Sem pretendermos aprofundar este assunto, importa contudo referir que a existência deste espaço prende-se com a proibição do enterramento de leigos no interior do templo. Por outro lado, a galilé, tal como em muitos outros templos e conjuntos monásticos ligados à Regra de S. Bento, assumia uma carga simbólica fundamental, reflexo visível na sua designação.

Representativa da esperança na ressurreição, constituía, pela sua própria localização, um espaço no limiar do sagrado, igualmente associada, à última aparição que Cristo fizera aos Apóstolos, antes da ascensão aos céus. O estudo de José Custódio Vieira da Silva é bastante claro acerca deste assunto. Diz-nos o autor: *...ficou também associada ao momento último do itinerário que, em procissão ritual em memória da Paixão e Ressurreição de Cristo, os monges realizavam todos os Domingos: depois de terem percorrido as quadras do claustro, saíam dele, por uma porta de comunicação, para o alpendre fronteiro à igreja onde efectuavam a última paragem processional, recolhendo-se, de seguida ao interior do templo. Aí, nesse espaço exterior e nessa derradeira estação ritual, comemoravam a última aparição que Cristo, antes de*

---

<sup>36</sup> IDEM, *O Panteão Régio do Mosteiro de Alcobaça*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2003, p.19.

<sup>37</sup> IDEM, *Op. cit.*, p.20.

*ascender definitivamente aos céus, fizera aos Apóstolos num monte da Galileia. Por tal razão, (e por aproximação fonética a Galileia), esse alpendre passou, no mundo ibérico, a ser denominado de galilé, numa analogia clara com a certeza da ressurreição dos corpos dos justos no dia do Juízo Final e, a exemplo de Cristo, da sua subida, por fim aos céus.*<sup>38</sup>

Assim, à excepção do interior da igreja, nenhum outro espaço se assumia tão digno para receber os túmulos de reis e fidalgos como a galilé. O facto de encontrarmos outros túmulos no interior da igreja e na chamada Sala dos Túmulos é ilustrativo das alterações ocorridas na localização das arcas tumulares.

Numa segunda fase, já no início do século XVI, durante o abaciado de D. Jorge de Melo, procede-se à deslocação dos túmulos, depositados até aí na galilé, para o interior da igreja, mais concretamente para o braço sul do transepto, onde já se encontravam as arcas de Pedro e Inês. Os motivos que estarão na base desta mudança poderão prender-se com a progressiva degradação da galilé ou com a necessidade de realizar alterações na entrada do Mosteiro, associadas à hospedaria e ao palácio abacial.

Assim, o braço sul do transepto recebeu um conjunto de túmulos que aí se manteve até à construção da actual Sala dos Túmulos. Na Capela de S. Bernardo, anteriormente designada de S. Vicente, foram depositadas as arcas de D. Afonso II e D. Afonso III. Os restantes túmulos distribuíam-se já no braço do transepto, respeitando uma hierarquia social e cronológica.<sup>39</sup>

---

<sup>38</sup> IDEM, *Op. cit.*, p.17.

<sup>39</sup> Sobre este assunto ver IDEM, *Op. cit.*, p.34.

Chegado o séc. XVIII, foi, como se disse, sob o abaciado de D. Frei Manuel de Mendonça que se mandou realizar o panteão real, localizada no mesmo braço do transepto. O projecto da sua construção, – iniciada por volta de 1770 –, foi da responsabilidade do inglês Guilherme Elsdén, chegado ao país antes de 1763.

### **3.2.2 Claustro de D. Dinis**

#### **3.2.2.1 Galeria Superior**

Tal como sucedeu em muitos claustros da Península Ibérica, foi acrescentado um andar ao Claustro de D. Dinis. A primeira referência à intenção desta obra data de 1484, por iniciativa do Abade de Piedra aquando da sua visita regular ao Mosteiro. Este novo piso conteria o dormitório dos noviços. No entanto, não se sabe se teria sido construído nesta época. Alguns autores atribuem a construção a épocas diferentes. É o caso de Hierónimo Román que a considera do período manuelino, salientando que existiam celas no lugar dos novos dormitórios. De acordo com Frei Manuel de Figueiredo esta galeria teria sido reconstruída por ordem de Dom Jorge de Melo, entre 1505 e 1519, depois de ter sido destruída por um terramoto.

A construção realizou-se através de um prolongamento dos contrafortes do Claustro inferior até ao telhado, rematados por gárgulas. Uma observação atenta permite constatar que as aberturas dos vãos e do claustro inferior nem sempre são coincidentes.

#### **3.2.2.2 Cozinha Moderna (ver Anexo I – figs. 75 – 78)**

Ocupando a zona do calefactório e do respectivo pátio, esta cozinha foi edificada quando o rei Afonso VI mandou construir um claustro no lugar da cozinha primitiva.

Trata-se de um vasto espaço, de grandes dimensões, cuja entrada é feita através de um arco de volta perfeita.

Na parede nascente há uma porta que comunica com a Sala dos Monges. Na zona sul da cozinha, ao centro, ergue-se uma grande chaminé, assente em oito colunas, que sobe em direcção ao tecto e o ultrapassa. Existe uma mesa em pedra entre a chaminé central e o tanque de água corrente, escavado no solo, cujo curso é um “desvio” do rio Alcoa, feito pelos monges, com o objectivo de servir o Mosteiro. Trata-se de mais uma prova da capacidade técnica dos cistercienses no que se refere aos sistemas hidráulicos. Existem ainda duas lareiras situadas entre os contrafortes da parede da sala dos monges e duas pias entre os da parede do Refeitório. O tanque, situado na área norte da Cozinha, tem cerca de 17m<sup>2</sup>, e é envolvido por um murete.<sup>40</sup> Os azulejos que revestem as paredes datam de 1752.

A construção de uma cozinha de tão grandes dimensões prende-se com o crescimento da comunidade monástica e das necessidades dos hóspedes que, ocasionalmente, acorriam a Alcobaça.

### **3.2.2.3 Lavabo (ver Anexo I – fig. 38)**

Situado em frente à porta do refeitório, o lavabo destaca-se no pátio do claustro. Trata-se de um elemento existente na maior parte das abadias. Em alguns casos substituíam-no por uma pia escavada na parede do refeitório. No caso concreto de Alcobaça, é alimentado por uma derivação do rio Alcoa, cuja água é trazida por um aqueduto de

---

<sup>40</sup> Cf COCHERIL, Dom Maur, *Op. cit.*, p.71.

pedra que passa sob o corpo da Igreja. Era aqui que os monges se lavavam de manhã e às refeições.

#### **3.2.2.4 Claustro de D. Afonso VI**

Mandado construir entre 1656 e 1667 pelo rei que lhe deu o nome, esteve na origem da demolição da cozinha primitiva.

#### **3.2.2.5 Galeria Poente (ver Anexo I – fig. 40)**

Como já foi referido, esta área do claustro foi totalmente modificada nos séculos XVI e XVII. O próprio chão da galeria apresenta um acentuado declive que impede a passagem para o pátio do claustro. Desconhece-se se os alicerces foram ou não aproveitados. Actualmente há uma porta, de construção recente, que abre para a Sala dos Reis.

De acordo com os relatos de alguns cronistas, nomeadamente de Frei Hierónimo Román (1589), o Cardeal Infante D. Henrique mandou construir, na segunda metade do séc. XVI, um palácio abacial no local do edifício dos conversos, que, após a sua morte (1580), foi transformado em hospedaria. Maur Cocheril, refere que Frei Luís de Sousa<sup>41</sup> acrescentou à hospedaria duas salas encostadas à igreja, uma capela e as escadas do exterior, mas a ausência de qualquer referência a estas obras por Frei Román levou-o a concluir que a construção da hospedaria processou-se em duas fases: a primeira, antes de 1580, em que se edificou, a norte, o palácio abacial; e a segunda, a partir de 1642, quando foi concluída a construção desta ala, prolongando-se para a zona sul.

---

<sup>41</sup> Secretário do abade geral Frei Domingos Cabral em 1642. Cf. Cocheril, Dom Maur, *Op. cit.*, p. 75.



Assim, temos a compor o rés-do-chão desta galeria uma sala rectangular, antecedida por uma galeria aberta com cinco arcos, que conduz a uma escadaria de pedra que funcionava como entrada; um claustro pequeno; a Sala das Conclusões e a Sala dos Reis. A norte encontramos a escada que possibilita a ligação entre o rés-do-chão e o primeiro andar.

Para estabelecer o acesso entre a Sala das Conclusões e a galeria correspondente, pensa-se ter existido uma porta na parede nascente desta sala.<sup>42</sup> A porta actual foi colocada através do aproveitamento de uma janela.

Entre a Sala das Conclusões e a Sala dos Reis há um pequeno corredor que dá acesso à primeira através de uma pequena passagem. A poente deste corredor, isolada por uma divisória, encontrava-se uma escada de acesso à Sala dos Reis e ao primeiro andar. É aqui que, tendo funcionado a Hospedaria, encontramos várias salas. Ao longo do exterior do edifício estende-se um varandim estreito até ao adro da Igreja.

Passamos agora a enunciar as principais características de cada uma destas dependências monásticas.

### **3.2.2.4.1 Rés-do-Chão**

#### **3.2.2.4.1.1 Sala das Conclusões**

As estátuas dos reis portugueses, transferidas para a Sala dos Reis na segunda metade do séc. XVIII, foram durante muito tempo aqui reunidas. Mais tarde esta sala é transformada em Sala dos Actos Literários. Era neste espaço que os abades da

---

<sup>42</sup> Cf. COCHERIL, Dom Maur, *Op. cit.*, p.75.

Congregação se reuniam, no fim dos Capítulos Gerais, para redigirem as suas decisões e posteriormente as anunciarem à comunidade monástica. O tecto é decorado com temas bíblicos, desenhos geométricos, anjos e aves, cujas tonalidades em castanho e dourado reflectem uma clara influência renascentista.

#### **3.2.2.4.1.2 Sala dos Reis (ver Anexo I – figs. 79 – 82)**

Trata-se de uma sala ampla, com cobertura em abóbada de aresta assente em quatro colunas. O piso desta sala está a um nível superior ao da restante galeria. O seu extremo norte contém paredes divisórias que provocam uma reentrância, acrescentando mais um tramo à nave central. Foi construída no século XVIII e decorada com painéis de azulejos que ilustram a lenda da fundação do Mosteiro.

Segundo Frei Manuel de Figueiredo, esta sala terá servido inicialmente de local de sepultura a muitas pessoas e de igreja para o povo, antes de para lá se transferirem as estátuas dos monarcas portugueses, até D. José I, moldadas em barro pelos monges de Alcobaça. Igualmente atribuída aos monges é a alegoria à coroação de D. Afonso Henriques.

#### **3.2.2.4.1.3 Hospedaria**

Composta por uma sala rectangular é precedida por uma galeria aberta com cinco arcos e um pequeno claustro que foi construído a expensas da comunidade. A entrada era feita pelo extremo norte desta sala que ocupava todo o primeiro andar.

### **3.2.3 Claustro do Cardeal ou dos Noviços (ver Anexo – fig. 83)**

Após a criação da Congregação Autónoma, em 1567, os cistercienses levaram a cabo a reconstrução dos seus edifícios que se prolongou ao longo do século XVII. Em Alcobaça também se fez sentir esta tendência acentuada pelo facto de se ter tornado residência do Abade Geral e sede da administração. Entre 1531 e 1540, o Mosteiro foi governado pelo Cardeal-Infante D. Afonso, cuja principal preocupação foi restabelecer a observância da Regra e reorganizar os bens do Mosteiro, fortemente lesados por Dom Jorge da Costa e seus oficiais. Tendo governado o Mosteiro entre 1542 e 1580, o Cardeal Infante D. Henrique preocupou-se sobretudo em continuar a construção do edifício para nascente, continuada pelos abades trienais da Congregação. Assim, os novos edifícios são bastantes semelhantes: possuem rés-do-chão e dois andares e envolvem dois pátios. No rés-do-chão encontramos grandes arcadas de volta perfeita que repousam em fortes pilares de secção quadrada e se repetem no primeiro andar do Claustro do Cardeal ou dos Noviços. A tomada de posse deste edifício data de 1636, cuja responsabilidade de construção coube a Frei Feliciano Coelho, secretário do abade geral. Trata-se de um quadrado, fechado a poente pelo medieval Claustro dos Monges, alterado no seu exterior e antecedido por um terraço com balaustrada. A nascente e a norte, um grande corredor divide o segundo andar no sentido do comprimento de cada edifício. O acesso às celas era feito através deste corredor. O lado sul, mais estreito, estabelecia a ligação entre o noviciado e a igreja.

### **3.2.4 Claustro da Biblioteca ou do Rachadoiro**

A disposição é idêntica à do claustro anterior. No rés-do-chão estavam instaladas as oficinas (marcenaria, encadernação, fornos para cerâmica, etc.) enquanto no primeiro

andar se guardavam os arquivos numa sala de cobertura abobadada. A progressiva divisão destes edifícios por tabiques dificulta a elaboração de uma correcta visão que este espaço assumira no passado.

A Sala da Biblioteca, localizada no segundo andar deste claustro, foi construída no século XVIII. É uma ampla sala com cerca de vinte e duas janelas e onze óculos ovais. O chão é decorado por belos conjuntos geométricos em mármore de diversas cores. O tecto, hoje desaparecido devido à degradação das coberturas, era decorado com pinturas coloridas das quais se destacava, em meio-relevo, a figura de S. Bernardo. Esta biblioteca assumiu um prodigioso papel devido à riqueza dos seus códices e livros impressos. Já nos finais do século XVI, com a instalação de uma tipografia a sua actividade sofreu considerável dinamismo. Foram aqui impressos parte da *Monarchia Lusitana*, a *Geographia Antiga da Lusytania* de Frei Bernardo de Brito e o opúsculo *Officium Feriale Sanctissimi Patris Nostris Bernardi*.

Foi graças ao incentivo dos abades gerais que nos é possível conhecer hoje a obra dos chamados Cronistas de Alcobaça, cujos relatos constituem um espólio indispensável à historiografia portuguesa. É o caso de Frei Bernardo de Brito, Frei Francisco Brandão, Frei Manoel dos Santos, entre outros.

Em 1833 a Biblioteca foi devastada devido a um levantamento popular, o que deu origem a inúmeros saques e pilhagens por todo o Mosteiro. Os livros e códices salvos desta devastação foram levados para a Biblioteca Nacional e para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

## **II Parte**

### **1. A Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais: antecedentes**

O nascimento da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, em 1929, foi resultado de um processo longo e atribulado cuja origem remete-nos para o século XIX. De facto, foi na centúria de oitocentos que se assistiu, em Portugal, a um lento reconhecimento de valores patrimoniais que deu origem à formação de uma consciência do património cultural em si e da sua preservação.

Este fenómeno foi obviamente gerado pelo contexto político e social que o País atravessava. A crescente afirmação da sociedade liberal e romântica é considerado o elemento fundamental desta nova consciência. A queda do absolutismo e a vitória do liberalismo deitaram por terra as estruturas seculares do Antigo Regime. As consequências destes acontecimentos fizeram-se sentir rapidamente no plano do património edificado português.

A destruição provocada por acontecimentos anteriores – o terramoto de 1755 e as invasões francesas de 1807 a 1811 – haviam conduzido os nossos edifícios históricos a um estado preocupante. A vitória do liberalismo, em 1820, marcou o início de um período em queurgia eliminar as estruturas obsoletas do Antigo Regime através da destruição de tudo o que as materializava. Se, inicialmente, a preocupação invocada para o decreto de 1834, que promulgava a extinção das Ordens Religiosas e a desamortização dos seus bens, era a necessidade do Estado adquirir dinheiro através da venda dos bens da Igreja, a verdade é que a nova mentalidade liberal opunha-se aos quadros mentais do Antigo Regime e, por arrasto, à estrutura monástica. A identificação

da Igreja com a sociedade do Antigo Regime tornou-a alvo de uma legislação estatal de natureza anti-clerical, com o objectivo de eliminar os vestígios de uma época ultrapassada. Assim, a extinção das ordens religiosas e a consequente desamortização dos seus bens constituíram um dos principais motivos da degradação do património histórico português, conduzindo à entrega de um considerável número de imóveis de valor histórico-artístico para a tutela do Estado, que muitas vezes adulterou as funções originais dos monumentos, à venda abusiva de imóveis, bem como, a verdadeiros actos de vandalismo.

Face à inoperância do Estado no sentido de promover uma política eficaz de combate a esta situação, assiste-se, aqui e ali, a ecos de críticas pronunciadas por personalidades atentas e preocupadas com a situação, que procuram alertar para o dramático estado de abandono a que se viram votados os nossos monumentos. Destacamos, entre esses vultos, duas grandes figuras do Romantismo português: Alexandre Herculano (1810-1877) e Almeida Garrett (1799-1854). Inseridas no quadro mental romântico, as suas atitudes de protesto contra a destruição dos monumentos justificavam-se pela importância que os edifícios históricos assumiam, funcionando como verdadeiros documentos do passado e, por consequência, portadores de informação da história nacional.

O advento do Liberalismo e a consequente distância que, progressivamente, se procurava acentuar em relação ao passado criou uma atitude nostálgica em relação aos monumentos, despertando assim uma consciência pela sua protecção e salvaguarda.

No caso concreto de Alexandre Herculano, a sua formação romântica e historiográfica é a razão que o leva a erguer-se contra a situação e a denunciar o vandalismo praticado contra o património histórico, salientando, sobretudo, – nesse mesmo espírito romântico – os perigos em que incorriam os edifícios góticos. É neste sentido, que publica, entre 1838 e 1839, quatro artigos na revista *O Panorama*, onde afirma serem as más ocupações públicas e o vandalismo as principais causas da degradação dos monumentos religiosos portugueses desde 1834. Os seus artigos procuravam claramente despertar o público para a preservação do património, que, por pertencer ao País, lhe dizia também respeito.

A carta que escreveu, anos mais tarde, a Latino Coelho é ilustradora da preocupação de Herculano em relação à salvaguarda dos monumentos, salientando que era preciso “*salvar alguma coisa do antigo edifício social que acabava de ruir com a revolução, na medida em que essa alguma coisa representava a ideia pátria na sucessão dos tempos.*”<sup>43</sup> A importância dos monumentos afigurava-se-lhe enorme, considerando-os verdadeiros espelhos documentais de uma época.

*“Os castelos, os templos e os palácios, tríplice género dos monumentos que encerra em si toda a arquitectura da Europa moderna, formam uma crónica imensa em que há mais história que nos escritos dos historiadores. Os architectos não suspeitavam que*

---

<sup>43</sup> Carta a Latino Coelho. Vale de Lobos, 6 de Abril de 1868, publ. Por AIRES, Cristóvão, “Alexandre Herculano e a Academia Real das Ciências de Lisboa”, in *Boletim da Segunda Classe. Homenagem a Alexandre Herculano no Centenário do seu nascimento*, vol. III, fasc.3, Março, Lisboa, Typ. da Academia, 1910, pp.154-156, cit. Por Maria João Baptista NETO, *James Murphy e o Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XIX*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, 9.53.

*viria tempo em que os homens soubessem decifrar nas moles pedras afeiçãoadas e acumuladas a vida da sociedade que as ajustou.”<sup>44</sup>*

O tom forte dos seus artigos reflecte a preocupação do autor e a tentativa de despertar o público para o dever de preservar o património:

*...mas lavraremos aqui, ao menos, um protesto contra o vandalismo actual. Nossos pais destruíram por ignorância e ainda mais por desleixo; destruíram, digamos assim, negativamente; nós destruímos por ideias ou falsas ou exageradas; destruímos activamente; destruímos porque a destruição é uma vertigem desta época. (...) Torre, muro, paço ou que quer que sejas, cuja ruína foi decretada, para ti já não há salvação. Amanhã, nos teus lanços desconjuntados, no teu cimento desfeito, nas tuas pedras estouradas, nos teus fundamentos revoltos, estará escrita à ponta de picareta e de alavanca a palavra fatal – “a terra!” – extraída do calvário municipal. (...)<sup>45</sup>*

Ao governo, Alexandre Herculano atribui a responsabilidade de legislar a favor dos monumentos, sublinhando a necessidade de se criarem associações para a defesa dos monumentos de atitudes vandalistas e maus restauros.

*[...] qualquer monumento histórico não pertence ao município dentro de cujo território jaz; mas [...] pertence à nação toda, porque nem a mão poderosa, que o fez erguer, regia só esse município; nem as somas que aí se despenderam foram tiradas só dele,*

---

<sup>44</sup> “Duas épocas e dois monumentos”, in *Opúsculos, Questões políticas*, tomo IV, p.5, cit. por IDEM, *Op. cit.*, p.55.

<sup>45</sup> *Panorama*, n.º69, 1838, pp.266.



*nem a história que requer para documentos essas pedras antigas, é a história de uma vila ou cidade única, mas sim a de um povo inteiro.*<sup>46</sup>

Os alertas do autor contribuíram para o nascimento a médio prazo de sociedades culturais de defesa do património histórico e arquitectónico português, como poderemos ver mais adiante.

Almeida Garrett, numa postura algo distinta da de Herculano, manifesta também insatisfação e revolta pelo estado degradante de muitos monumentos portugueses, nomeadamente em Santarém. O autor é de opinião que o património cultural de uma nação constitui a herança de um povo que, se dela prescindir, corre o risco de perder também a sua própria identidade.

*Ergue-te, Santarém e diz ao ingrato Portugal que te deixe em paz ao menos nas tuas ruínas [...] diz-lhes que te não vendam as pedras dos teus templos, que não façam palheiros e estrebarias das tuas igrejas; que não mandem os soldados jogar à péla com as caveiras dos teus reis, e à bilharda com as canelas dos teus santos [...]*<sup>47</sup>

Garrett aponta também os perigos das mudanças sociais que ocorrem no seu tempo e das atitudes reformadoras dos políticos, que, à força de transformarem o País, caíram em largas destruições:

---

<sup>46</sup> Alexandre HERCULANO, *Opúsculos I*, Porto, Editorial Presença, 1982, pp.191-193, cit. por Maria João Baptista NETO, *Op. cit.*, p. 57.

<sup>47</sup> Almeida GARRETT, *Viagens na Minha Terra*, Porto Editora, Porto, imp.1983, p.225.

[...] não contaram com os aperfeiçoadores, reparadores, fomentadores e demolidores das futuras civilizações que, para pôr as coisas em ordem, tiram primeiro tudo do seu lugar.<sup>48</sup>

Os protestos destes autores abriram caminho para novos ecos que progressivamente se manifestavam a favor da salvaguarda dos monumentos.

Atento a estes protestos, o rei consorte D. Fernando II (1816-1885) apoiou diversas iniciativas de cariz cultural, permitindo o aparecimento de hábitos coleccionistas e associações eruditas. Porém, só a 22 de Novembro de 1863 é que se assiste ao nascimento da *Associação dos Architectos Civis Portugueses*, fundada por Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806-1896), numa reunião que contava com a presença de mais sete architectos: J. Pires da Fonte, J. Costa Sequeira, F. de Sousa Correia, Manuel de Oliveira Cruz, P. Ferreira da Costa, Veríssimo da Costa, Valentim J. Correia. Os estatutos foram aprovados a 14 de Dezembro do mesmo ano, pelos sócios fundadores, e autorizados e confirmados por carta régia de 15 de Fevereiro de 1864. Entre os princípios que norteavam a actuação deste organismo, salientam-se a conservação do património architectónico português, a reflexão sobre as intervenções a adoptar e o intercâmbio de ideias com sociedades estrangeiras de índole semelhante. Com efeito, esta associação teve como referência algumas congéneres europeias, nomeadamente a *Société Française d'Archeologie por la Conservation des Monuments* (1831), o *Instituto Real dos Architectos Britânicos* e a *Sociedade Central dos Architectos de Paris*.

---

<sup>48</sup> IDEM, *Op. cit.*, p.224.

A ligação da Associação à Casa Real valeu-lhe a obtenção do Convento do Carmo para sede e Museu de Arqueologia. A acção que desenvolveu revelou-se activa, sobretudo, no plano da sensibilização para a defesa e salvaguarda do património arquitectónico português, devido à iniciativa proposta pelo Marquês Sousa Holstein (1866) de se criar uma comissão responsável pela conservação dos monumentos. Assim, a sua actividade abrangeu a realização de excursões arqueológicas de visita e reconhecimento do estado dos monumentos; estudos históricos e artísticos; reunião de reflexão sobre os princípios que deveriam nortear as intervenções; troca de ideias com sociedades estrangeiras e, ainda, a formação de uma opinião pública que valorizasse os aspectos arqueológicos e artísticos dos monumentos. De destacar ainda a publicação, entre 1865 e 1867, do “*Archivo de Arquitectura Civil*”. Entre os artigos publicados salientam-se os que se referem a alguns monumentos nacionais, reclamando-se o cumprimento dos alvarás de D. João V a fim de garantir alguma protecção ao património monumental.

A Associação dos Architectos Civis Portugueses distribuía os seus membros por três secções:

*uma tratará dos estudos pertencentes á theoria d’architectura, sua história, e archeologia nacional; a outra se ocupará da esthética, das decorações architectónicas e d’apreciação das obras d’arte, em projecto ou em execução; e a terceira secção se dedicará aos ramos da construção em geral, e aos princípios de hygiene applicada ás edificações.*<sup>49</sup>

Possidónio da Silva participava da 1ª secção. Por alvará de 14 de Novembro de 1872 passou a denominar-se *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos*

---

<sup>49</sup> *Estatutos da Associação dos Architectos Civis Portugueses*, Lisboa, Typographia da Sociedade Typographica Franco-Portuguesa, 1864, pp.7-8.

*Portugueses*, mas só em 30 de Setembro de 1879 é que os seus Estatutos são aprovados. O seu *Boletim de Architectura e Archeologia* é publicado desde 1874, contribuindo, como os anteriores, para a divulgação de estudos da arquitectura monumental em Portugal.

Ao longo da sua existência, a Associação participou em exposições e salões, colaborou com instituições afins, contribuiu para a inventariação e classificação de monumentos, lutou pela criação de legislação que defendesse os bens culturais, procurou desenvolver o plano artístico-cultural do País e esteve atenta à execução de intervenções nos monumentos. A sua actuação mereceu o reconhecimento do Estado através da solicitação de pareceres sobre edifícios a classificar.

No que diz respeito à classificação dos monumentos, Possidónio da Silva elaborou, em conjunto com mais dois arquitectos, uma série de questões que procuravam agrupar os edifícios consoante as suas características.<sup>50</sup>

Em 1875, foi nomeada uma comissão (integrada por Possidónio da Silva) com a função de reformar o ensino das Belas Artes e elaborar medidas para a protecção dos monumentos históricos.

Em 1880, o Ministro das Obras Públicas pede à *Real Associação* que elabore um relatório com os edifícios que considere serem classificados como monumentos

---

50 Entre outros critérios, importava conhecer o uso dado ao monumento; o estilo adoptado; se coexistiam ou não estilos de diferentes épocas (devendo ser estudadas e comparadas); descobrir se ocorreram ou não restauros, em que época tiveram lugar e qual o método escolhido; as orientações da planta; os métodos de construção e os materiais utilizados. Cf. *Archivo de Architectura Civil*, nº5, 1ª série, Julho de 1866, pp.77-78.

nacionais.<sup>51</sup> É assim eleita a Comissão dos Monumentos Nacionais (30 de Outubro de 1880), presidida por José Silvestre Ribeiro e tendo como secretário J. Possidónio da Silva. Neste Relatório foram estabelecidas seis classes que englobavam os monumentos estudados. Na primeira classe englobou os edifícios *que reúnem em si, em maior grau, as memórias históricas e os primores artísticos; e também os que sómente se recommendam pela grandeza da sua construção ou pela magnificiência, ou pellas excellencias d'arte que encerram. Estes devem ser conservados, e restaurados os que demandem restauração.*<sup>52</sup> Na segunda classe enquadraram-se os edifícios que fornecessem contributos importantes para o estudo da história de arte quer através da sua arquitectura global quer através de algumas das suas partes. Salientava-se a necessidade de *a pretexto de reparação ou de reconstrucção, não seja destruida ou desfigurada parte alguma do edificio, com que se altere o seu estylo architectonico, ou a sua ornamentação primitiva*<sup>53</sup>. A terceira classe englobava os monumentos militares, os quais deveriam ser conservados quer se encontrassem ou não em ruínas, pois eram considerados *testemunhas de innumeraveis acções d'heroismo dos nossos antepassados*<sup>54</sup>. Os monumentos comemorativos constituíam a quarta categoria. A quinta classe abrangia uma diversidade de construções, nomeadamente, colunas, pelourinhos, cruzeiros, mausoléus, *casas que serviram de habitação a grandes vultos históricos ou literários, etc.*<sup>55</sup> A sexta e última categoria limitava-se aos monumentos pré-históricos.

---

<sup>51</sup> *Relatorio e mappas ácerca dos edificios que devem ser classificados monumentos nacionaes, apresentados ao governo pela Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, Lisboa, Lallement Frères, 1881.

<sup>52</sup> *Op. cit.*, p.4.

<sup>53</sup> *Ibidem.*

<sup>54</sup> *Ibidem.*

<sup>55</sup> *Op. cit.*, p.5.

Esta classificação, embora simples, satisfez na época e deve ser considerada um passo importante na história da conservação do património monumental português. A sua importância não pode, por isso, ser menosprezada. O Relatório reconhecia já a importância do papel das autoridades locais no panorama da conservação. Daí que salientasse serem da sua competência a *vigilância sobre os edifícios n'esta segunda classe*<sup>56</sup> e o *cuidado da conservação*<sup>57</sup> para os monumentos das terceira, quarta, quinta e sexta categorias. É ainda de destacar a proposta de criação de uma comissão<sup>58</sup> cuja principal função seria a inspecção dos monumentos nacionais junto dos Ministérios do Reino e das Obras Públicas, a conservação dos monumentos e a prestação de esclarecimentos sempre que solicitados. O Relatório defendia ainda a criação de um sistema de actuação que defendesse o património monumental, para o qual sugeria o exemplo francês.

A presente classificação manteve-se até ao início do séc. XX como obra de consulta e referência.

Em Outubro de 1882, o Estado incumbiu Joaquim Possidónio da Silva de proceder ao reconhecimento oficial pelo País dos monumentos nacionais, com o objectivo de fazer um levantamento das suas plantas e alçados bem como elaborar um inventário artístico acompanhado das respectivas memórias descritivas. O arquitecto constituiu novamente uma Comissão dos Monumentos Nacionais que, mais uma vez, insiste na necessidade de recolher informações junto das autoridades locais, às quais enviou uma circular

---

<sup>56</sup> *Op. cit.*, p.4.

<sup>57</sup> *Op. cit.*, p.5.

<sup>58</sup> Criada pela portaria de 29 de Dezembro de 1881, sendo presidente Joaquim Possidónio Narciso da Silva. Cf. COSTA, Lucília Verdelho da, *Ernesto Korrodi. 1889-1944. Arquitectura, Ensino e Restauro do Património*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, p. 78.

inquérito. Deste modo, o governo conheceria o estado real dos Monumentos Nacionais podendo, assim, actuar eficazmente no seu restauro e protecção.

Em 1884, a Comissão apresenta um novo relatório que descreve as acções desenvolvidas, descrevendo as viagens realizadas pelo Reino e lamentando o estado do património monumental português, para o qual a inexistência de um aparelho legislativo actuante constituía uma das principais causas. É com alguma desilusão que Possidónio da Silva, já em idade avançada, reconhece esta situação.

No contexto da Regeneração e das suas iniciativas culturais, é criado o Ministério da Instrução Pública, que, anos mais tarde, em 1890, após novas reformas, é substituído pelo Ministério da Instrução Pública e Belas Artes. À Primeira Repartição deste organismo ficaria entregue a responsabilidade de inventariar, guardar e divulgar os monumentos históricos portugueses, bem como de todos os objectos em posse estatal ou de corporações públicas de interesse artístico nacional. Da sua alçada faria também parte uma adequada gestão sobre a sua conservação e restauro.

A forte corrente de opinião, em defesa dos monumentos, desenvolvida pela Real Associação levou à criação, em 27 de Fevereiro de 1894, de uma comissão permanente, constituída por dez vogais<sup>59</sup>, designada *Comissão dos Monumentos Nacionais*, desta vez no âmbito do Ministério das Obras Públicas. As suas funções estendiam-se ao estudo, classificação e inventário dos monumentos nacionais; à proposta de medidas eficazes para a sua guarda, protecção, conservação e divulgação; à listagem das *reparações, apropriações, aquisições e destinos* dos monumentos; à informação sobre intervenções

---

<sup>59</sup> «Regulamento para a comissão dos monumentos nacionaes» in *Monumentos Nacionaes*, Diário do Governo, 28 de Fevereiro de 1894, p. 13.

de natureza diversa, bem como, à promoção da importância da conservação do monumento.<sup>60</sup> Os seus Estatutos definiam os critérios de classificação dos monumentos, bem como a definição do próprio conceito de monumento. Assim, de acordo com o regulamento aprovado, consideram-se monumentos nacionais *todos os edifícios, construções, ruínas e objectos artísticos, industriaes ou archeologicos*:

- a) *Que importem á história do modo de ser intellectual, moral e material da nação nas diversas evoluções e influencias do seu desenvolvimento;*
- b) *Que testemunhem e comemorem factos notaveis da historia nacional;*
- c) *Os megalithicos, e em geral, os que constituam vestigios dos povos e civilizações anteriores à formação da nacionalidade, quando existentes ou encontrados em territorio portuguez.*<sup>61</sup>

No contexto das suas funções, a Comissão procedeu à elaboração de três questionários, a distribuir pelas autarquias, paróquias e outras entidades, destinados a reunir toda a informação possível sobre edifícios e objectos de valor arqueológico, histórico e artístico. Com esta iniciativa procurava-se realizar a inventariação e classificação dos monumentos a considerarem-se nacionais. Os três tipos de questionários (geral, paroquial e militar) tiveram, porém, uma distribuição bastante limitada, não surtindo, por isso, o efeito desejado.

A incapacidade de acalmar os ânimos e críticas erguidos na sequência das obras de restauro empreendidas no Mosteiro dos Jerónimos e, posteriormente, na Sé de Lisboa, levaram, em 1898, à substituição desta comissão por uma “corporação técnica

---

<sup>60</sup> Cf. *Ibidem*, pp. 12-13.

<sup>61</sup> *Ibidem*, pp.12-13.



consultiva”<sup>62</sup> designada *Conselho Superior dos Monumentos Nacionais*, cujas atribuições vão desde a classificação dos monumentos, à elaboração de estudos histórico-artísticos, reunião de colecções e modelos para escolas e museus, e aprovação e orientação de planos de conservação e restauro de monumentos.<sup>63</sup> De facto, verifica-se já uma maior consciencialização da importância da conservação e restauro dos monumentos, bem como dos problemas daí decorrentes, no entanto, esta situação não pode ser considerada avançada para o tempo, já que em outros países da Europa a produção legislativa iniciara-se mais cedo<sup>64</sup> e existia uma prática de restauro desde meados do século. Este organismo técnico consultivo era formado por vinte vogais, dos quais faziam parte os inspectores e professores das Escola de Belas-Artes, os directores das Academias de Lisboa e do Porto, o inspector do Serviço de Obras Públicas e o Conservador do Museu Nacional. Porém, a comissão executiva limitava-se a cinco membros: três escolhidos pelo Ministério das Obras Públicas, e os dois restantes nomeados pelo Conselho de Monumentos, sendo atribuído um peso maior à formação em engenharia civil em detrimento da arquitectura. Esta comissão era pautada, como se disse, por uma maior consciencialização na problemática do restauro, seguindo-se a prática, em voga na Europa, da *unidade de estilo*, defendida por Viollet-le-Duc.

Em 1900, na qualidade de presidente da Comissão Executiva do Conselho, Augusto Fuschini solicita, à Real Associação dos Arqueólogos e Architectos Portugueses, documentação relativa às campanhas de conservação por ela iniciadas, com o objectivo de actuar nessa área. A 24 de Outubro de 1901 foi aprovada a nova organização do

---

<sup>62</sup> Cf. COSTA, Lucília Verdelho da, *Op. cit.*, p.82

<sup>63</sup> CONSELHO SUPERIOR DOS MONUMENTOS NACIONAES, *Plano Orgânico*, 9 de Dezembro de 1898, p.5.

<sup>64</sup> Caso da Itália (1820; 1892), Grécia (1834), França e Austro-Hungria (1891) onde a preocupação pelo património monumental e documental levou o Estado e a Igreja – no caso da Itália – a uma vasta produção legislativa. Saliente-se o caso francês, em que os decretos de 1790 e 1792 criam uma comissão e permitem a existência de um orçamento destinado a despesas de conservação. Cf. PEREIRA, Gabriel, *Monumentos Nacionais*, Lisboa, 1900, pp.21 e 22.

Conselho dos Monumentos Nacionais, onde se estipula que as suas funções fossem consultivas e de fiscalização, *competíndo-lhe especialmente:*

1. *A classificação dos monumentos nacionaes, segundo as regras adoptadas pelo próprio conselho, quando devidamente approvadas pelo ministro, sob os aspectos archeologico, historico e architectonico, e a fiscalização superior da respectiva conservação, quer sejam propriedade do Estado, quer pertençam a quaesquer individuos ou collectividades;*
2. *Estudar e apreciar os respectivos projectos de conservação, reparação e restauração [...];*
3. *Propôr [...] as medidas necessárias para conservação, reparação e restauração dos monumentos nacionaes;*
4. *Fiscalisar [...] a rigorosa execução dos trabalhos, depois da competente approvação;*
5. *Consultar sobre todos os assumptos que [...] lhe sejam submettidos pelo ministro;*
6. *Mandar proceder ao levantamento dos elementos technicos, necessarios para a restauração graphica dos monumentos nacionaes;*
7. *Elaborar monographias historicas, descriptivas e artisticas dos mais importantes monumentos nacionaes;*
8. *Colligir, ordenar e classificar todos os dados e documentos, que possam interessar a historia da arte portuguesa;*
9. *Reunir colleções, copias e modelos, que constituam subsidios de estudo e ensino nas escolas e nos museus nacionaes;*
10. *Elaborar os regulamentos especiaes [...];*

*11. Propor a distribuição dos fundos que [...] sejam descriptos no orçamento do Estado e fiscalizar a sua administração.*<sup>65</sup>

Em relação aos pontos 2, 3, 4 e 5, as atribuições previstas referem-se, de acordo com o documento, às *condições archeologicas, historicas e artisticas dos monumentos nacionaes*<sup>66</sup>, prevendo-se que a classificação dos monumentos será alvo de decreto aprovado pelo Ministro das Obras Públicas e publicado no Diário do Governo.

A composição do conselho obedecia à nomeação feita pelo Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, a quem pertencia a função de director, que escolheria vinte vogais. Para além destes elementos, tomariam também parte, como vogais de qualidade, o Presidente da Comissão Consultiva do Serviço Geológico, o inspector dos edifícios públicos, os inspectores das Belas Artes de Lisboa e Porto, os directores das Academias de Belas Artes, o conservador do Museu Nacional, os professores de arquitectura das Escolas de Engenharia e das Academias de Belas Artes de Lisboa e Porto, e o director do Museu Etnológico Português.

Para além do conselho, e sob a sua direcção, existia uma comissão executiva a quem cabia dar prossecução às deliberações do primeiro. Dos cinco elementos que a compunham, três eram escolhidos pelo ministro das Obras Públicas e dois pelo conselho. Tal como referimos anteriormente, a formação científica dos técnicos que compunham este conselho era predominantemente de engenharia. Aliás, o artigo 28 é bastante claro, no seu único parágrafo, que passamos a citar:

---

<sup>65</sup> CONSELHO DOS MONUMENTOS NACIONAES, *Decreto Orgânico. Mais Legislação Correlativa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1902, p. 6.

<sup>66</sup> *Ibidem*.

*A escolha do ministro recairá sempre em dois engenheiros, um militar e outro civil, o mais antigo dos quaes será o presidente e num architecto, todos ao serviço do ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria.*<sup>67</sup>

No final desse ano de 1901, lançam-se as bases da primeira classificação dos Monumentos Nacionais e imóveis de valor, através da aprovação, decretada a 30 de Dezembro, das *Bases para a classificação dos immoveis que devam ser considerados monumentos nacionaes, e bem assim dos objectos mobiliarios de reconhecido valor intrinseco ou extrinseco pertencentes ao Estado, a corporações administrativas ou a quaesquer estabelecimentos publicos* após parecer dado pelo Conselho. Este documento vem assim estabelecer, pela primeira vez, um critério para a classificação dos monumentos, estendendo-se também aos bens móveis. Este critério pautava-se, sobretudo, pela importância e valor que o monumento representava para a exaltação da memória nacional. Neste sentido, o decreto estipulava, no seu artigo 1º, que *Os immoveis, por natureza ou por destino, cuja conservação represente, pelo seu valor historico, archeologico ou artistico, interesse nacional, serão classificados monumentos nacionaes pelo Ministerio das Obras Públicas, Commercio e Industria.*<sup>68</sup> Se, por um lado, previa-se a protecção dos monumentos, esta ficaria sujeita, por outro lado, à livre actuação de um ministério onde o papel preponderante cabia aos engenheiros, com o risco que lhe era inerente. Importa salientar que, tal como já era previsto no Plano Orgânico do Conselho Superior dos Monumentos Nacionais, de 1898, as intervenções levadas a cabo sobre os monumentos ficaria submetida à autorização do referido ministério, depois de consultado o Conselho<sup>69</sup>. No quadro mental de uma época em que

---

<sup>67</sup> CONSELHO DOS MONUMENTOS NACIONAES, *Op. cit.*, p. 7.

<sup>68</sup> CONSELHO DOS MONUMENTOS NACIONAES, *Op. cit.*, p.13.

<sup>69</sup> «*Os immoveis classificados nos termos do presente decreto não poderão ser destruídos no todo ou em parte, nem soffrer qualquer trabalho de reparação ou modificação sem licença do Ministério das Obras*

se privilegiava a unidade de estilo, é possível compreender as inúmeras campanhas que, em nome dessa *purificação estilística*, se levaram a cabo, assistindo-se a demolições de partes de edifícios e a acrescentos imitativos do estilo original. Como poderemos observar no capítulo seguinte deste estudo, o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça foi um dos muitos monumentos, em Portugal, alvo destas iniciativas. Em todas estas intervenções a palavra final cabia ao Ministério das Obras Públicas, pelo que, a possibilidade de uma actuação diferente da preconizada ou sugerida pelo Conselho, era real.

O documento em análise previa ainda duas situações que nos merecem algum destaque. Nos art.ºs 9º e 10º, refere-se a situação do património móvel, de valor intrínseco ou extrínseco, alvo também de uma classificação e inventariação, por parte do Conselho dos Monumentos Nacionais, estando sujeitos à sua autorização para qualquer intervenção de restauro, quer pertençam ou não ao Estado, à excepção dos objectos pertencentes a Museus.<sup>70</sup> O art.º11º debruça-se sobre os vestígios encontrados em terrenos, públicos ou privados, bem como sobre as linhas de actuação a seguir, de modo a evitar quaisquer danos ou até a sua destruição.<sup>71</sup>

Este documento vem, pois, contemplar problemas decorrentes da propriedade privada de imóveis de valor, da sua conservação e, abrangendo as situações relativas aos bens móveis. Tem, então, início uma fase de activa produção legislativa, acompanhada do restauro de alguns monumentos, e pela constatação, a curto prazo, dos elevados custos necessários a estas iniciativas. Por outro lado, a legislação revelava-se ineficaz no

---

*Públicas, Comercio e Indústria, depois de ouvido o Conselho dos Monumentos Nacionaes» in CONSELHO DOS MONUMENTOS NACIONAES, Op. cit., Art.º 4º, pp.13-14.*

<sup>70</sup> CONSELHO DOS MONUMENTOS NACIONAES, *Op. cit.*, pp.14-15.

<sup>71</sup> CONSELHO DOS MONUMENTOS NACIONAES, *Op. cit.*, p. 15.

âmbito da propriedade privada. Assim, só alguns anos mais tarde, sob a égide da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais é que este movimento assumirá uma actuação contínua.

Ao amadurecimento da ideia de preservação do património monumental seguiu-se a criação de uma legislação apropriada cujo intuito foi o de proteger o objecto da sua acção. No entanto, o corpo legislativo serviu também os interesses do Estado e de grupos privilegiados culminando, por vezes, em atitudes e intervenções hoje tidas como abusivas e destruidoras. Sabemos que, em muitos momentos da nossa história, o património histórico edificado sofreu perdas consideráveis. A venda livre de imóveis de valor e a sua utilização e ocupação, muitas vezes alheias à função original, promoveram o desvirtuar dos edifícios. Por outro lado, algumas das intervenções intencionais são hoje reconhecidas como penosas, sobretudo no que se refere às actuações orientadas por teorias actualmente rejeitadas, – como a do purismo estilístico –, mas que, em tempos, foram tidas como correctas e apropriadas. Importa pois ter presente que a evolução dos comportamentos e atitudes levadas a cabo ao longo do séc. XIX, no que se refere à conservação do património edificado e não só, – dos quais somos herdeiros directos –, teve os seus próprios limites temporais e espaciais, circunscrevendo-se sobretudo à sociedade ocidental oitocentista com o seu próprio quadro mental. Deste modo, é preciso não esquecer que o património que chegou até nós é resultado de uma selecção, cujos critérios e princípios são pertença de uma época. Apetece ainda acrescentar que, também hoje, as linhas que pautam as actuações sobre o edificado histórico imprimem nesse legado uma triagem que o condicionará e cujos critérios poderão, no futuro, vir a ser postos em causa.

A afirmação da sociedade liberal e romântica conduziu, como se disse, ao reconhecimento de um conjunto de valores patrimoniais, sobretudo de carácter monumental, cujo significado se circunscrevia ao nível da história e identidades nacionais. Este reconhecimento assume-se como um passo fundamental no processo de formação desta nova consciência patrimonial e foi promovido pela intervenção pública da elite intelectual portuguesa da centúria de oitocentos, no seio da qual encontramos Alexandre Herculano, cuja formação histórica permitiu-lhe reconhecer as consequências que a instabilidade social e política imprimiam na herança histórica e cultural do País. Manifesto defensor da Nação, Herculano preocupava-se com o destino da riqueza monumental e artística do País, e alerta para a necessidade da sua preservação, reconhecendo-lhe valor histórico. É nesta perspectiva que se ergue a favor dos monumentos, encarando-os como elementos fundamentais para o conhecimento do passado, independentemente da sua função institucional e/ou política. Tal como aconteceu em outros países da Europa, nomeadamente em França, também em Portugal, a demolição de alguns monumentos, a sua danificação ou “simples” desfiguração, permitidas pelas comissões de defesa do património, nascidas a partir do processo de consciencialização oitocentista, devem ser entendidas enquanto reacção a poderes e valores desprezados. Tratam-se de símbolos do clero e da monarquia feudal que então se rejeitavam, anunciando-se desta forma uma ordem terminada. É, pois, contra esta situação que Herculano se insurge.

Imbuído de um espírito romântico, o autor apela para a arquitectura gótica, defendendo-a face às “excessivas” decorações barrocas. A época medieval era assim alvo da atenção e sensibilidade românticas, e os seus monumentos funcionavam como representantes de

um passado remoto que importava trazer à luz do dia, libertando esta arte original de acrescentos posteriores.

A atitude de Alexandre Herculano, e de outros intelectuais portugueses de então, deve também ser entendida no contexto da experiência europeia. Em França, a Revolução de 1789 e as conseqüentes transformações sociais e políticas levaram à promulgação dos primeiros decretos sobre a conservação dos monumentos. O mesmo se passava em Espanha, Itália, Alemanha e Inglaterra. Tornam-se mais frequentes os debates sobre a conservação e o restauro dos monumentos e definem-se duas grandes linhas teóricas protagonizadas pelo inglês John Ruskin e pelo francês Eugène Viollet-le-Duc.

A primeira, de carácter anti-intervencionista,<sup>72</sup> condena o restauro, encarando-o como verdadeira destruição do monumento. Esta atitude assenta na concepção de monumento histórico de Ruskin e dos seus seguidores. A edificação de um monumento antigo pressupõe o trabalho e o esforço de gerações passadas, imprimindo-lhe por isso um carácter sagrado. Deste modo, não é permitido tocar nos monumentos, pois *eles não nos pertencem. Eles pertencem, em parte ao conjunto de gerações humanas que nos seguirão. Qualquer intervenção sobre estas “reliquias” é um sacrilégio.*<sup>73</sup> O restauro afigura-se-lhes assim absurdo e impossível, pois restaurar um edifício viola a sua própria autenticidade. Admitem a possibilidade de uma consolidação e manutenção de monumentos – desde que invisível –, defendendo, no entanto, que o destino de qualquer monumento histórico, dada a acção do tempo, é a ruína.

---

<sup>72</sup> CHOAY, Françoise, *A Alegoria do Património*, Lisboa, Edições 70, 2000, p. 130.

<sup>73</sup> Cit. IDEM, *Ibidem*.



Para Viollet-le-Duc e os seus seguidores, a prática do restauro não só é permitida como até defendida. O próprio autor refere no seu *Dicionário* que *restaurar um edifício é restabelecê-lo num estado completo que pode nunca ter existido num dado momento*.<sup>74</sup>

Com o objectivo de devolver ao edifício a sua pureza inicial, colocava-se em prática um programa de restauro da unidade formal de estilo, “limpando-a” das alterações posteriores.

Esta última teoria, de cariz intervencionista, predominou em muitos países europeus, nomeadamente, em Portugal, onde, indo ao encontro das premissas românticas, foi perfilhada por Alexandre Herculano.

É neste contexto que vamos encontrar as razões das muitas mutilações realizadas nos nossos monumentos e é à luz das filosofias subjacentes que as devemos compreender.

No início do séc. XX, a problemática da defesa, conservação e restauro dos monumentos conduziu ao alargamento daquela consciência, cativando adeptos nas classes médias. Revêem-se conceitos e práticas seguidas no século anterior, mas é só em 1910, pelo Decreto de 16 de Julho, que se publica a lista oficial dos monumentos a classificar, estabelecendo-se a 19 de Novembro do mesmo ano, as bases para a sua protecção. A *Lei da Separação do Estado da Igreja*, em 1911, que retirava personalidade jurídica à Igreja Católica, impedindo-lhe a posse de qualquer bem, criou uma situação semelhante à vivida em 1834, para a qual o recém instaurado regime republicano soube mais rapidamente produzir legislação sobre o património artístico. Assim, a 26 de Maio de 1911 é publicado o decreto reformador que veio descentralizar

---

<sup>74</sup> Cit. IDEM, *Op. cit.*, p.131.

as competências da Comissão dos Monumentos Nacionais.<sup>75</sup> O País é assim dividido em três circunscrições – Lisboa, Coimbra e Porto -, em cada uma das quais funcionaria um Conselho de Arte e Arqueologia a quem cabia, entre outras funções, apresentar propostas de classificação ou a sua apreciação. Estas funções deveriam ser exercidas por uma comissão composta por seis artistas (maioritariamente arquitectos), cinco escritores de arte e arqueólogos. Assim, reconhecia-se a importância da participação de artistas, historiadores e críticos de arte no estudo e defesa dos bens artísticos. Aquelas comissões são atribuídas outras tarefas, nomeadamente a aquisição de obras de arte e peças arqueológicas para museus; a organização de exposições com o objectivo de promover a actividade artística nacional; a classificação e restauro de monumentos; a iniciativa de realizar conferências sobre história da arte e a elaboração de medidas de conservação do património, entre outras. Em relação aos monumentos, contemplava-se, pela primeira vez, no orçamento, verbas específicas destinadas à conservação e restauro a realizar nas diferentes circunscrições do País. Apesar deste dinamismo legislativo, no plano prático os resultados tardavam em aparecer.

Com a participação portuguesa na Primeira Grande Guerra e o conseqüente agravamento financeiro verificado, escasseavam as obras realizadas nos monumentos portugueses apesar do estado de degradação de alguns. Por outro lado, os próprios serviços responsáveis pelas obras em monumentos dentro do Ministério das Obras Públicas mostravam-se pouco eficientes devido à diversidade dos trabalhos, ao excesso de burocracia e à falta de formação específica de muitos assalariados. Para fazer face a esta situação, é criado um novo organismo no seio do Ministério do Comércio e

---

<sup>75</sup> D.G. nº124 de 24 de Maio de 1911. O Decreto é assinado por Teófilo Braga, António José de Almeida, Bernardino Machado, José Relvas, António Xavier Correia Barreto, Amaro de Azevedo Gomes e Manuel de Brito Camacho.

Comunicações: a Administração Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.<sup>76</sup> Com o objectivo de elaborar estudos e obras em edifícios e monumentos nacionais, estava dividida em serviços internos e externos, ficando os últimos confinados a duas direcções sedeadas em Lisboa e Porto.<sup>77</sup> O corpo de funcionários era composto por engenheiros civis, arquitectos e desenhadores, sendo o cargo de Administrador Geral atribuído a um engenheiro inspector ou civil de 1ª classe, coadjuvado por um arquitecto.<sup>78</sup>

No entanto, não estavam bem definidas os limites e áreas de actuação entre este novo organismo e os Conselhos de Arte e Arqueologia, pelo que, tal indefinição e dispersão de serviços e competências prejudicaram o património arquitectónico nacional. Como agravante, o Ministério das Finanças criara, em 1919, um Conselho de Património, cuja actuação se estenderia aos monumentos seus dependentes.<sup>79</sup> Tornava-se pois necessário elaborar uma linha de actuação eficaz e coerente.

Em 1924 procedeu-se a uma nova reorganização dos serviços artísticos e arqueológicos<sup>80</sup>, centralizando no Ministério da Instrução todos os serviços referentes a Monumentos e Palácios Nacionais. É então criado um Conselho Superior de Belas Artes com funções consultivas e deliberativas, enquanto a 3ª Repartição da Direcção Geral das Belas Artes ficaria responsável pelos Monumentos e Palácios Nacionais, incluindo o serviço de obras, antiga competência do Ministério das Obras Públicas. Esta alteração conduziu a um conflito burocrático entre os dois ministérios que se arrastou por dois anos, dificultando a aplicação da legislação.

---

<sup>76</sup> Decreto n.º 7 038 de 17 de Outubro de 1920.

<sup>77</sup> Cf. NETO, Maria João Baptista, *Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, 1ª ed., Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2001.

<sup>78</sup> O primeiro Administrador Geral foi o Engenheiro Civil de 1ª classe, José Ribeiro de Almeida, nomeado por decreto de 30 de Outubro de 1920 (*Diário do Governo*, n.º 83 – 2ª série de 13-03-1921). Cf. IDEM, *Ibidem*.

<sup>79</sup> Decreto n.º 6 184, de 29 de Outubro de 1919.

<sup>80</sup> Lei n.º 700, 18 de Dezembro de 1924.

A Repartição era chefiada por um arquitecto de primeira classe, e incluía ainda mais três arquitectos, dois engenheiros auxiliares e dois desenhadores. As suas funções iam desde a vigilância dos imóveis à tomada de procedimentos necessários à sua conservação, passando pela realização de projectos destinados a obras de reparação, conservação e restauro.

A classificação definida em 1911 era confirmada, contemplando-se uma segunda categoria de imóveis de reconhecido interesse, ao mesmo tempo que se admitia a possibilidade de expropriação para edificios particulares. A novidade da Lei n.º 700 dizia respeito à salvaguarda da zona envolvente do imóvel. A reutilização dos monumentos era também destacada, salientando-se a necessidade de um maior cuidado, cujo parecer ficaria a cargo do Conselho Superior de Belas Artes.

Em 1926, o Decreto de 13 de Fevereiro regulamenta a lei e vem resolver o conflito gerado entre os dois ministérios, em prol do Ministério de Instrução Pública. As alterações não são relevantes, verificando-se apenas uma transferência do serviço de monumentos da Administração Geral para a 3ª Repartição de Belas Artes. O Decreto de 24 de Abril de 1926 nomeia o arquitecto Adães Bermudes para o lugar de Chefe da 3ª Repartição da Direcção Geral de Belas Artes, secundado pelos arquitectos António do Couto e Baltazar de Castro.

Dois anos depois, em 1928, verifica-se nova organização nos serviços artísticos e arqueológicos sem grandes consequências, pretendendo-se apenas reforçar o papel do Conselho Superior de Belas Artes. Durante este novo regime, a preocupação foi a de

centralizar, aceitando-se, no entanto, os contributos das comissões municipais de arte e arqueologia, antes da competência dos conselhos das três circunscrições do país. Foi ainda durante este período que se elaboraram as três categorias do património cultural português: monumentos nacionais, imóveis de interesse público e imóveis de valor concelhio. Alargaram-se as capacidades de intervenção do Estado na esfera do arrolamento dos bens móveis. Por outro lado, cria-se, em 1929, a Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais,<sup>81</sup> no seio do Ministério das Obras Públicas, reunindo-se no mesmo organismo os serviços de edifícios e monumentos nacionais.

Para além de uma Repartição Central e de duas Direcções de Edifícios Nacionais (Norte e Sul), o Decreto n.º 16 791 contemplava ainda uma Direcção dos Monumentos Nacionais, constituída pelos serviços herdados da antiga Repartição dos Monumentos Nacionais. Cabia assim ao Serviço de Monumentos elaborar e executar projectos completos para obras de reparação, restauro e conservação de monumentos e palácios nacionais; fiscalizar os trabalhos executados; promover a cooperação entre o Estado e as entidades particulares possuidoras de imóveis classificados; actualizar o inventário geral dos imóveis classificados e o respectivo registo iconográfico e promover e zelar pelo cumprimento das normas relativas aos monumentos. Competia-lhe ainda elaborar regras e preceitos técnicos a serem observados na conservação e nas obras de intervenção dos imóveis. Com o objectivo de serem contempladas no Orçamento Geral do Estado, deveria também organizar, e submeter à aprovação superior, o plano geral de todas as obras de conservação, reparação ou restauro a realizar com o correspondente cálculo de despesas.

---

<sup>81</sup> Decreto n.º 16 791 de 30 de Abril de 1929.

O cargo de Director-Geral foi ocupado pelo engenheiro militar Henrique Gomes da Silva (1890-1969). O lugar de Director do Serviço de Monumentos foi ocupado pelo arquitecto Adães Bermudes e, mais tarde, pelo arquitecto António do Couto Abreu.

Após alguns meses, entendeu-se a necessidade de proceder a algumas alterações. Assim, a Direcção dos Monumentos Nacionais é desdobrada na Direcção dos Monumentos Nacionais do Norte – liderada pelo arquitecto Baltazar de Castro –, e na Direcção dos Monumentos Nacionais do Sul nas mãos do arquitecto António do Couto Abreu, após o afastamento de Adães Bermudes.

Em 1935, o Ministério das Obras Públicas e Comunicações<sup>82</sup> é submetido a nova reorganização pelo Decreto-Lei n.º 26 117. A Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais passa a distinguir os serviços centrais e os serviços externos. Dentro dos primeiros vamos encontrar uma Repartição de Estudos e Obras de Monumentos, enquanto nos segundos se enquadra apenas uma Direcção dos Monumentos, ficando o Serviço de Edifícios dividido em quatro Direcções.

Os valores nacionalistas do Estado Novo e o desejo de atingir a grandeza vivida no passado, encontram nos monumentos nacionais o reflexo de uma época de triunfo e glória. Consagram-se assim alguns edifícios pelo prestígio assumido ao longo da história, é o caso dos Mosteiros de Santa Maria da Vitória e de Santa Maria de Belém, enquanto outros são alvo de uma valorização simbólica no âmbito de comemorações evocativas. O ideário do Estado Novo influenciou, obviamente, na adopção de doutrinas de intervenção por parte da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

---

<sup>82</sup> Assim designado desde 1932, pelo Decreto-Lei n.º 21 454, de 7 de Julho.

Buscava-se o estado primitivo dos edifícios, limpando-os dos acrescentos posteriores, de modo a permitir uma leitura simbólica mais nítida. Assim, os monumentos eram submetidos a obras que sacrificavam elementos de outras épocas, inserindo-os na gramática estético-artística do período histórico que os viu nascer.

A ditadura militar e o Estado Novo criaram uma atmosfera de restauro muito particular, influenciada pelas ideias em voga na Europa e propícias ao desenvolvimento da teoria da unidade de estilo. A actuação da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais pautou-se por esse princípio. Esta filosofia é aliás bem nítida se atentarmos nos documentos das obras realizadas por aquele organismo ou, ainda, se procedermos a uma consulta dos Boletins, onde era exposto o programa de obras realizadas em alguns documentos. Ainda que não tenha sido elaborado qualquer corpo teórico de intervenção em edifícios e monumentos nacionais, é de destacar o texto do primeiro número do Boletim, publicado em 1935, mas apresentado no ano anterior, pelo Engenheiro Henrique Gomes da Silva, por ocasião do 1º Congresso da União Nacional. O documento apresenta-se sob a forma de *orientação técnica a seguir no restauro dos Monumentos Nacionais*<sup>83</sup>:

*1) Importa restaurar e conservar, com verdadeira devoção patriótica, os nossos monumentos nacionais, de modo que, quer como padrões imorredouros das glórias pátrias que a maioria deles atesta, quer como opulentos mananciais de beleza artística, eles possam influir na educação das gerações futuras, no duplo e alevantado culto da Pátria e da Arte,*

---

<sup>83</sup> *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º1, Setembro de 1935, p.19.

*2) O critério a presidir a essas delicadas obras de restauro, não poderá desviar-se do seguido com assinalado êxito, nos últimos tempos, de modo a integrar-se o monumento na sua beleza primitiva, expurgando-o de excrescências posteriores e reparando as mutilações sofridas, quer pela acção do tempo, quer por vandalismo dos homens.*

*3) Serão mantidas e reparadas as construções de valor artístico existentes, nitidamente definidas dentro de um estilo qualquer, embora se encontrem ligadas a monumentos de caracteres absolutamente opostos.<sup>84</sup>*

Pela leitura e análise de tais princípios, facilmente nos apercebemos da clara influência da teoria do purismo arquitectónico preconizada por Viollet-le-Duc. A atenção dedicada aos monumentos antigos justifica-se pela intenção de perpetuar no tempo e no espaço as marcas de um passado glorioso. Neste sentido, assiste-se a verdadeiras mutilações do património monumental português. Muitos autores da época, interessados pela questão do património, manifestaram a necessidade de intervir num monumento a fim de lhe devolver a sua aparência original.

Em 1922, Jorge das Neves Larcher afirma em relação ao Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça:

*É de lastimar que neste soberbo templo não se possam, hoje, admirar todas as suas feições primitivas. A reconstrução do convento no século XVII, veio prejudicar em parte o seu valor primitivo, porque os frades não só mascararam o que já existe, como também enfeitaram este monumento com pesadas ornamentações, não muito cheias de*

---

<sup>84</sup> *Ibidem*, pp. 19-20.



*graça do estilo da Renascença, que tão belas e deslumbrantes criações teve em muitos paizes da Europa e entre nós marcou um período de pobreza...*<sup>85</sup>

Alguns anos mais tarde diz-nos Ernesto Korrodi:

*A sevéra monumentalidade das linhas primitivas da capella-mór encontra-se mascarada por uma architectura clássica da authoria de um architecto inglez, Guilherme Elsdon, datando de 1696, cujo enxerto um dia deverá ceder a um plano de obras de restauro, visto ser o seu pouco valor artístico não compensar a irritante desharmonia que obra tam exótica provóca.*<sup>86</sup>

No próprio Processo de Obras realizadas no monumento em estudo, não é difícil encontrar justificações desta índole. Em Fevereiro de 1928, aquando das obras do Refeitório, o architecto Adães Bermudes enviava uma proposta de orçamento em que salientava a necessidade de transferir o *Teatro da Vila* para outro local, afirmando que, *no que respeita o salão do refeitório, exemplar único no paiz de edificação monástica de tamanhas proporções, é lamentável deveras, que uma tal obra de architectura medieval de há muito não tenha sido reivindicada para posse do Estado e facultado assim ao estudo e admiração dos visitantes, como já hoje o são a sala do capítulo e a totalidade do claustro. [...] Ademais, reconstituído o salão na sua magestade primitiva nada se opõe, até pelo contrário seria educativo e de toda a oportunidade que se*

---

<sup>85</sup> LARCHER, Jorge das Neves, *Monumentos de Portugal. Alcobça e Batalha*, Lisboa, Papelaria Paleta Douro, 1922, p.10.

<sup>86</sup> KORRODI, Ernesto, "Estudo Histórico-Archeológico e Artístico da Real Abadia de Santa Maria de Alcobça", *Monumentos de Portugal*, n.º 4, Porto, Litografia Nacional Edições, 1929, p. 39.

*aproveita, para salão de festas ou de reunião, enquanto a Vila de Alcobaça não possuir seu teatro novo.”<sup>87</sup>*

Ou ainda, aquando das obras realizadas na abside central da Igreja, Baltazar de Castro salienta a sua necessidade por se tratar de uma *joia architectonica da Ordem dos Monges de Cister*<sup>88</sup>, que tem como objectivo a restituição a *este Monumento da sua grandiosa estrutura romanica primitiva, eliminando todos os enxertos de épocas muito posteriores, tais como os que brigam com a unidade architectónica da colunata da absyde.*<sup>89</sup> Daí que proponha a supressão da colunata dupla do século XVII, *pela discordância profunda entre estes enxertos e a arquitectura da primitiva colunata da abside e ainda porque sendo este Monumento um exemplar único no paiz, com deambulatório em disposição de meia charola, merece só por este importante pormenor, que ela seja levada a efeito.*<sup>90</sup>

Muitas outras referências desta natureza podem ser encontradas, mas deixaremos este assunto para o capítulo seguinte. Por ora importa reconhecer nestas orientações as linhas de força que pautaram os restauros realizados pela Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais durante o período considerado.

---

<sup>87</sup> “Proposta de Orçamento”, 6 de Fevereiro de 1928, *Processo de Obras. Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, DGEMN.

<sup>88</sup> “Memória Descritiva de 1 de Maio de 1930”, *Processo de Obras. Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, DGEMN.

<sup>89</sup> *Ibidem.*

<sup>90</sup> *Ibidem.*

## **2. As Intervenções da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais no Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça: Igreja e dependências monásticas (1929-1960)**

O conjunto monástico de Santa Maria de Alcobaça sofreu, como vimos, diversas alterações ao longo da sua história. Os séculos XVI, XVII e XVIII serviram de palco a inúmeros acrescentos arquitectónicos e decorativos, ecos das correntes artísticas então vividas. Alguns desses acrescentos são ainda possíveis de observar, outros, porém, desapareceram, quer por obra humana, quer devido a condicionalismos naturais.

Como já atrás foi dito pretendemos analisar as obras de restauro empreendidas, pela Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, ao longo da primeira metade do século XX, na Igreja, Claustro de D. Dinis e dependências anexas de fundação medieval do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, núcleo ao qual acrescentámos a Sala dos Túmulos, Sacristia Moderna e Sala dos Reis, cobrindo-se assim a área visitável do monumento. É nossa intenção compreender, à luz do actual edifício, os efeitos daquelas intervenções. Optámos por agrupar as obras realizadas em função dos espaços monacais para, também assim, avaliar as orientações seguidas na intervenção.

Os primeiros documentos a que tivemos acesso são anteriores à criação da DGEMN, datando de 1928, e incidem fundamentalmente sobre a questão da ocupação da Sala do Refeitório pelo Teatro da Vila, de que falaremos na devida altura.

Antes de dar início à descrição das obras realizadas no espaço em estudo, importa referir que as restantes dependências deste conjunto monástico foram igualmente alvo de intervenções da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, sobretudo as áreas ocupadas por diferentes serviços, como o Asilo de Mendicidade.

## 2.1 A Igreja

A igreja constituiu uma das primeiras preocupações dos técnicos da DGEMN. Para além das obras de beneficiação realizadas nas coberturas, foram também levados a cabo trabalhos de restauro quer no interior quer no exterior. Uma vez que estas intervenções distribuíram-se pelas diferentes partes do templo, a presente análise seguirá a mesma ordem. Assim, encontramos obras realizadas no pórtico, na capela-mor, no deambulatório, no transepto e nas naves.

### 2.1.1 Fachadas

A primeira referência a uma intervenção na fachada do monumento diz respeito ao pórtico da igreja e data de 6 de Fevereiro de 1928. Trata-se de uma proposta de orçamento para a substituição por calcário rijo, e respectivo assentamento, das colunas do pórtico, então inteiramente deterioradas. O documento mereceu aprovação a 17 do mesmo mês, não havendo mais nenhuma referência à intervenção. Sabemos, no entanto, de acordo com a descrição que nos é feita por Bernardo Villa Nova<sup>91</sup>, que o pórtico teria, inicialmente, uma coluna que o dividia ao meio. Ernesto Korrodi considerara o portal como o *único elemento exterior da frontaria ocidental revelador da antiguidade da abbadia*,<sup>92</sup> salientando que a fachada é um *curioso exemplar de architectura*

---

<sup>91</sup> VILLA NOVA, Bernardo, *O Mosteiro de Alcobaça*, [s.l.,s.n.], 1947, p.6.

<sup>92</sup> KORRODI, Ernesto, *Alcobaça. Estudo Histórico-Archeológico e Artístico da Real Abbadia de Santa Maria de Alcobaça*, Porto, Litografia Nacional - Edições, 1929, p. 27.

*bastarda, de uma renascença decadente*<sup>93</sup>, a qual foi construída de forma alinhada ao portal primitivo, *antes saliente*<sup>94</sup>. Segundo este autor, a fachada primitiva era possuidora de linhas mais simples, sem as torres e precedida de uma galilé. Contudo, Joaquim Vieira Natividade não deixa de reconhecer que a actual fachada concede grandiosidade ao monumento.

Na mesma altura, procede-se à impermeabilização do terraço entre as duas torres da frontaria a fim de evitar infiltrações na abóbada da Igreja.<sup>95</sup>

Visto não constituir objecto de análise do presente estudo, limitamo-nos apenas a referir que as intervenções realizadas na ala norte constituíram, na maioria das vezes obras de adaptação daquele espaço aos diferentes serviços ali instalados,<sup>96</sup> no entanto, também encontramos trabalhos de beneficiação, nomeadamente nas fachadas, cuja realização dependeu de parecer emanado da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, foi o que aconteceu em 1931 quando, a pedido da Câmara Municipal de Alcobaça ali instalada, foi a DGEMN quem determinou que a fachada da ala norte poderia ser pintada desde que se mantivessem as mesmas cores ou as indicadas pelos técnicos responsáveis, que se deslocariam a Alcobaça para o efeito.<sup>97</sup> De facto, as obras

---

<sup>93</sup> IDEM, *Ibidem*.

<sup>94</sup> IDEM, *Ibidem*.

<sup>95</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Proposta de Orçamento, 6 de Fevereiro de 1928. Aprovada a 17 de Fevereiro de 1928.

<sup>96</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Proposta, 20 de Maio de 1948. Aprovada a 20 de Maio de 1948, de acordo com a Ordem de Serviço n.º 3625. Esta obra pretendia transformar em janela a porta de acesso à Caixa Geral de Depósitos instalada na ala norte do Mosteiro.

<sup>97</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo Administrativo do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Ordem de Serviço n.º 1415, 11 de Maio de 1931.

a realizar careciam de parecer proveniente da DGEMN, embora a sua execução constituísse responsabilidade legal por parte da Câmara Municipal.<sup>98</sup>

Em 1938 a autarquia volta a pretender pintar a fachada do edifício do mosteiro correspondente aos seus serviços e de outras repartições públicas, desta vez de amarelo claro. Para tal, é solicitada nova autorização junto da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, cujo parecer aponta a cor branca, com o objectivo de manter a *harmonia com o existente*.<sup>99</sup>

Anos mais tarde, em meados de 1946, uma Memória Descritiva enumera algumas reparações a realizar nas fachadas do mosteiro.<sup>100</sup> O facto do monumento se encontrar à época ocupado pelo Asilo de Mendicidade levou a que o documento distinguisse os trabalhos a realizar nas fachadas daquela parte do edifício das que se pretendiam realizar nas fachadas do “monumento” propriamente dito. Assim, no primeiro caso, incluíam-se a picagem de rebocos velhos; limpeza de cantarias, reparação e pintura de caixilharias, com substituição de ferragens; reparação de beirados, com substituição de telhas partidas e remoção e transporte de entulhos. Quanto às restantes fachadas do mosteiro previam-se igualmente a limpeza de cantarias bem como a reparação e pintura de caixilharias. Apesar de não ser especificado, a distinção dos custos destas intervenções deveu-se ao facto destas áreas estarem na dependência de diferentes ministérios.

---

<sup>98</sup> Arquivo da DREMN-LISBOA, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 2 de Fevereiro de 1949.

<sup>99</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Ordem de Serviço n.º 2823, 7 de Abril de 1938.

<sup>100</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Memória Descritiva – Mosteiro de Alcobaça – Reparação de Fachadas, 17 de Agosto de 1946.

Em Agosto de 1947 foi aprovada uma proposta <sup>101</sup> de reparação dos telhados da Igreja.

A década de 50 foi marcada por mais reparações de caixilharia e diversos trabalhos em diferente locais do mosteiro, nomeadamente na fachada sul da igreja e capela de S. Bernardo onde, em 1958, são reforçados os contrafortes.<sup>102</sup>

### 2.1.2 Capela-mor

O restauro empreendido na abside central da igreja foi talvez dos mais profundos levados a cabo pela DGEMN. De acordo com os Processos de Obras, as intervenções integravam-se no programa de restauro do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça *elaborado após criteriosos estudos pela antiga Direcção dos Monumentos Nacionais e por outras entidades....*<sup>103</sup> Orientados pela filosofia do purismo arquitectónico, os técnicos e dirigentes envolvidos tiveram como preocupação fundamental a eliminação dos acrescentos pós-medievais e a reconstituição do espaço na sua pureza original. Assim, procedeu-se à eliminação da colunata dupla do século XVII (ver Anexo I – figs.88 - 91), ao apeamento do retábulo e das dezasseis figuras que o decoravam, considerados elementos que *brigam com a unidade arquitectónica*<sup>104</sup>. Toda a cantaria lavrada, em cornija sobreposta à abside central, foi apeada e removida. As cantarias primitivas sofreram reparações em diversos pontos e as figuras, então apeadas, foram

---

<sup>101</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Proposta, 21 de Agosto de 1947. Aprovada a 27 de Agosto de 1947, conforme Ordem de Serviço n.º 7406.

<sup>102</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, “Reparação e Restauro de caixilharia e diversos”, 14 de Novembro de 1956. Também a fachada sul da igreja foi alvo de intervenção em meados dos anos 50, procurando-se realizar a demolição das construções ali existentes e o consequente arranjo da fachada.

<sup>103</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras*, Memória Descritiva e Justificativa, 1 de Maio de 1930.

<sup>104</sup> *Ibidem*.

posteriormente arrumadas na Sacristia e no Claustro de D. Dinis. Esta obra foi aprovada com dispensa das formalidades de concurso público e de contrato escrito.<sup>105</sup>

O referido retábulo datava do tempo do Cardeal-Rei (1594), teria sido ampliado no século XVII, com obras dos monges barristas, e acrescentado no século seguinte com *o globo e resplendor de madeira dourados e prateados*.<sup>106</sup> As palavras de Joaquim Vieira Natividade são bastante claras a este respeito, quando afirma tratar-se da *obra de restauro mais notável [...] que revelou em toda a sua austera simplicidade, a primitiva cabeceira do templo*.<sup>107</sup> De facto, o apeamento do retábulo e a supressão da colunata dupla permitiu pôr a descoberto a arcaria anterior (ver Anexo I – fig.92). Esta obra, tida inicialmente como fácil,<sup>108</sup> acabou por levantar alguns problemas já que as cantarias das colunas e dos arcos encontravam-se muito danificadas. De acordo com o que conseguimos apurar, o seu arranjo revelou-se complexo, pois Vieira Natividade exigiu, repetidas vezes, a presença do arquitecto Baltazar de Castro a fim de se esclarecerem algumas dúvidas relativas ao restauro das colunas, ao reboco das paredes e ao arranjo das silharias, destruídas no incêndio de 1811, sob pena de se interromperem os trabalhos. Por outro lado, a complexidade da obra e a necessidade de adquirir mais cantaria encareceu-a, pelo que se procedeu repetidamente a solicitações de mais verba, de modo a cobrir os gastos exigidos quer com o pessoal, quer com o material. Em Agosto de 1930, António V. Natividade informa Baltazar de Castro da necessidade de se executarem novas colunas para suportarem os túmulos e o altar, visto que as colunas

---

<sup>105</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobça*, Autorização de dispêndio de mais verba, 12 de Julho de 1930.

<sup>106</sup> NATIVIDADE; J. Vieira, *O Mosteiro de Alcobça. Notas Históricas - A Igreja - Os Túmulos - O Mosteiro*, Porto, Marques Abreu - Editor, 1950, p. 13.

<sup>107</sup> NATIVIDADE; J. Vieira, *Op. cit.*, p.13.

<sup>108</sup> Nas palavras do Próprio Baltazar de Castro: “*De resto o apeamento dessa obra do século XVII, fácil é, porque ela está perfeitamente justaposta à primitiva colunata românica, por esta circunstância oferecerá todas as garantias de êxito no que diz respeito à sua não deterioração*”, Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobça*, Memória Descritiva e Justificativa de 1 de Maio de 1930.



do altar-mor se encontravam dispersas pela igreja. Oito das colunas existentes suportavam túmulos, sendo que a quatro delas faltavam os respectivos capitéis, e quatro suportavam o altar de N.ª Sr.ª de Lurdes. António Vieira Natividade<sup>109</sup> viu-se obrigado a solicitar a presença de um escultor ou, como mais tarde refere, um mestre-canteiro a fim de solucionar os problemas relativos à modelação dos remates das colunas da abside e das colunas e capitéis do altar-mor e que quase levaram à paralisação das obras<sup>110</sup>. Em Fevereiro do ano seguinte, propunha a Baltazar de Castro a execução das colunas necessárias ao altar-mor, altares do deambulatório e de N.ª Sr.ª de Lurdes através das existentes, solução que permitiria terminar a obra mais cedo<sup>111</sup>. Ao que se pôde constatar, o atraso, dificuldade e encarecimento da obra, - sobretudo devido à difícil execução do arranjo de dois pilares da capela-mor<sup>112</sup> -, poderiam colocar em risco a sua continuidade, dando origem a protestos por parte dos opositores às obras naquela área da igreja. De facto, a obra estendeu-se por mais tempo do que o previsto, e a sua paralisação apenas foi evitada por ter sido conseguido um novo financiamento aprovado por Baltazar de Castro, enquanto se solicitava a visita de alguém competente na matéria<sup>113</sup>. No início de 1932 é aprovada a execução da obra relativa à reconstrução e assentamento do altar-mor.<sup>114</sup> Em meados do ano seguinte é proposta e aprovada a

---

<sup>109</sup> Então responsável pela obra.

<sup>110</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Informação sobre o decorrer das obras, 12 de Janeiro de 1931.

<sup>111</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Informação sobre o decorrer das obras, 21 de Fevereiro de 1931.

<sup>112</sup> "...foi necessário gatear bem todas as pedras (devido ao elevado peso dos pilares – cerca de 25 toneladas cada um) e fazer fundos encaixes nas paredes, para as travar", Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Informação sobre o decorrer das obras, 21 de Fevereiro de 1931.

<sup>113</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Informação sobre o decorrer das obras, 12 de Janeiro de 1931.

<sup>114</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 21 de Janeiro de 1932.

construção e o assentamento dos capitéis da capela-mor, segundo os modelos indicados, bem como o restauro das bases de colunelos de acordo com os vestígios encontrados.<sup>115</sup>

Outra das intervenções levadas a cabo no início dos anos 30 foi a de retirar os degraus e estrado com guardas, assim como os caixilhos de madeira que entaipavam, pelo exterior, toda a colunata da abside.

O rebaixamento do pavimento da Igreja constituiu também uma das preocupações dos técnicos da DGEMN com o objectivo de colocar a descoberto o pavimento primitivo, inicialmente erguido pelos próprios monges cistercienses a fim de evitarem as cheias dos rios. Esta obra, iniciada em finais de 1930, é referida pela primeira vez num documento de 1 de Maio desse ano<sup>116</sup>, no entanto, ao longo da década<sup>117</sup> volta a aparecer na documentação consultada. Esta situação deve-se, por um lado, à complexidade da obra, cuja dimensão englobava toda a área da Igreja, por outro, ao facto de nem sempre ser possível o aproveitamento do lajedo primitivo, como inicialmente era pretendido, dado o estado de degradação (caso da capela-mor), o que acabava por encarecer a obra, originando sucessivos pedidos de verba que, obrigatoriamente, necessitavam de autorização das instâncias superiores, o que levava o seu tempo. Em alguns momentos as obras chegaram a paralisar, aguardando-se a presença do Arquitecto Baltazar de Castro a fim de se decidir questões como o nível do

---

<sup>115</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Tarefa Operária de mão-de-obra a executar no Mosteiro de Alcobaça, 8 de Junho de 1933.

<sup>116</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Memória Descritiva e Justificativa de 1 de Maio de 1930.

<sup>117</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Proposta de Orçamento, 6 de Fevereiro de 1933; *Ibidem*, Tarefa Operária de mão-de-obra a executar no Mosteiro de Alcobaça, 8 de Junho de 1933; *Ibidem*, Proposta de Tarefa operária de mão-de-obra, 26 de Outubro de 1933.

piso, a colocação do altar-mor e os remates dos fustes.<sup>118</sup> A reconstrução do pavimento foi feita com cantaria aparelhada, aproveitando parte do lajeamento existente.

Sabe-se que em Novembro de 1930 os trabalhos decorriam com normalidade, de acordo com a informação de António Vieira Natividade a Baltazar de Castro sobre o andamento das obras. O entablamento da capela-mor fora arreado, procedendo-se à reparação das pequenas ogivas, algumas em muito mau estado. Nesse mesmo documento, Vieira Natividade solicitava a presença do Arquitecto Director dos Monumentos Nacionais do Norte, visto possuir algumas dúvidas acerca dos remates das colunas sobre as quais assentavam os artesãos das abóbadas. A brevidade desta visita permitiria o bom andamento da obra.

No ano seguinte, procederam-se ainda a obras de reconstrução dos telhados com telha nacional e argamassa hidráulica.<sup>119</sup> O apeamento do anexo situado junto às absides, entretanto proposto, foi aprovado. Repararam-se inúmeras cantarias.

No âmbito de uma Proposta de Orçamento sobre um conjunto de obras a levar a cabo na igreja, incluem-se a reconstrução dos pilares interiores moldurados da capela-mor, formando feixe de colunelos em cantaria lavrada, bem como dos pilares do órgão.<sup>120</sup> O mesmo documento refere ainda a reconstrução de colunelos e arquivoltas em cantaria lavrada (bases, fustes e capitéis) recorrendo ao aproveitamento da cantaria existente; reconstrução de janelas molduradas em cantaria lavrada, incluindo apeamento dos

---

<sup>118</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Informação sobre o decorrer das obras, 18 de Maio de 1931.

<sup>119</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Proposta de Tarefa Operária de Mão-de-Obra, 31 Dezembro de 1930. Aprovação a 3 de Janeiro de 1931, de acordo com Ordem de Serviço n.º 8.

<sup>120</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Proposta de Orçamento, 18 de Março de 1931.

altares que as entaipam; reconstrução de silharias mutiladas (nas capelas e galerias); reabertura de janelas primitivas na capela-mor e nave cruzeira, com demolição de parede e o apeamento de lanternins, incluindo a reconstrução da abóbada e lajeado em cantaria lavrada (nas capelas).<sup>121</sup> A aprovação deste novo orçamento saiu em 20 de Março de 1931. Mais uma vez, é referido que a obra tem como objectivo (r)estabelecer *a harmonia do conjunto alterada pela discordância profunda que se nota entre os enxertos existentes e o conjunto geral da capela-mor e deambulatório em restauro.*<sup>122</sup>

Durante a desmontagem da decoração em madeira assente no arco triunfal, constatou-se que a cantaria com moldura havia sido cortada para que o arco em madeira fosse mais facilmente colocado. Esta situação fez prolongar a obra por mais algum tempo e exigiu a aquisição de nova cantaria com as medidas exactas.<sup>123</sup> A dimensão da obra obrigou a montagem de um andaime a toda a largura e altura da nave, situação que assumiu um significado relevante como atestam as várias referências na documentação consultada.<sup>124</sup>

Torna-se importante referir que, como tivemos oportunidade de observar pela análise dos processos de obras consultados, à medida que se realizavam as diversas obras na capela-mor, outras arrancavam no espaço correspondente ao cruzeiro bem como nas capelas do deambulatório. Por consequência, as primeiras estenderam-se ao longo de vários anos, conduzindo à elaboração de sucessivos orçamentos que, dada a

---

<sup>121</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Memória Descritiva e Justificativa, 10 de Março de 1931.

<sup>122</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Proposta de Orçamento, 18 de Março de 1931.

<sup>123</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Informação de António Vieira Natividade ao Arquitecto Director dos Monumentos Nacionais do Norte, 28 de Março de 1931.

<sup>124</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Informação sobre o decorrer das obras, 24 de Abril de 1931.

complexidade dos trabalhos, se revelaram muitas vezes insuficientes. Por outro lado, as obras que *despiram* a capela-mor dos *repudiados* acrescentos posteriores acabaram por deixar também, ou até talvez provocar, estragos maiores do que se previam, tornando a obra mais complexa, - daí os sucessivos pedidos da presença do arquitecto responsável e de mestres canteiros -, mais morosa e, conseqüentemente, mais cara. É neste contexto que vamos encontrar, a par da obra de reconstrução do arco cruzeiro, realizada em meados de Maio de 1931, uma proposta de restauro completo das janelas da abside central da igreja. Na mesma altura, um documento, enviado por V. Natividade e Baltazar de Castro, dava conta da paralisação das obras e da urgência da sua presença no Mosteiro a fim de se decidir um conjunto de questões relacionadas com as intervenções levadas a cabo neste espaço, nomeadamente sobre o nível do piso e a colocação do altar-mor. Meses mais tarde, já em 1932, é aprovada uma proposta de reconstrução e assentamento do altar-mor.

Em meados do ano seguinte, após a saída de António Vieira Natividade, o andamento das obras ressentiu-se. Foi o caso do desconhecimento sobre o fim a dar à pedra acumulada com a desmontagem dos altares laterais do transepto, o que dificultou o fim da colocação da laje na capela-mor. De facto, em Julho desse ano, é o próprio Baltazar de Castro quem, reconhecendo a desorientação vivida entre os operários que trabalhavam no Mosteiro, ordena a suspensão das obras.<sup>125</sup> Esta situação levou à intervenção do Engenheiro Director da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais que solicitara àquele arquitecto a conclusão a curto prazo dos trabalhos que faltavam executar, assim como a libertação da nave central.

---

<sup>125</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo Administrativo do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Ordem de Serviço n.º 3134, 21 de Julho de 1933. Documento enviado por B. Castro ao Guarda do Mosteiro.

### 2.1.3 Deambulatório (ver Anexo I – figs. 93 – 96)

Este espaço participou das intervenções levadas a cabo na década de 30 do século passado, no sentido de restabelecer a *harmonia do conjunto*<sup>126</sup> alterada com acrescentos do século XVIII e que, antes dos trabalhos de restauro, apresentaria uma fisionomia bastante diferente. As capelas seriam decoradas com talha setecentista e iluminadas com lanternins<sup>127</sup>, sendo alguns altares possuidores de imagens de talha policromada, como era o caso das imagens de Santa Umbelina e Santa Teresa<sup>128</sup>. Tanto a talha dourada como os lanternins foram eliminados e apeados, respectivamente, durante as obras.

Data de Dezembro de 1930 o documento encontrado que, pela primeira vez, refere a intenção de realizar obras nas capelas do deambulatório. Trata-se de uma informação de António Vieira Natividade a Baltazar de Castro, em que se refere que os trabalhos a levar a cabo nas capelas seriam iniciados dali a pouco tempo. De facto, em Janeiro do ano seguinte, há informação de que as capelas continuavam a ser desobstruídas. As obras exigiram mais uma vez a presença do arquitecto Baltazar de Castro e a necessidade de mais verba, visto ter sido necessário proceder à aquisição de cantaria para os altares das capelas e de N. Sr.<sup>a</sup> de Lurdes. A desobstrução e o arranjo das capelas estariam a ser realizados com as economias provenientes do orçamento das obras nos telhados da sacristia.<sup>129</sup> A situação parece ter sido algo complicada, pois, mais uma vez, Vieira Natividade pusera a hipótese de parar com as obras. Em Março de 1931, quatro das capelas encontravam-se desobstruídas e três restauradas, porém, faltavam executar os altares, pelo que se propôs novo orçamento. Segundo Joaquim

---

<sup>126</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Proposta de Orçamento, 18 de Março de 1931.

<sup>127</sup> KORRODI, Ernesto, *Op. cit.*, pp. 39-40.

<sup>128</sup> KORRODI, Ernesto, *Op. cit.*, p.40.

<sup>129</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Informação sobre o decorrer das obras, 21 de Fevereiro de 1931.

Vieira Natividade, estes foram reconstituídos com uma pedra completa encontrada aquando das obras de desaterro da capela-mor.<sup>130</sup>

Também no deambulatório, o desaterro colocou a descoberto o antigo pavimento de tijolos vidrados cujo restauro, de acordo com Bernardo Villa Nova, foi realizado através do recurso a cimento.<sup>131</sup> Estas intervenções de restauro, ou, como frequentemente aconteceu, a substituição do lajedo, atrasavam o desenrolar das obras, encarecendo-as. Ainda no caso do deambulatório, capelas e galerias seriam sujeitas à reconstrução do pavimento de lajedo em cantaria lavrada. Só em 1932 é que se procedeu ao assentamento do pavimento em lajedo granitado em cantaria e se reconstruíram os degraus das capelas.

As obras realizadas nesta área e a busca da harmonia do conjunto enquanto princípio orientador conduziram à necessidade de adquirir um celeiro, - em estado de abandono e ruína<sup>132</sup> -, que o Asilo de Velinhos Maria e Oliveira possuía encostado à Igreja e que tapava, pelo exterior, uma das capelas do deambulatório, - Capela de Santo Estêvão<sup>133</sup> -, e todo o braço direito do transepto na área correspondente às capelas dos Apóstolos e Morte de S. Bernardo. O objectivo seria colocar a descoberto uma grande parte da construção primitiva. Esta obra marcaria o início dos trabalhos de desaterro, arranjo e saneamento considerados urgentes no lado sul da igreja, onde a existência de

---

<sup>130</sup> NATIVIDADE, Joaquim Vieira, *Op. cit.*, 1950, p. 15.

<sup>131</sup> VILLA NOVA, Bernardo, *Op. cit.*, p.11. Em Abril de 1931, quando se concluíu o arranjo da moldura do arco triunfal, obra que se revelou complexa e dispendiosa, as sondagens realizadas para a colocação do lajedo, junto da capela-mor, revelaram a existência de desenhos diversos de ladrilho primitivo que foram colocados a descoberto. Esta novidade levou à suspensão dos trabalhos, solicitando-se mais uma vez a presença de Baltazar de Castro a fim de se estudar a melhor solução a dar a este assunto.

<sup>132</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Informação sobre o decorrer das obras, 24 de Abril de 1931; *Ibidem*, 11 de Junho de 1931.

<sup>133</sup> *Ibidem*.

infiltrações de água provocara estragos consideráveis.<sup>134</sup> Na verdade, de acordo com António Vieira Natividade, sabe-se que em toda a extensão do lado sul da igreja, e numa parte do lado nascente, a altura do aterro, realizado no século XVIII, seria superior a 4 metros, levando a que a água das chuvas se infiltrassem nas paredes, chegando, em alguns locais, a atingir cerca de 3 cm sobre o lajedo do piso.<sup>135</sup> A Direcção do Asilo não levantava dificuldades, pretendendo apenas que aquela aquisição fosse tratada oficialmente. Pouco tempo depois, aguardava-se ainda resposta em relação a esta questão.

Antes da conclusão das intervenções realizadas na capela-mor foi elaborado um novo plano de obras que, em conjunto com o anterior, pretendia restabelecer a tão desejada *harmonia*. De acordo com a respectiva Memória Descritiva, datada de Março de 1931, Baltazar de Castro considerava a obra *relativamente fácil, uma vez que se haviam encontrado todos os vestígios e motivos necessários n'estes delicados trabalhos, para se levar a bom termo toda a obra de restauração da absside*.<sup>136</sup> Assim, propunha-se reconstruir os colunelos e arquivoltas, incluindo bases, fustes e capitéis, aproveitando a cantaria existente. Dentro deste conjunto de intervenções, pretendia-se também levar a cabo a reconstrução de janelas molduradas em cantaria e o apeamento dos respectivos altares que as entaipavam. Os paramentos mutilados seriam igualmente reconstruídos. Também nas capelas e galerias proceder-se-ia à reconstrução do pavimento de lajedo em cantaria. Os lanternins deveriam ser apeados e as abóbadas reconstruídas.<sup>137</sup> É sabido que em Abril estes trabalhos não haviam sido concluídos e só em finais desse

---

<sup>134</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Proposta de Orçamento, 18 de Março de 1931.

<sup>135</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo Administrativo do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 18 de Março de 1931. Documento enviado por António Vieira Natividade ao Arquitecto Baltazar de Castro.

<sup>136</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Proposta de Orçamento, 18 de Março de 1931.

<sup>137</sup> *Ibidem*.



ano se procederam a obras de reconstrução dos altares a colocar nas capelas. Em simultâneo, procedia-se à colocação de caixilhos exteriores e respectivos vidros, bem como à reparação geral dos telhados, algerozes e rufos.<sup>138</sup> Esta intervenção prolongou-se pelo início do ano seguinte, altura em que se assentaram os oito altares em Pedra de Ançã e se reconstruiu o pavimento em lajedo granitado em cantaria e os degraus das capelas.<sup>139</sup>

#### 2.1.4 Transepto (ver Anexo II – fig.1)

Em Novembro de 1931, uma Memória Descritiva, com orçamento aprovado no mesmo mês, dá-nos conta de um conjunto de obras de beneficiação e conclusão do restauro no Mosteiro de Alcobaça, no qual se incluía o apeamento completo de um altar da nave cruzeira e respectiva arrecadação. O altar tapava a porta de acesso à cerca do Asilo de Velinhos Maria e Oliveira.<sup>140</sup> Este trabalho terá levantado alguns protestos de famílias alcobacenses, apesar da concordância do padre. A intervenção antecedia o desentaipamento e restauro do pórtico do braço sul do transepto, mutilado pelo encaixe do respectivo altar, que dava acesso ao antigo cemitério dos monges, por esse motivo designado Porta dos Mortos.<sup>141</sup> (ver Anexo I – figs. 97 e 98) Pela mesma altura, os documentos consultados informam que haveria já atrasos nos pagamentos aos operários envolvidos nas obras, o que dificultava os trabalhos e traduzem o encarecimento das intervenções.

---

<sup>138</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Proposta de Orçamento, 2 de Novembro de 1931.

<sup>139</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Tarefa Operária de mão-de-obra, 28 de Janeiro de 1932.

<sup>140</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Informação sobre o decorrer das obras, 19 de Novembro de 1931.

<sup>141</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Memória Descritiva e Articulado das Obras de Beneficiação e de Acabamento do Restauro do Mosteiro de Alcobaça, 2 de Novembro de 1931.

Em 1931 foram apeados os altares do transepto, altares de S. Miguel Arcanjo e Cristo Ressuscitado, e arranjados os vãos descobertos e que permitiam aceder à antiga sacristia (ver Anexo I – figs. 99 e 100) e ao cemitério. Cada um dos braços possui duas capelas (ver Anexo I – fig.101), destacando-se a que é consagrada à Morte de S. Bernardo, no braço sul, obra dos monges barristas do Mosteiro (século XVIII). Esta capela sofreu graves danos ao longo das invasões francesas. Em finais da década de 30, chegou-se a considerar a hipótese de se transferir este grupo escultórico para o Museu das Janelas Verdes, caso não existissem condições para a sua exposição no próprio mosteiro. Contudo, a situação não chegou a concretizar-se, considerando-se que deveria manter-se no mesmo local, *devendo, contudo, ser beneficiado*.<sup>142</sup> Ao seu lado ficava a Capela dos Apóstolos ou Capela de S. Pedro, cujo altar em madeira foi apeado em Janeiro de 1932<sup>143</sup> por se considerar em desarmonia com o conjunto geral da obra. No braço do lado oposto, fica a capela de S. Sebastião, cujas obras de restauro permitiram descobrir uma porta de acesso ao exterior, até ali desconhecida.

No ano seguinte, continuavam os trabalhos de levantamento do piso do transepto bem como o desaterro, estando para breve o assentamento do lajedo primitivo.<sup>144</sup>

A desmontagem da Capela dos Apóstolos iniciar-se-ia em Janeiro de 1932<sup>145</sup>, conforme solicitado pelo próprio B. de Castro ao Director Geral dos Edifícios e Monumentos

---

<sup>142</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo Administrativo do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Ofício n.º 1364, 22 de Julho de 1939.

<sup>143</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo Administrativo do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Informação sobre o decorrer das obras, 23 de Janeiro de 1932.

<sup>144</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo Administrativo do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Informação sobre o decorrer das obras, 23 de Janeiro de 1932.

<sup>145</sup> *Ibidem*.

Nacionais de Lisboa, e cujo altar, em madeira, se considerava estar em desarmonia com o conjunto da obra.<sup>146</sup>

Mais tarde, Baltazar de Castro solicita que se informe a Direcção Geral de Assistência Pública sobre a obra de demolição de construções realizadas em anos anteriores, bem como do enchimento de vãos abertos que a DGEMN pretende levar a cabo. Diz-nos o documento que *na parte superior de uma das Capelas da nave cruzeira do Mosteiro de Alcobaça, foram há anos construídos um pavimento de tijolo e uma parede de alvenaria, e praticados dois vãos de portas nas paredes da referida capela. Motivou estas obras o desejo injustificável de se estabelecer uma serventia ao nível do patamar de uma escada interior da Igreja.*<sup>147</sup> Diz-se que as obras só estariam completas com a supressão dessas construções e enchimento dos vãos praticados. De acordo com B. de Castro, o acesso referido poderia ser feito por outro trajecto existente na altura.

### 2.1.5 Naves

No que se refere às naves da igreja, o estado em que se encontravam antes da actuação da DGEMN era bem distinto daquele que hoje nos é dado observar. Segundo Korrodi, existiam, entre o quinto e sexto tramos das naves colaterais, quatro altares em mármore policromado, elevados no século XVIII, numa época em que o culto era permitido aos leigos. Os altares eram dedicados a S. Bernardo, S. Bento, S. João e N<sup>ra</sup>. Sr.<sup>a</sup> do Rosário.<sup>148</sup> Estes altares foram apeados em obras realizadas em 1932, tal como

---

<sup>146</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo Administrativo do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Offício n.º 1730, 25 de Janeiro de 1932. A obra foi autorizada a 26 de Janeiro desse ano.

<sup>147</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Offício n.º 1920, 5 de Abril de 1932.

<sup>148</sup> Ao contrário de Korrodi, J. Vieira Natividade afirma que os altares datavam do século XVI, durante o abaciado do Cardeal Infante D. Henrique. Cf. NATIVIDADE, Joaquim Vieira, *O Mosteiro de Alcobaça*, Porto, [s.n.], 1929, p.13.

sucedera, no ano anterior, ao órgão<sup>149</sup> (ver Anexo I – fig. 90), construído no início do século XIX, obra de Fr. António, *Entalhador*, e cuja demolição fora proposta em Outubro de 1930, com a respectiva arrumação e transporte das madeiras e o arranjo de silharia danificada.

Nas palavras do próprio Baltazar de Castro, o órgão era considerado *inestético e inútil*<sup>150</sup> e o seu apeamento pretendia *pôr a descoberto mais dois tramos primitivos da nave central*.<sup>151</sup>

Uma vez desmontado<sup>152</sup>, foi colocado no piso superior do Claustro de D. Dinis<sup>153</sup>. Procederam-se então ao arranjo dos pilares que ficaram a descoberto após o apeamento do órgão e cujo estado de degradação era significativo, não só pela sua própria colocação mas também devido ao incêndio ocorrido em 1811. Estes estragos revelaram-se maiores que o previsto. A exigência e morosidade do restauro dos pilares levaram Vieira Natividade a sugerir a Baltazar de Castro iniciar o mesmo após a conclusão das obras que então decorriam na capela-mor, visto tratar-se de um trabalho que obrigava à construção de andaimes a toda a altura e em cada uma das quatro faces dos pilares.

Ainda na nave central, foram apeados os púlpitos. (ver Anexo I – figs. 88 e 89)

---

<sup>149</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Proposta de Orçamento a obras a realizar na Nave Central, 18 de Março de 1931.

<sup>150</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Proposta de Orçamento de 18 de Março de 1931.

<sup>151</sup> *Ibidem*.

<sup>152</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Informação de A. Vieira Natividade ao Arquitecto Director dos Monumentos Nacionais do Norte, 22 de Maio de 1931.

<sup>153</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Informação de A. Vieira Natividade de 18 de Maio de 1931.

A remoção dos quatro altares anteriormente referidos, levada a cabo no início da década de 30 do século passado, deu origem a um pedido por parte do pároco da Marinha Grande que, tendo conhecimento da obra, solicitou a cedência dos mesmos. O pedido foi dado a conhecer às instâncias superiores que, à época, não viram qualquer inconveniente, pelo que a autorização viria quase um ano depois<sup>154</sup> e a obra estaria realizada em Junho de 1933. A remoção destes altares de mármore, erguidos no séc. XVII, cuja presença prejudicava *o aspecto interior do monumento*,<sup>155</sup> levava também à reconstrução de paramentos das paredes mutiladas dos referidos altares com cantaria.<sup>156</sup> Repararam-se e ampliaram-se caixilhos exteriores (incluindo vidros e pintura).<sup>157</sup>

Tal como referido anteriormente, também nas naves se desenrolaram obras ao nível do pavimento, sabendo-se da necessidade de mais verba que custeasse a aquisição de lajedo para as duas naves laterais e central.<sup>158</sup>

O arrastar das obras terá provocado alguma insatisfação por parte da comunidade já que a ocupação do espaço com materiais, equipamentos e entulho impedia a realização plena do culto religioso. Em Agosto de 1933, o Engenheiro Director Geral solicita a Baltazar de Castro que estabeleça um prazo curto a fim de terminar os trabalhos que faltavam concluir e assim libertar a nave central.<sup>159</sup>

---

<sup>154</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Carta do Padre da Marinha Grande, 14 de Novembro de 1932.

<sup>155</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Proposta de Orçamento para continuação das Obras de Restauro, 6 de Fevereiro de 1933.

<sup>156</sup> *Ibidem*.

<sup>157</sup> *Ibidem*.

<sup>158</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo Administrativo do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 25 de Novembro de 1932.

<sup>159</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo Administrativo do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Offício n.º 4138, 11 de Agosto de 1933.

Apesar das obras levadas a cabo, sabe-se que o estado do monumento estava longe de ser o desejável. Na própria igreja, a existência de infiltrações foi diversas vezes apontada como aconteceu em Dezembro de 1949, quando um *observador* dava a conhecer à DGEMN duas situações consideradas *dois graves males já velhos*<sup>160</sup>, mais evidentes nos meses de chuva, e a saber: *Junto da fonte existente na nave esquerda do templo, jorra da base da parede água em tal quantidade que atravessa toda a Igreja e chega a inundar largo espaço da nave oposta. O segundo é na capela do lado esquerdo do transepto em cuja abóbada há abundante infiltração de água. Qualquer destes males é já antigo. E, se o primeiro é de difícil remédio – pois, segundo cremos, só o projectado desaterro, empresa de grande envergadura poderá curá-lo – não compreendemos como seja difícil tapar definitivamente uma fenda que, há anos, permite a infiltração da água que inunda o pavimento da referida capela [...]*<sup>161</sup>

A necessidade de desobstruir a parede lateral sul da Igreja das terras que lhe estão encostadas tornaram-se necessárias para evitar infiltração de águas, conforme nos é dito a 18 de Fevereiro de 1949.<sup>162</sup>

### 2.1.6 Sala dos Túmulos

O primeiro documento encontrado no arquivo da DGEMN relativo à Sala dos Túmulos data de Maio de 1931.<sup>163</sup> Trata-se de uma informação sobre o decorrer das obras, em que António Vieira Natividade dá conta a Baltazar de Castro do estado das obras nesta área adjacente à igreja. Procedia-se à pintura dos caixilhos de ferro das três janelas desta

---

<sup>160</sup> Arquivo da DREMN- Lisboa, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaca*, 15 de Dezembro de 1949.

<sup>161</sup> *Ibidem*.

<sup>162</sup> Arquivo da Direcção Regional de Lisboa, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaca*, Offício n.º 2628, 23 de Fevereiro de 1949.

<sup>163</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras Mosteiro de Santa Maria de Alcobaca*, Informação sobre o decorrer das obras, 22 de Maio de 1931.

sala, à substituição dos vidros partidos, à limpeza do cano de drenagem que dava para o pátio e à pintura das paredes das construções do mesmo.

No início da década de 40, um documento dá-nos conta da intenção, entretanto autorizada, de se colocarem os túmulos de Pedro e Inês no seu primitivo lugar. A 23 de Janeiro de 1941, o Engenheiro Director Geral dá a conhecer ao Arquitecto Director dos Monumentos Nacionais o parecer positivo, emitido pela 6ª Secção da Junta Nacional de Educação e homologado pelo sub-secretário de Estado da Educação Nacional: *1º Que os túmulos sejam ambos colocados no braço (lado da epístola) do cruzeiro; 2º Que os eixos dos túmulos sejam paralelos ao grande eixo da Igreja; 3º Pés para levante; 4º A separação seria resolvida no local de acordo com o vogal desta secção, Varela Aldemira; 5º Que no outro braço do mesmo transepto (lado do Evangelho) se colocasse o túmulo de D. Brites, com a mesma orientação.*<sup>164</sup> Ao que parece, esta mudança não se terá realizado, já que, em finais de 1956, por ocasião da visita a Portugal da Rainha de Inglaterra, uma Memória Descritiva informa-nos da mudança dos túmulos para *o seu primitivo lugar no corpo do transepto.*<sup>165</sup>

Em meados da década de 50 decorriam os trabalhos de demolição dos anexos, situados no exterior da Sala dos Túmulos<sup>166</sup>, e a reparação da fachada sul da igreja, incluindo a Capela de S. Bernardo.<sup>167</sup>

---

<sup>164</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo Administrativo Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 20 de Junho de 1940.

<sup>165</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Memória Descritiva, 19 de Novembro de 1956.

<sup>166</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Relatório, 16 de Julho de 1956.

<sup>167</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Informação n.º 640, 9 de Junho de 1956.

### 2.1.7 Sacristia Moderna

A primeira referência que encontramos sobre uma obra a realizar na Sacristia diz respeito ao arranjo das coberturas e data de Agosto de 1930<sup>168</sup>. A necessidade de se elaborar uma proposta e a morosidade inerente fez com que só em Outubro do mesmo ano os telhados estivessem arranjados. A reparação das coberturas estendeu-se também à Capela dos Relicários, para a qual foi necessário solicitar nova verba.<sup>169</sup> Em 1934, sabemos que se mandou fazer “quatro caixilhos para a clarabóia junto à sacristia grande, visto que dos que existiam, dois caíram e os dois restantes estavam em mau estado.”<sup>170</sup> No entanto, anos mais tarde, em 1940, um ofício dirigido ao Director dos Monumentos Nacionais de Lisboa, dá-nos a conhecer que os telhados da Capela dos Relicários e da Sacrista do Mosteiro seriam reparados ainda naquele ano, assim como o tecto da sacristia que se encontrava em mau estado.<sup>171</sup> Ao que pudemos constatar, apenas em Setembro de 1941 temos notícia da sua real reparação numa carta<sup>172</sup> enviada pelo pároco de Alcobaça, Manuel José Vitorino, ao Director dos Monumentos Nacionais. Neste documento, o padre solicita a utilização da antiga sacristia, cujo restauro já fora concluído, para os serviços eclesiais. Esta opção deve-se, por um lado, ao interesse por parte dos visitantes pela sacristia manuelina o que, devido à existência de serviços relativos à liturgia, dificultava quer o funcionamento do espaço quer as próprias visitas.

---

<sup>168</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Informação sobre o decorrer das obras, 25 de Agosto de 1930.

<sup>169</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Proposta de Orçamento, 5 de Setembro de 1930; Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Autorização de Dispêndio, 28 de Fevereiro de 1931.

<sup>170</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Comunicação de Alberto Rodrigues Aurélio ao Director dos Monumentos Nacionais do Norte, 3 de Setembro de 1934.

<sup>171</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo Administrativo Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Ofício n.º 1646, 15 de Agosto de 1940.

<sup>172</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo Administrativo Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Carta do Pároco de Alcobaça ao Director dos Monumentos Nacionais, 27 de Setembro de 1941. A resposta é solicitada no prazo de 8 a 10 dias, após os quais o pároco começaria a fazer uso do espaço em questão.



A esta situação acrescentava-se o facto da cobertura se encontrar, à época, em reparação.

Uma proposta aprovada em Novembro de 1940, relativa a um conjunto de intervenções a levar a cabo na Igreja, inclui a reparação geral dos nichos inferiores da antiga sacristia.<sup>173</sup>

Em Novembro de 1941, uma proposta<sup>174</sup> aprovada no mesmo mês<sup>175</sup>, dá-nos conta de um conjunto de intervenções a levar a cabo na sacristia. A obra incluía a reconstrução da cobertura com telha românica em canais, a reparação da armação do telhado da sacristia e anexo junto ao asilo; a reconstrução completa de tramos de abóbadas de acordo com a existente e a substituição de pilares em cantaria, incluindo as bases e algumas aduelas das nervuras das abóbadas.

Alguns anos depois nova proposta é apresentada.<sup>176</sup> Pretende-se apelar a cobertura, incluindo a limpeza das telhas aproveitáveis; demolir o tecto de estuque e construir cintas de betão armado nas paredes. Pouco tempo depois, previa-se a conclusão dos moldes principais em gesso para o tecto da sacristia, porém estes trabalhos ter-se-ão estendido por mais tempo. No ano seguinte, a cobertura continuava a reunir a atenção dos técnicos da DGEMN através da construção de beirado com telha românica e telhado provisório e da construção e assentamento de 55 cambotas para a abóbada. Em

---

<sup>173</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Proposta de José Alberto Aurélio, 27 de Novembro de 1940.

<sup>174</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Proposta de Tarefa de mão-de-obra de Francisco Torres, 12 de Novembro de 1941.

<sup>175</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Ordem de Serviço n.º 04531, 14 de Novembro de 1941.

<sup>176</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Proposta de Ajuste Particular, 25 de Junho de 1947. Aprovação a 26 de Junho de 1947, de acordo com a Ordem de Serviço n.º 5694.

simultâneo, procedia-se à picagem do reboco da fachada da sacristia, do lado do jardim;<sup>177</sup> à tomada de juntas nos cinco contrafortes da sacristia, incluindo substituição de algumas pedras<sup>178</sup>, limpeza de cantarias na entrada do átrio; fornecimento e assentamento de lajedo de cantaria aparelhada; limpeza da cimalha e das grades das janelas; reconstrução do tecto da sacristia, de acordo com o modelo antigo, em gesso moldado.<sup>179</sup>

Na década seguinte, várias propostas dão-nos conta da intenção de continuar e concluir os ornatos em estuque do tecto da sacristia<sup>180</sup> (ver Anexo I – figs. 103 e 104) enquanto se procedem a arranjos nas grades de ferro das janelas e à colocação de vidros.<sup>181</sup> Na verdade, ao longo de toda a década se encontra documentação relativa a trabalhos neste espaço do mosteiro: o tecto em estuque é finalmente concluído; procede-se ao assentamento do telhado; limpam-se as coberturas, substituindo-se as telhas partidas, e reparam-se cornijas e molduras de estuque.<sup>182</sup> Depois de concluídos os trabalhos do tecto, mandam-se dourar as respectivas molduras e florões;<sup>183</sup> pretende-se picar e

---

<sup>177</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Proposta de Ajuste Particular, 26 de Abril de 1948. Aprovação a 4 de Maio de 1948, segundo Ordem de Serviço n.º 2842.

<sup>178</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Proposta, 20 de Maio de 1948. Aprovação a 2 de Junho de 1948, conforme Ordem de Serviço n.º 3625.

<sup>179</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Proposta, 16 de Julho de 1948. Aprovação a 21 de Julho de 1948, conforme Ordem de Serviço n.º 4595.

<sup>180</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Proposta, 5 de Abril de 1950. Aprovada em 13 do mesmo mês, conforme Ordem de Serviço n.º 1722. A obra ter-se-á estendido e foi feita nova proposta, a 19 de Agosto de 1950, para conclusão dos trabalhos. Esta foi aprovada em 29 de Agosto de 1950. Várias propostas atestam o prosseguimento das obras: a 30 de Junho e 19 de Agosto de 1950, e a 24 e 25 de Maio de 1951. Cf. Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*.

<sup>181</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Memória Descritiva, 11 de Abril de 1953.

<sup>182</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Proposta, 16 de Maio de 1951. Aprovada a 23 de Maio de 1951, conforme Ordem de Serviço n.º 2098, sendo que os trabalhos se iniciariam a 11 de Junho do mesmo ano.

<sup>183</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Proposta, 24 de Maio de 1951. Aprovada a 30 de Maio de 1951.

rebocar algumas zonas em mau estado; as paredes são caiadas e reparam-se as grades de ferro das janelas e os caixilhos.<sup>184</sup>

Por esta altura, as intervenções realizadas no monumento em análise representavam um custo bastante elevado, absorvendo rapidamente as verbas disponibilizadas pelo Estado. Em alguns momentos, as obras chegaram a ser interrompidas. Situação semelhante teve lugar no início da década, quando um novo financiamento fez retomar os trabalhos da sacristia, cuja conclusão era tida como urgente. A delicadeza do trabalho – restauro do tecto e paredes – exigia, para os técnicos da DGEMN, estudos parciais, feitos no próprio local, sendo ainda proposta e aprovada a dispensa das formalidades do concurso público.

Durante a execução dos trabalhos, houve necessidade de concluir alguns elementos na Capela do Relicário, nomeadamente em relação no que se refere aos florões a colocar na abóbada, que seriam de pedra de ançã, com ornatos perfeitamente iguais aos existentes. Mais uma vez as verbas atribuídas não foram suficientes, já que em Março de 1951 se procede a um novo reforço destinado a concluir, *com urgência*, os trabalhos do *restauro do tecto e paredes da Sacristia* que, *pela sua delicadeza e cuidados especiais não podem ser executados senão apoz estudos parciais, feitos no próprio local da obra*, para a qual se solicitou regime de administração directa e dispensa de formalidades de concurso público, autorizado a 6 de Abril seguinte.<sup>185</sup>

---

<sup>184</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Proposta, 14 de Junho de 1951. Aprovada a 16 de Junho de 1951, de acordo com a Ordem de Serviço n.º 2549.

<sup>185</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Comunicação n.º 782, 24 de Março de 1951; Ofício n.º 3009, 6 de Abril de 1951.

Em 1953, uma Memória Descritiva enumera as obras a realizar neste espaço: desmontar e tornar a colocar 12 imagens de cantaria; demolir e substituir o altar em mármore; beneficiar o pavimento da Capela do Relicário e alteração do lambril de mármore, devido ao levantar do pavimento e respectiva impermeabilização; reparação de dois arcazes em pau santo e restauro de duas telas.<sup>186</sup> Pouco tempo depois continuavam as obras neste espaço com a reparação de vãos de portas e janelas com substituição de ferragens; arranjo das grades de ferro; reparação do arco de cantaria da capela com a necessária substituição de pedras; reparação da talha dourada no relicário, completando os motivos que faltassem e dourar, com folha de ouro de imitação; reparação de dois armários embutidos, com substituição das partes em falta; arranjo dos telhados e substituição das telhas partidas.<sup>187</sup> Estes trabalhos, aprovados em Julho,<sup>188</sup> não se encontravam executados no ano seguinte<sup>189</sup>, sendo que, apenas foram concluídos a 27 de Julho de 1954, conforme relatório de obras.<sup>190</sup> No final desse ano procede-se à substituição de caixilharia na entrada da sacristia e capelas anexas.<sup>191</sup>

### 2.1.8 Presépio

Situado no lado posterior da sacristia manuelina encontrava-se a Capela do Presépio, assim designada por ali existir um presépio.<sup>192</sup> Na documentação consultada, um

---

<sup>186</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Memória Descritiva, 11 de Abril de 1953.

<sup>187</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Conta final das Obras na Sacristia do Mosteiro de Alcobaça – Diversos Trabalhos de pintura e construção civil, 23 de Julho de 1953.

<sup>188</sup> *Ibidem*.

<sup>189</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Mapa dos Trabalhos, 10 de Fevereiro de 1954.

<sup>190</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, “Relatório das Obras de Restauro da Sacristia do Mosteiro de Alcobaça”, 21 de Outubro de 1954.

<sup>191</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, “Substituição de caixilharia na entrada da Sacristia e Capelas anexas”, Orçamento, 21 de Novembro de 1955.

<sup>192</sup> VILHENA BARBOSA, Ignácio de, *Monumentos de Portugal, Históricos, Artísticos e Arqueológicos*, Lisboa, 1886, p. 254.

documento de 1930 faz referência a trabalhos de demolição e desaterro nesta área<sup>193</sup>, sabendo-se que a 21 de Fevereiro do ano seguinte, o mesmo já havia sido demolido, procedendo-se à limpeza e desobstrução do pátio. Em Maio de 1931, António V. Natividade informa Baltazar de Castro da necessidade de se rebocar as paredes do Claustro do Cardeal e da Sacristia, dado o seu mau estado, salientando-se que o trabalho poderia ser feito pelo pessoal que estava a trabalhar nas capelas do deambulatório.<sup>194</sup>

## 2.2 Claustro de D. Dinis

A primeira referência a obras neste espaço data de 1928, antes da criação da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, na mesma altura em que decorrem os trabalhos no pórtico da igreja e no terraço entre as torres da fachada principal. As obras realizadas nesta época no Claustro de D. Dinis pretendiam corrigir intervenções realizadas cerca de 20 anos antes, substituindo por calcário rijo as colunas anteriormente colocadas em pedra branda. A obra foi aprovada pouco tempo depois, não existindo mais referências a este assunto.<sup>195</sup>

Em 1934 a necessidade de se proceder a um novo escoramento a fim de se evitarem derrocadas,<sup>196</sup> reflecte o estado delicado do claustro. O documento permite-nos constatar que as obras no Claustro de D. Dinis já decorriam: as coberturas da galeria junto à Igreja haviam sido destelhadas e solicitava-se a visita urgente do arquitecto

---

<sup>193</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Informação sobre o decorrer das obras, 15 de Outubro de 1930.

<sup>194</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Informação sobre o decorrer das Obras, 22 de Maio de 1931.

<sup>195</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Proposta de Orçamento, 6 de Fevereiro de 1928. Aprovada a 17 do mesmo mês.

<sup>196</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 3 de Setembro de 1934.

responsável, para que a madeira não se molhasse.<sup>197</sup> Foi justamente nesta altura, em que se davam os primeiros passos no sentido de se proceder à demolição do piso do Noviciado (ver Anexo I – figs. 105 – 109), situado acima do Dormitório e acrescentado no séc. XVII, que se encontraram ligações da escada para o referido dormitório<sup>198</sup>. Mais tarde, a demolição desta última levou à entrega das guardas em cantaria à Câmara Municipal de Alcobaça.<sup>199</sup>

A demolição do piso anteriormente referido previa o apeamento geral da armação e cobertura de telhado da ala junto da igreja, na galeria superior do claustro, incluindo a arrumação dos materiais e remoção de entulhos provenientes dos trabalhos.<sup>200</sup>

Em 1938 é referida a intenção de demolir os depósitos de água (ver Anexo I – fig. 107) existentes sobre as abóbadas da Sala do Dormitório, próximos do braço norte do transepto, e que serviam o Asilo<sup>201</sup>. De salientar que a existência destes depósitos de água, sobre a cobertura do Dormitório e junto à nave cruzeira, provocara a abertura de fendas da abóbada. A demolição antecederia a construção de um novo depósito, na mesma ala do Mosteiro, aproveitando-se, para tal, o vão de um telhado.<sup>202</sup> Porém, o novo depósito não estaria concluído antes de Dezembro desse ano,<sup>203</sup> provocando alguns prejuízos ao funcionamento do asilo, sobretudo porque a obra havia sido iniciada

---

<sup>197</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 1 de Outubro de 1934 e Tarefa de Ajuste Particular, 30 de Setembro de 1935.

<sup>198</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 18 de Outubro de 1934.

<sup>199</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo Administrativo do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Offício n.º 785, 8 de Setembro de 1935.

<sup>200</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Tarefa de Ajuste Particular, 30 de Setembro de 1935.

<sup>201</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Memória Descritiva, 21 de Janeiro de 1938.

<sup>202</sup> *Ibidem*.

<sup>203</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Offício n.º 4245, 12 de Dezembro de 1938.

e destruídos os telhados, sendo que a demora da conclusão permitiu a infiltração de água nas abóbadas. Pouco tempo depois, os trabalhos são retomados,<sup>204</sup> prevendo-se que fossem seguidos da reparação das coberturas e, finalmente, da demolição do antigo reservatório que ameaçava a ruína da abóbada já fendida.<sup>205</sup>

A década de 40 do século passado é marcada por um conjunto de obras de beneficiação e reconstrução no Claustro de D. Dinis, das quais podemos destacar obras relativas às canalizações de água e esgotos, arranjo geral do pavimento do lavabo (incluindo substituição de cantarias)<sup>206</sup>, consolidação das paredes e contrafortes do claustro superior, e reconstrução e substituição de colunas, bases e capitéis. Procedeu-se também à construção e assentamento de lajedo no pavimento.<sup>207</sup>

Sem pretender alongarmo-nos sobre a ala ocupada pela Câmara Municipal de Alcobaça, Finanças, Tribunal e Cadeia importa lembrar que nesta área as intervenções eram sobretudo de manutenção. Como já foi dito, apesar de ocupada por serviços camarários, sempre que se impunha qualquer tipo de obra, a autorização deveria ser solicitada à Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais. Foi o que aconteceu em 1941, na sequência da necessidade de reparar o telhado do gabinete do juiz, ao que a DGEMN autorizou que a reparação fosse levada a cabo pela autarquia desde que fosse mantido o

---

<sup>204</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Ordem de Serviço n.º 3358, 15 de Outubro de 1938. A Proposta por Tarefa de Ajuste Particular para execução desta obra teve lugar em Novembro de 1938, sendo aprovada a 26 do mesmo mês. Diz-nos o documento que se pretende *a construção de um depósito completo para água (com três tanques) com a capacidade de 60 m3, incluindo o reforço das paredes existentes (com um anel em betão armado), cobertura de harmonia com o existente e vedação com substância hidrófuga*. Cf. Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Proposta por Tarefa de Ajuste Particular, 23 de Novembro de 1938.

<sup>205</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo Administrativo do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Ofício n.º 4593, 30 de Dezembro de 1938.

<sup>206</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Proposta de Ajuste Particular, 3 de Agosto de 1940.

<sup>207</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Proposta de Ajuste Particular, 15 de Dezembro de 1941. Proposta aprovada a 18 do mesmo mês.

mesmo tipo de cobertura,<sup>208</sup> ou ainda quando se autorizou o levantamento e respectivo assentamento do lajedo do pátio, - com o objectivo de estabelecer a canalização de água da Cadeia, Secção de Finanças e Paços do Concelho.<sup>209</sup> Em outros momentos o parecer da DGEMN revelou-se igualmente determinante, como sucedeu em 1946, ao permitir a construção de um estrado de madeira para os funcionários da Caixa Geral de Depósitos, cuja colocação não deveria ferir o pavimento, e, na mesma altura, ao impedir a abertura de uma nova porta, conforme fora solicitado e cuja localização exacta se desconhece,<sup>210</sup> mas que poria em risco a estética do edifício. Em alguns casos as obras de restauro criaram situações delicadas, como sucedeu em Outubro de 1942, quando se verificou uma ruptura numa das paredes da dependência onde se encontrava o arquivo do tribunal,<sup>211</sup> dando origem a solicitações no sentido de se encontrar um novo espaço para a instalação deste arquivo e do próprio tribunal.<sup>212</sup>

No início de 1955 decorrem arranjos nas coberturas do Claustro de D. Dinis.<sup>213</sup> No fundo tratava-se da execução completa da estrutura dos telhados em duas alas do claustro que não nos foi possível determinar, dado que a Memória Descritiva respectiva não o refere, descrevendo apenas os trabalhos a realizar, com indicação dos materiais.

---

<sup>208</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo Administrativo do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Offício n.º 470, 28 de Abril de 1941.

<sup>209</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo Administrativo do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Offício n.º 1653, 21 de Junho de 1941.

<sup>210</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Offício n.º 543, 23 de Julho de 1946.

<sup>211</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Offício n.º 208, 26 de Outubro de 1942.

<sup>212</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo Administrativo do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 1 de Agosto de 1944.

<sup>213</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Memória Descritiva, 28 de Janeiro de 1955.



### 2.2.1 Sala do Capítulo

Em Março de 1928, uma informação de Ernesto Korrodi, dirigida ao Arquitecto Chefe da 3ª Repartição dos Monumentos e Palácios Nacionais, informa-nos da construção de uma escada em cimento encostada à janela central da Sala do Capítulo, pelo exterior da ala do Dormitório. Korrodi manifesta a sua preocupação perante este facto e tece algumas considerações sobre o assunto. Na sua opinião, seria a altura ideal para o Ministro da Instrução colocar sob a sua alçada e fiscalização artística o núcleo medieval do mosteiro, já que o exército deixara de ocupar o edifício. Por outro lado, Korrodi aponta as obras de adaptação feitas sem qualquer plano como a causa directa do estado do monumento, afirmando que o Dormitório estava *completamente desfigurado por um sem número de divisórias que constituem as diversas secretarias da administração militar extinta*.<sup>214</sup> Verdadeiramente preocupado e crítico face ao estado das coisas chega a ser irónico quando afirma que, tendo o dormitório capacidade para 200 camas, um dia, evacuado o teatro do Refeitório, os asilados ali poderiam tomar as refeições. O autor conclui, sublinhando que apenas um plano superiormente elaborado poderia deixar de prejudicar os monumentos. Aproveita também para solicitar a presença do Ministro da Instrução no mosteiro a fim de se inteirar destes assuntos e de se aligeirarem as medidas a tomar para que o Refeitório passasse para a posse do Estado.<sup>215</sup> É de realçar a importância das considerações de Ernesto Korrodi, nomeadamente no que diz respeito à necessidade de reunir, sob a tutela do Ministério da Instrução, as dependências medievais do Mosteiro de Alcobaça. O autor não esconde a

---

<sup>214</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo Administrativo do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Informação, 25 de Março, 1928.

<sup>215</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo Administrativo do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Informação, 25 de Março de 1928.

sua opinião quando reconhece a importância do Estado na conservação dos monumentos, deixando transparecer uma certa acusação face à sua inoperância.

No conjunto da documentação em estudo, surge-nos o primeiro documento, datado de 29 de Dezembro de 1939, alusivo a obras a realizar na Sala do Capítulo. Trata-se de uma Proposta de Ajuste Particular de José Rodrigues Aurélio, construtor civil que executou frequentes intervenções no conjunto monástico em análise. Tratavam-se, como se lê, de *trabalhos necessários à conclusão das obras de restauro e consolidação dos gigantes, cornijamento e telhado da Casa do Capítulo* e em que se compreendia a substituição de cantarias em frisos, molduras, cornija, etc; a execução de caleiras em grés cerâmico e cantaria; vedações em chapa de zinco; picagem e substituição de rebocos hidráulicos e limpeza e reparação das abóbadas interiores.<sup>216</sup>No entanto, não se encontraram referências à aprovação desta proposta. Um ano mais tarde, uma nova proposta é apresentada e aprovada. Pretende-se construir a armação do telhado, incluindo cobertura com telha românica; realizar uma limpeza geral de cantarias e, de uma forma bastante vaga, diz-se proceder ao *arranjo e reparação geral da antiga sala do capítulo*.<sup>217</sup> (ver Anexo I – figs. 110 e 111)

### **2.2.2 Dormitório** (ver Anexo I – figs. 112 – 130)

Em meados de 1935 uma Ordem de Serviço manda proceder à reconstituição das janelas do Dormitório e à já referida demolição da escada de acesso ao piso superior do

---

<sup>216</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Proposta de Ajuste Particular, 29 de Dezembro de 1939.

<sup>217</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Proposta de Mão-de-obra, 30 de Dezembro de 1940. Aprovada a 31 de Dezembro desse ano, de acordo com Ordem de Serviço n.º 7702.

Claustro, de modo a se realizar com a necessária brevidade a reconstituição daquele espaço.<sup>218</sup>

De acordo com os técnicos da DGEMN, o piso superior do dormitório teria sido uma construção mal realizada já que carregava barbaramente as paredes, abóbadas e pilares do que resultou abrirem-se largas fendas nas paredes e abóbadas e manifestar-se grande desaprumo em toda a construção primitiva.<sup>219</sup> Segundo o documento, tal situação foi constatada pelos próprios construtores que a procuraram corrigir, encostando novas paredes às já existentes. Por outro lado, o Dormitório havia sido dividido em celas, dormitórios e casas de habitação. A intenção subjacente às intervenções da Direcção Geral seria a de demolir o piso superior do século XVII, em ruínas, e desafrontar o dormitório das paredes que então o dividiam<sup>220</sup>. A aprovação desta proposta veio pouco tempo depois, iniciando-se a obra ainda na década de 30 do século passado. Esta intervenção obrigou a algumas alterações no funcionamento do Asilo de Mendicidade de Lisboa, instalado no Claustro do Cardeal ou dos Noviços, nomeadamente no que se refere ao alojamento dos asilados e do próprio director do estabelecimento, cuja habitação, confinava com a varanda do Dormitório,<sup>221</sup> prejudicando o andamento das obras. Foi o que aconteceu em Abril de 1937, quando, por ocasião da abertura de um fosso no corredor onde estava instalada a residência do director do Asilo e a intenção de destelhar o dormitório, o Director Geral de Saúde queixa-se à DGEMN de algumas

---

<sup>218</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Ordem de Serviço n.º 04548, 27 de Agosto de 1935.

<sup>219</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Memória Descritiva, 6 de Junho de 1937.

<sup>220</sup> *Ibidem*.

<sup>221</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo Administrativo do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 22 de Junho de 1937. No âmbito destas intervenções, o Director do Asilo mandou arrancar os painéis de azulejos decorados existentes na varanda da casa que habitava e que integrava o Dormitório. Esta situação levou, de imediato a uma ordem de suspensão, por parte da DGEMN, do arranque dos azulejos por se considerar tratar-se de um trabalho que exigia algum cuidado, obrigando à sua devolução a fim de serem posteriormente colocados nas paredes do Dormitório ou de outras salas. (Arquivo da DGEMN, *Processo Administrativo do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Offício n.º 1167, 2 de Julho de 1937.)

obras realizadas, solicitando que as mesmas fossem interrompidas até se encontrar um local para a residência do director e para as camaratas dos asilados.<sup>222</sup> A resposta não se fez esperar. É o próprio Director-Geral quem informa o Director Geral de Assistência Social que as obras tinham como objectivo não só proceder ao restauro do Dormitório, – conspurcado com as divisões feitas para adaptação a residência e camaratas –, como também obviar qualquer desastre. Salaria que o monumento corre graves riscos, devido à insensata construção de dois pavimentos com grossas paredes de alvenaria e ainda de um depósito de água que [...] foi levada a efeito, mesmo por cima de uma das capelas da *nave cruzeira*. O perigo de ruína teria levado à execução dos trabalhos que, sublinhava o Engenheiro Director-Geral, não pretendia parar. Para além disso, aproveita para salientar que as obras não podiam ser consideradas inesperadas porque já tinham sido feitos esforços no sentido de serem executadas de acordo com o Director do Asilo, acusando este último de levantar entraves. Solicita por fim ao Director Geral da Assistência Social que determine que o pessoal do asilo abandone o Dormitório, de modo a realizar-se a obra que tem como objectivo *integrar na sua primitiva beleza um monumento que é já e mais justificadamente se tornará o assombro de nacionais e estrangeiros*.<sup>223</sup>

De acordo com a documentação, o Director Geral de Saúde e, interinamente, Assistência, José Alberto Faria, propôs que a DGEMN e o Asilo definissem limites sobre as áreas destinadas a restauro e as consagradas à instituição social, sublinhando que três anos antes havia ficado acordado que as obras decorreriam à medida que a DGEMN fosse construindo e instalando os asilados e que, foi por esse motivo, que se

---

<sup>222</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo Administrativo do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Livro 39, Processo n.º 21, 29 de Abril de 1937.

<sup>223</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo Administrativo do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Ofício n.º 23771, 5 de Maio de 1937.

tardou a remover as pessoas, dado o modo precipitado como a situação decorreu. Em relação ao depósito de água lembra que o mesmo havia sido colocado antes dos restauros dos Monumentos Nacionais, nos primeiros anos de funcionamento do Asilo (1927-1928). Solicita aos representantes das diferentes instituições que se reunissem a fim de chegarem a um acordo e que, até lá, fossem suspensas as obras que implicassem desalojados.<sup>224</sup> A DGEMN acaba por propor a evacuação de todo o espaço do Dormitório, impedindo a comunicação entre o mesmo e a parte ocupada pelo asilo. Por outro lado, promoveria o acabamento da ala norte, com dois andares, removeria o depósito de água e participaria nas obras de adaptação para alojamento dos asilados que então saíssem do Dormitório. O que é certo é que essas obras, pelo menos na perspectiva do responsável do asilo, tardavam, não constituindo prioridade para a DGEMN e prejudicando o funcionamento do Asilo. Aliás a residência provisória do director desta instituição foi concluída a 12 de Agosto de 1937,<sup>225</sup> ao que se seguiria a construção de paredes para separação das instalações do Asilo e do Mosteiro.<sup>226</sup>

Apesar de não constituir objecto de estudo do nosso trabalho, não queremos deixar de referir que estas intervenções incluíam também obras de melhoramento na parte correspondente ao asilo, originando solicitações por parte do então Director do Asilo, José Alberto Faria<sup>227</sup>. A divisão provisória da área sob a alçada da DGEMN da correspondente às dependências do Asilo acabou por se tornar uma necessidade imperiosa dada a entrada frequente de asilados nas obras.<sup>228</sup>

---

<sup>224</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo Administrativo do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 15 de Maio de 1937.

<sup>225</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo Administrativo do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Ordem de Serviço n.º 06212, 12 de Agosto de 1937.

<sup>226</sup> *Ibidem*.

<sup>227</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo Administrativo do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Livro 69, Processo n.º 21, 15 de Junho de 1937.

<sup>228</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo Administrativo do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Ordem de Serviço n.º 06212, 12 de Agosto de 1937. Numa dessas incursões para fora da área ocupada pelo Asilo,

A cobertura do Dormitório é alvo de intervenção em meados de 1939, altura em que é apeada e reconstruída a armação do telhado, aproveitando-se cerca de 40% da madeira existente. Na mesma época procedeu-se à construção e assentamento da cornija moldurada em cantaria e ao lajeamento de pavimentos com cantaria à fiada.<sup>229</sup> Pouco tempo depois é aprovada a reconstrução da escada de acesso ao dormitório, em cantaria, incluindo abóbadas e vãos<sup>230</sup>, e procede-se à reconstrução completa das janelas.<sup>231</sup> A reconstrução da escada terá levado à realização de obras no Parlatório onde um dos tramos da abóbada terá sido refeito em abóbada de aresta, de modo a dar espaço a um dos braços da escada do dormitório.<sup>232</sup> (ver Anexo I – figs. 132 e 133) As obras prolongam-se no ano seguinte com a substituição de cantarias mutiladas em friso, cornija e molduras, a reconstituição completa da escada de acesso do dormitório aos telhados e janela da igreja, em cantaria, incluindo a consolidação de paredes, reconstrução completa de uma janela primitiva em cantaria moldurada, com demolição parcial da parede e reparação geral das abóbadas.<sup>233</sup>

---

alguns asilados chegaram a partir três imagens de barro, existentes na Sala do Capítulo, depois de terem arrombado uma porta do mosteiro. Cf. Arquivo da DGEMN, *Processo Administrativo do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Ofício n.º 1308, 19 de Julho de 1939.

<sup>229</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Proposta de Ajuste Particular, 21 de Julho de 1939. Aprovação a 25 de Julho de 1939.

<sup>230</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Ofício n.º 06177, 6 de Setembro de 1939.

<sup>231</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Proposta de Ajuste Particular, 14 de Novembro de 1939. Aprovada pouco tempo depois, conforme Ordem de Serviço n.º 08025, de 16 do mesmo mês.

<sup>232</sup> Cf. COCHERIL, D. Maur, *Op. cit.*, p. 66.

<sup>233</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Proposta, 3 de Agosto de 1940. Sabe-se que a proposta foi aprovada através da sua comunicação por parte do Engenheiro Director Geral ao Arquitecto Director dos Monumentos Nacionais do Norte a 9 de Agosto do mesmo ano.

Enquanto decorriam obras de complemento no Dormitório, outras tinham lugar noutras partes do mosteiro, como a igreja e Sala dos Reis.<sup>234</sup>

### 2.2.3 Sala dos Monges

Para além de um documento datado de Dezembro de 1941, relativo ao restauro parcial das janelas (ver Anexo I – fig.134) deste espaço, não se encontraram mais referências alusivas a obras realizadas nesta sala do mosteiro.<sup>235</sup> No entanto, sabemos que a reconstrução da actual escada do Dormitório, e tal como aconteceu no Parlatório, terá invadido uma das abóbadas da Sala dos monges.

### 2.2.4 Cozinha (ver Anexo I – 135)

De acordo com a documentação estudada, as obras na cozinha, levadas a cabo pela DGEMN, têm lugar em Maio de 1937. O entaipamento de vãos com alvenaria e cantaria no revestimento; a cobertura de vãos primitivos, com restauro em cantaria apicoada e a limpeza geral de azulejos, com a substituição dos azulejos partidos, constituíram as intervenções realizadas numa proposta intitulada “Obras de Restauro e Consolidação do Mosteiro”<sup>236</sup>. A respectiva Memória Descritiva refere-se aos trabalhos como *pequenos trabalhos de limpeza e reconstrução da cozinha antiga, “antigo pátio de luz”*.<sup>237</sup>

---

<sup>234</sup> Iniciavam-se também as primeiras expropriações na ala sul. Cf. Arquivo da DGEMN, *Processo Administrativo do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 31 de Março de 1939.

<sup>235</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Proposta de Ajuste Particular, 15 de Dezembro de 1941. Aprovada a 18 de Dezembro de 1941, de acordo com a Ordem de Serviço n.º 05259.

<sup>236</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, “Obras de Restauro e Consolidação do Mosteiro de Alcobaça”, 31 de Maio de 1937.

<sup>237</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Memória Descritiva, 6 de Junho de 1937.

Em meados da década de 40 prevê-se o rebaixamento do tanque junto à cozinha, incluindo guias do passeio<sup>238</sup>. Ainda na mesma década são enviadas as medidas do tanque da cozinha a fim de ali serem colocadas comportas que permitissem a permanência dos peixes, ideia que, na época, chegou a ser considerada interessante, mas à qual não mais se fez referência.<sup>239</sup>

### 2.2.5 Refeitório

O primeiro documento alusivo a intervenções levadas a cabo no espaço do Refeitório data de Fevereiro de 1928. Trata-se de uma proposta de orçamento, no valor de 20.000\$00, dirigida ao Ministro da Instrução Pública da parte do então Arquitecto Director, A. R. Adães Bermudes.<sup>240</sup>

O documento propõe dar início ao restauro do único trecho da fachada medieval existente, localizado na primitiva empena norte da Sala do Refeitório. A obra incluía o restabelecimento dos vãos góticos, entaipados no século XVIII, e trabalhos de cantaria em bases, colunas, capitéis e aduelas de arcos.<sup>241</sup>

A realização desta obra previa contudo algumas dificuldades, dada a instalação naquele espaço do Teatro de Alcobaça desde 6 de Janeiro de 1840.<sup>242</sup> (ver Anexo I – figs. 136 e 137) Para a resolução deste problema, Adães Bermudes salienta o elevado valor artístico da sala, sublinhando tratar-se de um *exemplar único no país de edificação*

---

<sup>238</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Proposta, 27 de Maio de 1946. Aprovada a 5 de Junho de 1946, Ordem de Serviço n.º 4968.

<sup>239</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Offício n.º 476, 6 de Julho de 1946.

<sup>240</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Proposta de Orçamento, 6 de Fevereiro de 1928.

<sup>241</sup> *Ibidem.*

<sup>242</sup> VILLA NOVA, Bernardo, *Mais Subsídios para a História de Alcobaça*, Alcobaça, [s.n.], 1962, p.22.



*monástica de tamanhas proporções*<sup>243</sup>, aproveitando para criticar o estado português por ainda não ter assumido a posse do mesmo, permitindo o seu estudo e usufruto por parte do público, tal como já se verificava na Sala do Capítulo e no restante claustro. O arquitecto vai ainda mais longe quando acusa as classes dirigentes de *incultura em matéria de arte*<sup>244</sup> ao terem permitido a transformação *de um salão que prima justamente pela sua monumentalidade*<sup>245</sup> num *teatro barraca*<sup>246</sup>. Assim, o Arquitecto Director surpreende-se como é que *a um tal desacato se não tenha posto termo de há muito*<sup>247</sup>. Diz-nos ainda o documento que se poderia aproveitar aquele espaço como salão de festas ou de reunião, até que Alcobça venha a ter um novo teatro, e só depois de as *obras de reconstituição terem devolvido ao Refeitório a sua majestade primitiva*. Salienta-se assim a necessidade de resolver esta questão, integrando todas as dependências do monumento no Ministério de Instrução, de modo a torná-las visitáveis. As necessárias providências e negociações com o Cine-Teatro foram certamente tomadas, já que a remoção das suas instalações teve lugar em finais de 1928.<sup>248</sup>

Perante a eminência da realização das obras de desobstrução do Refeitório, é de salientar a preocupação manifestada em se tomarem as precauções indispensáveis perante o elevado valor do património histórico, artístico e arqueológico do património em questão, de modo a evitarem-se quaisquer mutilações. Ao longo das intervenções, os documentos permitem-nos hoje ter acesso a um conjunto de informações referentes ao processar da obra. Com efeito, à medida que se desmontava a estrutura do Teatro ali instalado, a área do Refeitório era progressivamente libertada, como se sublinha em

---

<sup>243</sup> *Ibidem.*

<sup>244</sup> *Ibidem.*

<sup>245</sup> *Ibidem.*

<sup>246</sup> *Ibidem.*

<sup>247</sup> *Ibidem.*

<sup>248</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo Administrativo do Mosteiro de Santa Maria de Alcobça*, Comunicação, Offício n.º 885, 14 de Novembro de 1928.

Fevereiro de 1929: ...à medida que iam sendo demolidos tabiques, camarotes, escadas e pavimentos, surgia um vasto recinto de três naves separadas por magníficas colunas com ricos capitéis que suportam as nervuras das abóbadas ogivais e ainda ao retirarem-se os rebocos que mascaravam tudo, surgiam várias portas e janelas românicas, arcadas em rampa abrigando a escada de acesso à tribuna da leitura, curiosos registos de milagres, um dos mais perfeitos, harmoniosos e característicos trechos, em suma, da arquitectura românica de transição coeva da fundação da nacionalidade, que existe no nosso país<sup>249</sup>. As obras de desobstrução incluíam a desmontagem propriamente dita, a limpeza; a reconstrução dos telhados<sup>250</sup>, à época em péssimo estado; o assentamento e rectificação da porta de acesso ao Claustro de D. Dinis, substituindo-se as peças de madeira inutilizadas e as ferragens; a pintura da porta com tinta de óleo de cor verde<sup>251</sup> e o restauro da fachada do lado do Claustro D. Afonso VI, mutilada na época do Cardeal-Rei, a selecção e arrumação das cantarias provenientes da demolição que tivessem de ficar no local,<sup>252</sup> intervenções que se estenderam ao longo de 1930. (ver Anexo I – figs. 138 – 142)

A obra terá assumido bastante importância já que alguns jornais da época fizeram alusão às intervenções.<sup>253</sup>

---

<sup>249</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Proposta de Orçamento, 27 de Fevereiro de 1929.

<sup>250</sup> As obras relativas às coberturas do Refeitório incluíam a substituição de todas as madeiras em mau estado, assim como a telha. Cf. Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Proposta de Obras por arrematação particular, n.º 34, 18 de Abril de 1929.

<sup>251</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Proposta de Orçamento, 26 de Março de 1929. Aprovada a 28 de Março de 1929.

<sup>252</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Proposta, 16 de Janeiro de 1929.

<sup>253</sup> *A Voz*, 13 de Agosto de 1930; *Diário de Notícias*, “As Obras de Restauro da Igreja do Mosteiro de Alcobaça”, 10 de Março de 1931.

Para além da necessidade de se procederem às obras de desobstrução do Refeitório, sabemos também que o estado desta sala deixava a desejar: os vidros das janelas, que davam para a Praça D. Afonso Henriques, encontravam-se partidos, conferindo uma aparência de abandono aos inúmeros visitantes que acorriam ao mosteiro. As próprias cantarias das janelas foram sujeitas a reconstruções. Em 1935 chega-se mesmo a falar na reconstrução completa de todo o pano direito da parede exterior existente na Sala do Refeitório, incluindo a reconstituição de três janelas primitivas com molduras, capitéis e arquivoltas, segundo as já existentes.<sup>254</sup>

Tal como aconteceu na área da igreja, o piso do refeitório foi também alvo de rebaixamento e respectivo assentamento de lajedo, aproveitando-se para tal o proveniente do Claustro. As cantarias mutiladas foram reparadas e procedeu-se a uma limpeza e arranjo do telhado. O banco em cantaria que circundava o Refeitório foi então demolido e reconstruído o arco da entrada.<sup>255</sup>

Visto que o Refeitório confinava com a cozinha e adega do Asilo de Mendicidade, ambas em estado devoluto, B. Castro chegou a solicitar ao Director Geral dos Monumentos Nacionais que intercedesse junto do Ministro do Interior de modo a que as mesmas, juntamente com o dormitório fossem cedidas à DGEMN a fim de se continuarem as obras de reintegração necessárias.<sup>256</sup> O resultado deste pedido não consta da documentação consultada.

---

<sup>254</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Tarefa de Ajuste Particular, 30 de Setembro de 1935.

<sup>255</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Proposta, 9 de Novembro de 1936. Aprovada a 12 de Novembro de 1936, conforme Ordem de Serviço n.º 8932.

<sup>256</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Ofício n. 726, 19 de Outubro de 1935.

Retiraram-se os degraus exteriores do Refeitório que, em tempos, haviam sido ali colocados por iniciativa da Câmara Municipal de Alcobaça, à qual foram devolvidos.

O custo das obras levou, tal como aconteceu noutros espaços do mosteiro, à sua interrupção, até que se conseguisse mais verba. Em alguns casos, o recurso a situações alternativas constituiu a solução adoptada, como sucedeu em Junho de 1936, quando é pedida licença para tirar areia no rio do Valado para as obras do Refeitório, com o objectivo de evitar o seu pagamento.<sup>257</sup>

É ainda de salientar que a Sala do Refeitório confinava com os espaços ocupados pela cozinha e adega do Asilo de Mendicidade, ambas em estado devoluto, pelo que, em finais de 1935, numa tentativa de *reunificar* o edifício, B. Castro solicita ao Engenheiro Director Geral que interceda junto do Ministro do Interior para que as mesmas, juntamente com o dormitório sejam cedidos aos Monumentos Nacionais de modo a prosseguirem as obras de reintegração necessárias.<sup>258</sup>

A libertação deste espaço das instalações do Teatro Alcobacense e o conseqüente arranjo da sala terá motivado a algumas solicitações no sentido de ali se realizarem alguns eventos. Foi o que aconteceu em Janeiro de 1943, quando foi autorizada a cedência, a título precário, da Sala do Refeitório à Câmara Municipal de Alcobaça, a fim de ali realizar uma exposição permanente. Porém, a autorização obrigava a que a mesma fosse orientada pela Direcção dos Monumentos Nacionais e autorizada pela DGEMN e que não fossem colocados ou fixados quaisquer objectos junto das paredes

---

<sup>257</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Informação sobre o estado das obras, 11 de Junho de 1936.

<sup>258</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Offício n.º 726, 19 de Outubro de 1935.

ou pilares.<sup>259</sup> Cerca de um mês depois, B. Castro manifestava o seu desacordo na realização de bailes neste espaço do mosteiro, tal como fora solicitado. As razões apresentadas prendiam-se com o facto do monumento se encontrar em obras e, por outro lado, por não se achar que fosse um local adequado a “tais divertimentos” que poderiam ferir susceptibilidades.<sup>260</sup>

### 2.2.6 Sala dos Reis

Em Fevereiro de 1933<sup>261</sup> surge-nos a primeira notícia acerca da Sala dos Reis. Trata-se de uma autorização para a construção dos sanitários no pátio inferior daquela sala, que, dado o tipo de obra, levou à necessidade de se estabelecer a ligação de água pelo que se solicitou à Câmara Municipal de Alcobaça<sup>262</sup>, uma tomada à canalização do Tribunal, instalado na ala norte do mosteiro. Esta obra, de acordo com o documento, deveria ser fiscalizada pelo vogal das obras, António Vieira Natividade.

Mais tarde, em Junho, uma tarefa operária de mão-de-obra dá-nos conhecimento de um conjunto de intervenções realizado no Mosteiro de Alcobaça. Entre obras a ter lugar na capela-mor e já anteriormente referidas, destacamos uma intervenção de restauro parcial do pórtico deste espaço cuja aprovação data de 12 de Junho desse ano.<sup>263</sup> Mais tarde, em Outubro tem-se conhecimento da reparação dos algerozes e do assentamento do lajedo

---

<sup>259</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo Administrativo do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 5 de Janeiro de 1943.

<sup>260</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo Administrativo do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Ofício n.º 336, 20 de Fevereiro de 1943.

<sup>261</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo Administrativo, do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça* Ofício n.º 2611 de Baltazar de Castro.

<sup>262</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo Administrativo*, Ofício n.º 628 de Baltazar de Castro ao Presidente da Câmara Municipal de Alcobaça, 30 de Março de 1943.

<sup>263</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Tarefa Operária de mão-de-obra a executar no Mosteiro de Alcobaça de Alberto Rodrigues Aurélio, 8 de Junho de 1933.

cuja conclusão estaria prevista para daí a oito dias<sup>264</sup>. A existência de infiltrações nas paredes da Igreja terá levado à reparação respectiva na Sala dos Reis em Março de 1939.<sup>265</sup>

Em finais de 1941, é aprovada a proposta<sup>266</sup> de demolição e reconstrução, segundo o primitivo, de toda a armação e cobertura da Sala dos Reis.<sup>267</sup>

Em Dezembro de 1944, é proposto um conjunto de intervenções<sup>268</sup> a ter lugar na Sala dos Reis e cuja aprovação data de 7 Dezembro de 1944.<sup>269</sup> A obra seria constituída pela colocação de cantaria em arcos e artesãos, aplicação de tijolo furado assente em argamassa hidráulica na abóbada, enchimento de argamassa em paredes de alvenaria e escoramento da Sala dos Reis.<sup>270</sup>

Cerca de um ano depois, propõe-se o apeamento e reconstrução da parede da Sala dos Reis, enquanto se iniciavam os trabalhos na Sacristia.<sup>271</sup>

Na década seguinte, aprova-se uma proposta de adaptação da Sala dos Reis a vestiário, compreendendo a construção de uma laje de betão armado, com lanternins para

---

<sup>264</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Informação ao Arquitecto Director dos Monumentos Nacionais do Norte, 28 de Outubro de 1933.

<sup>265</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo Administrativo do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Documento de José Alberto Aurélio ao Director dos Monumentos Nacionais de Lisboa, 31 de Março de 1939.

<sup>266</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Proposta de Ajuste Particular de Francisco Torres, 15 de Dezembro de 1941.

<sup>267</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Ordem de serviço n.º 05259, 18 de Dezembro de 1941.

<sup>268</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Ordem de Serviço n.º 7113, 7 de Dezembro de 1944.

<sup>269</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Proposta de Ajuste Particular de Francisco Torres, 7 de Dezembro de 1944.

<sup>270</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Proposta de Ajuste Particular de Francisco Torres, 4 de Dezembro de 1944.

<sup>271</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Proposta de Ajuste Particular, 4 de Setembro de 1945.

iluminação, caixilhos de casquinha, rebocos e pintura, construção dum caixilho numa janela do pátio desta sala, modificação da laje dos sanitários e reparação dos mesmos.<sup>272</sup>

---

<sup>272</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Proposta, 9 de Outubro de 1951. Aprovada a 19 do mesmo mês.

### **3. Análise das intervenções da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais**

Depois de enumeradas as obras realizadas pela Direcção dos Monumentos Nacionais, nos espaços em estudo, é chegado o momento de traçarmos algumas conclusões acerca da sua actuação quer no que se refere às obras propriamente ditas, quer face aos elementos removidos durante as campanhas ou ainda em relação à forma como as mesmas se processaram.

1. Em diversos momentos da nossa pesquisa confrontámo-nos com documentos onde eram feitos pedidos à Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, ainda que em alguns casos, através da pessoa de Vieira Natividade, acerca da possibilidade de cedência de alguns elementos que, como consequência das obras, eram armazenados. Esta situação compreendia altares, quadros, pedras, madeiras, entre outros, sem que se encontrassem provas que nos permitam assegurar da existência de uma análise detalhada sobre os mesmos ou do delinear de critérios que justificassem a sua entrega. Assim, em muitos casos, inúmeros elementos foram cedidos a outras instituições, por não existir espaço no mosteiro para os arrumar ou pela simples razão de não se saber que fim útil lhes dar. Foi o que aconteceu em Janeiro de 1932, quando o Director do Asilo solicitou pedras e madeiras,<sup>273</sup> ou quando, em Novembro desse mesmo ano, o Padre da Marinha Grande requereu a cedência dos quatro altares provenientes das obras de demolição que decorriam nas naves laterais da Igreja e que foi autorizada,<sup>274</sup> embora

---

<sup>273</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo Administrativo do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Informação sobre o decorrer das obras, 23 de Janeiro de 1932.

<sup>274</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Carta do Padre da Marinha Grande, 14 de Novembro de 1932.



em 1933 a situação não estivesse resolvida<sup>275</sup> e acabasse por tomar outro destino como veremos adiante.

Ainda nesse ano, a Câmara Municipal de Alcobaça solicitava algumas colunas e outras peças provenientes das obras de demolição da Igreja e do Mosteiro para que fossem utilizadas na construção do mercado fechado.<sup>276</sup> Não considerando qualquer inconveniente, Baltazar de Castro solicitava, contudo, um estudo sobre a sua aplicação, – do qual não se encontraram registos –, sendo autorizada a entrega em Janeiro de 1934. Alguns meses mais tarde, o Presidente da Comissão de Iniciativa e Turismo de Alcobaça informava o Director dos Edifícios e Monumentos Nacionais do Norte da decisão de criar um museu arqueológico, pelo que se solicitava que tudo o que fosse retirado da igreja do mosteiro, proveniente das obras de restauro, fosse entregue àquela comissão, para que fizesse parte do referido museu.<sup>277</sup> É neste contexto que assistimos à entrega, a título precário, dos altares das naves laterais, de quatro esculturas, colunas e fragmentos diversos, tidos como possuidores de relativo valor artístico, à Comissão de Iniciativa e Turismo de Alcobaça, destinados ao museu regional.<sup>278</sup> Mais tarde, um documento vem denunciar que os onze altares cedidos encontravam-se a monte e em situação de risco<sup>279</sup> bem como o restante material. Se, por um lado, esta situação era da competência da Comissão de Iniciativa e Turismo, sabe-se que o próprio transporte das referidas peças, por parte da DGEMN, não terá sido feito nas devidas condições, agravando-se pelo facto dos técnicos não terem informado sobre os procedimentos a

---

<sup>275</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 24 de Abril de 1933.

<sup>276</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo Administrativo do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Ordem de Serviço n.º 1255, 15 de Março de 1933.

<sup>277</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 20 de Junho de 1933.

<sup>278</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo Administrativo do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 17 de Fevereiro de 1934.

<sup>279</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Ofício n.º 482, 21 de Junho de 1934.

tomar em relação ao espólio em questão.<sup>280</sup> A entrega de mais material foi suspensa até que o problema fosse resolvido.

Em finais da década de 30, é colocada a hipótese da entrega do Grupo Escultórico da Morte de S. Bernardo ao *Museu das Janelas Verdes*, situação que acabou por não se concretizar, já que Baltazar de Castro considerara que deveria manter-se no próprio local, devendo, contudo, ser beneficiado após as obras de rebaixamento do terreno exterior a expropriar.<sup>281</sup>

2. As obras levadas a cabo no Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça assumiram-se como um empreendimento de grande dimensão que implicou custos bastante elevados. Esta situação é atestada pelos constantes pedidos de renovação de verba, chegando, em determinados momentos, a levar à interrupção das obras.<sup>282</sup> Por outro lado, o arrastar das mesmas, sobretudo na Igreja, evidencia a forma quase arrogante e talvez desorganizada com que eram levadas a cabo, sem atender ao culto religioso, – o que suscitou, por diversas vezes, críticas da comunidade. A aprovação de diversas propostas para execução de obras em diferentes partes do conjunto monástico em simultâneo é reflexo de um planeamento, quanto a nós, pouco estruturado e cuja eficácia acabou por contribuir para o prolongar das obras e consequente encarecimento. Como agravante, a ausência de uma política interdisciplinar, com uma equipa formada apenas por arquitectos e engenheiros, e sem a presença de outros técnicos, como arqueólogos, no acompanhamento das áreas alvo de demolição, trouxe perdas incalculáveis.

---

<sup>280</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 4 de Abril de 1935.

<sup>281</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo Administrativo do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Ordem de Serviço n.º 08887, 5 de Dezembro de 1938.

<sup>282</sup> Como aconteceu em Setembro de 1950, por exemplo. Cf. Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, Ofício n.º 1161, 28 de Setembro de 1950.

É de salientar porém que, no conjunto da documentação consultada, assiste-se a uma clara diferença entre os primeiros documentos e aqueles que são emitidos a partir dos finais da década de 40 e princípio da de 50 em diante. A partir desta altura, a documentação apresenta-se mais detalhada e as propostas são normalmente acompanhadas pelas respectivas Memórias Descritivas, Cadernos de Encargos e Relatórios de Obras, obedecendo, a partir daqui, à obrigatoriedade de concurso, situação que nem sempre se verificou durante as campanhas dos anos 30. Esta actuação sublinha um maior rigor com que a Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais passou a levar a cabo as intervenções, reconhecendo-se a necessidade de frequentes registos. Antes disso, a maior parte das obras eram realizadas por administração directa, sendo que, nem sempre se encontraram documentos que aprovassem as diversas propostas apresentadas.

3. Como foi possível observar no capítulo anterior, entre as intervenções realizadas neste conjunto monástico, constam obras de demolição, justificadas, na sua maior parte, pela necessidade de se proceder à reintegração do monumento no seu estilo e pureza primitivos. Esta actuação, filiada na teoria de Viollet Le-Duc, acérrimo defensor do purismo arquitectónico, acabou por criar situações de verdadeiros atentados aos monumentos, na medida em que se destruíam partes de edifícios construídas em épocas posteriores, como se não constituíssem testemunhos de arte, adulterando-se assim a autenticidade histórica do mesmo. Também em Alcobaça pudemos observar situações desta natureza, onde os acrescentos pós-medievais foram considerados elementos a expurgar. Foi o que aconteceu, na igreja, com a eliminação da colunata dupla do séc. XVII; o apeamento do retábulo da capela-mor e das dezasseis figuras que o decoravam

bem como dos altares das naves laterais e do órgão; ou ainda, no Dormitório, com a demolição das paredes divisórias e da escada de acesso ao mesmo.

Como justificação das obras enunciadas, encontrámos por diversas vezes expressões como *reintegrar o edificio* ou *restituir ao mesmo a sua grandeza primitiva*, ou ainda, que os elementos a retirar *brigam com a unidade arquitectónica*<sup>283</sup> que se considerava poder recuperar. O grande objectivo era (r)estabelecer *a harmonia do conjunto* alterada pela *discordância profunda que se nota entre os enxertos existentes e o conjunto geral da capela-mor e deambulatório em restauro*.<sup>284</sup> Perante estas justificações, é possível reconhecer a presença da filosofia do purismo arquitectónico como linha orientadora das intervenções realizadas. Ora o grosso das obras em análise são posteriores à Carta de Atenas, elaborada em 1931 e considerada o primeiro documento normativo internacional sobre restauro de monumentos, cujos princípios importa aqui enunciar.

Resultado da Conferência Internacional sobre a Protecção e a Conservação de Monumentos de Arte e de História (21 a 30 de Outubro de 1931), o documento em questão reúne algumas das principais preocupações em matéria de conservação e restauro.<sup>285</sup> Estruturado em sete capítulos, as conclusões elaboradas pelo documento apontam alguns princípios ainda hoje pertinentes. Em primeiro lugar, aponta-se como princípio geral a tendência observada para o abandono das reconstituições integrais, defendendo-se *uma adequada manutenção, regular e permanente capaz de assegurar a*

---

<sup>283</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras*, Memória Descritiva e Justificativa, 1 de Maio de 1930.

<sup>284</sup> Arquivo da DGEMN, *Processo de Obras*, Proposta de Orçamento, 18 de Março de 1931.

<sup>285</sup> Ainda que a experiência posterior se lhe tenha encontrado limites que levaram à elaboração da Carta de Veneza, em 1964, cujos princípios, ainda hoje actuais, pretenderam encontrar consensos em matéria de salvaguarda do património.

*conservação de edifícios, evitando, assim, os riscos das mencionadas reconstituições.*<sup>286</sup>

Caso o restauro se afigurasse como solução única, *em consequência de degradação ou de destruição, recomenda-se o respeito pela obra histórica ou artística do passado, sem eliminar estilos de nenhuma época.*<sup>287</sup> De modo a garantir a sua *longevidade*, defende-se, ainda no primeiro capítulo, que *os monumentos sejam afectados a usos que respeitem o seu carácter histórico ou artístico.*

O documento aprova o direito público relativamente à propriedade privada, salvaguardando a necessidade de se ter em conta as circunstâncias locais (Cap. II) e reconhece a necessidade de se prestar atenção particular à envolvente dos monumentos (Cap. III)

No caso concreto do restauro, diz-nos o documento, que se aprova o recurso à técnica moderna, sublinhando que *estes meios de reforço devem ser dissimulados, salvo impossibilidade total.* (Cap. IV) Em situação de ruínas, a conservação deve ser *escrupulosa*, permitindo-se a *reposição dos elementos originais encontrados (anastilose) sempre que as circunstâncias o permitam*, garantindo-se que, neste caso, *os novos materiais deverão ser sempre reconhecíveis.* (Cap. VI)

Fruto de reflexões e experiências de vários países, a Conferência recomenda a colaboração interdisciplinar entre arquitectos, conservadores de monumentos e demais especialistas, promovendo-se a divulgação dos trabalhos realizados. (Cap. V) A cooperação internacional é também defendida pela Carta de Atenas, reconhecendo-se-

---

<sup>286</sup> “Carta de Atenas sobre o Restauro de Monumentos” in LOPES, Flávio, CORREIA, Miguel, *Património Arquitectónico e Arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004, pp.43.

<sup>287</sup> *Ibidem.*

Ihe uma via a seguir para *a conservação dos monumentos artísticos e históricos*. (Cap.VII – alínea a) Recomenda-se ainda, como forma de garantir a *conservação dos monumentos e obras artísticas*, que se tomem medidas de sensibilização junto dos mais jovens orientadas para a *protecção dos testemunhos de todas as civilizações*. (Cap. VII – alínea b)

Por fim, aconselha-se a cada Estado a publicação de inventários dos seus monumentos históricos, acompanhados do respectivo levantamento fotográfico e arquitectónico, a elaboração de arquivos documentais e a entrega das suas publicações ao Serviço Internacional de Museus, a quem caberá a divulgação através de *artigos relativos aos processos e aos métodos gerais de conservação de monumentos históricos*. (Cap. VII – alínea c)

Depois desta breve passagem pelos principais pontos da Carta de Atenas, e após enunciadas as obras levadas a cabo pela DGEMN, entre os anos de 1929 e 1960, de imediato nos apercebemos que a orientação seguida pautou-se por critérios diferentes dos recomendados naquele documento.

Se, por um lado, a Carta de Atenas não preconizava o restauro estilístico muito em voga na centúria anterior, por outro lado, a política nacionalista do Estado Novo promovia a exaltação dos valores pátrios com o intuito de recuperar a memória da nação nos períodos áureos da sua história. Razão pela qual, grande parte dos edifícios intervencionados pelo estado português tinham as suas raízes numa Idade Média palco da afirmação da nacionalidade e da consolidação das suas fronteiras. Os monumentos coevos dessa e de outras épocas, em que a nação se destacara no devir da História, como

foi o caso dos Descobrimentos ou da Restauração da Independência, são escolhidos para testemunharem o seu tempo e/ou serem alvo de Comemorações. As intervenções pretendiam uma identificação com o acontecimento ou época representados no monumento. Sem dúvida que a política de restauro servia o programa ideológico-político do Estado Novo, definida de acordo com os critérios da reintegração arquitectónica assente na unidade estilística. A filosofia do purismo arquitectónico enquadrava-se na perfeição na máquina do regime, à custa, é certo, do desvirtuar do monumento nas suas dimensões histórica, estilística e funcional, através das inúmeras mutilações de que o Mosteiro de Alcobaça foi apenas um exemplo.

Poderíamos questionar a actuação da DGEMN numa época em que a teorização internacional sobre a conservação dos monumentos dava os primeiros passos. A publicação da Carta de Atenas, em 1931, pretendeu criar uma linha orientadora no âmbito da conservação e restauro do património, ainda que as suas limitações se tivessem feito sentir, culminando com a publicação de um novo documento, trinta anos depois, a Carta de Veneza (1964). Portugal parecia demasiado arreigado às práticas oitocentistas, muito influenciadas pela escola francesa e pela ideia de repor os monumentos no seu estado original, mostrando-se, pelas actuações que estudámos relativamente ao Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, indiferente às orientações provenientes daquele documento. O já referido respeito pelas épocas construtivas presentes nos edifícios, recomendado pela Carta de Atenas, é um dos primeiros aspectos a considerar. As diversas demolições de que o mosteiro foi alvo são uma prova evidente do desconhecimento que pairava entre nós e da indiferença dos técnicos da DGEMN face a esta matéria. Mais do que seguir as orientações preconizadas pela Carta de Atenas, a DGEMN serviu, através das sucessivas campanhas de restauro, o regime

político vivido no país. À exceção do uso de técnicas modernas, a sua actuação foi marcada pela não aplicação dos princípios fundamentais da Carta de Atenas. Uma política de restauro assente em critérios de reintegração arquitectónica do monumento guiou os técnicos da DGEMN, fazendo eco do programa ideológico-político em vigor.

Estas orientações ficaram bem claras na primeira publicação daquele organismo, onde Henrique Gomes da Silva definiu as linhas orientadoras que pautaram a actuação da DGEMN e a que já fizemos referência em capítulo anterior. Mais tarde, como justificação perante críticas provenientes de olhares mais atentos e lúcidos, os Monumentos Nacionais voltaram a reforçar a sua actuação, negando qualquer tipo de purismo estilístico nas intervenções e elogiando os diversos restauros até aí realizados, como se pode ler no Boletim dedicado à Igreja Matriz da Atalaia:

*O problema não tinha passado despercebido àqueles que, merecendo a confiança do Governo, se tornaram responsáveis pela renovação dos nossos Monumentos e foi posto com toda a clareza, [...], para evitar entusiasmos que conduzissem aos restauros integrais, como então se afirmava e hoje volta a afirmar-se, não hesitando alguns críticos em classificar de «fúria demolidora» tudo quanto se tem feito.*

*Na verdade o assunto é dos que mais se presta à crítica [...].*

*É muito interessante dizer que se deve, simplesmente, conservar os Monumentos, não lhes mexendo, sequer, para evitar o desaparecimento do pitoresco que lhes dão as ervas, os musgos, as silvas e até as figueiras e as oliveiras cujas raízes têm provocado a ruína de muitas paredes. [...]*

*Há quem defenda a tese de que as construções posteriores, anexadas ao Monumento, mostram uma obra do seu tempo, e, por consequência, não devem ser demolidas.*



*Analisando, porém, detalhadamente o que nela há de teórico, concluiremos que não é de aconselhar segui-la em todos os casos.*

*Os nossos Monumentos sofreram a acção destruidora do tempo e dos homens. É certo que em diversas épocas lhes foram feitas várias modificações, donde resultaram os diferentes estilos que se encontram em muitas das nossas Igrejas e Castelos.*

*Há, contudo, a distinguir, entre os trabalhos executados, aqueles que, na verdade, representam obras de real valor e outros que foram feitos, por conveniência, sem atender às boas regras da construção e com a aparência de terem sido orientados por simples curiosos.*

*Quanto aos primeiros, sem dúvida têm sido mantidos em todos os restauros até hoje efectuados. [...]*

*Sendo certo que «desde os meados do século XVIII começaram a aparecer várias fantasias em que apareciam combinações de estilos que eram verdadeiros caprichos de gente poderosa», a verdade é que nenhuma relação têm com o restauro dos Monumentos.[...]»<sup>288</sup>*

E, mais adiante, remata-se:

*Os críticos precisam conhecer os nossos Monumentos e proceder a estudo sôbre cada um deles para se poderem pronunciar sobre a melhor orientação a seguir no seu restauro. Para se fazer êsse estudo, era preciso conhecer o estado em que muitos deles se encontram e que pode resumir-se do seguinte modo:*

---

<sup>288</sup> *Boletim da Direcção de Edifícios e Monumentos Nacionais – A Igreja Matriz da Atalaia, n.º 24, Junho de 1941, pp. II-III.*

*1º - Em estado de completo abandono, sem cobertura, ou com cobertura em mau estado, de paredes direitas ou arruinadas, mas com pormenores intactos classificados, tais como fachada principal, capela-mor, etc.*

*2º - Com anexos ou alterações interiores que não definem qualquer época e encobrem obras intactas de um estilo definido e de valor.*

*3º - Com obras de várias épocas definidas.*<sup>289</sup>

Em seguida, são dados alguns exemplos, dos quais destacamos o que diz respeito ao Mosteiro de Alcobaça. Sobre o assunto, refere o texto:

*Nesta Igreja houve, de facto, hesitação quando se apresentou o problema delicado de saber se devia conservar-se o retábulo que cobria a charola ou antes tirar o retábulo e fazer ressurgir a charola em tôda a sua imponência.*

*Um argumento decisivo fez optar pela segunda solução.*

*A Igreja do Mosteiro de Alcobaça apresentava uma unidade arquitectónica à qual unicamente faltava o seu coroamento – a charola.*

*E não possuindo Portugal outro Monumento de tanta imponência e tamanha unidade de estilo, desapareceu o retábulo e a Igreja ficou completa.*<sup>290</sup>

Este texto surge como resposta a um artigo publicado no *IX Boletim da Academia de Belas-Artes* da autoria de Raul Lino, então chefe da Repartição de Estudos e Obras de Monumentos, cuja identidade não é mencionada no Boletim da DGEMN.<sup>291</sup> Segundo

---

<sup>289</sup> *Boletim da Direcção de Edifícios e Monumentos Nacionais – A Igreja Matriz da Atalaia*, n.º 24, Junho de 1941, p. VI.

<sup>290</sup> *Boletim da Direcção de Edifícios e Monumentos Nacionais – A Igreja Matriz da Atalaia*, n.º 24, Junho de 1941, p. XI.

<sup>291</sup> NETO, Maria João Baptista, *Op. cit.*, p.236.

Maria João Baptista Neto, o texto de 1941 pode ser da autoria do Eng.º Gomes da Silva dada a semelhança entre o mesmo e o discurso publicado no Boletim n.º 1.<sup>292</sup>

O que é certo é que as críticas à atitude da DGEMN surgem de uma forma mais ou menos pontual até à década de 40, sendo que uma oposição consistente às campanhas restauracionistas manifestar-se-á depois dessa altura, mostrando que até aí os ecos da Carta de Atenas pouco ou nada se fizeram sentir.

---

<sup>292</sup> *Ibidem.*

## CONCLUSÃO

As campanhas de restauro empreendidas pela DGEMN obedeceram a critérios de reintegração estilística onde eram permitidas as demolições e reconstruções, bem como a introdução de materiais modernos. No período em análise, quando a publicação da Carta de Atenas preconizava a valorização dos diferentes momentos de construção dos monumentos, a actuação da DGEMN reflectiu o alheamento do estado português nessa matéria, permanecendo na linha de actuação oitocentista e reforçada pelo quadro político vivido em Portugal.

Se, por um lado, as obras de manutenção exigidas para o funcionamento daqueles serviços, e empreendidas pela DGEMN, constituíram actuações no mínimo duvidosas, por outro lado, elas acabaram por funcionar como mecanismos que permitiram que o conjunto sobrevivesse até aos nossos dias. Para o provar basta recordar as inúmeras descrições do estado do monumento nos anos que se seguiram à extinção das ordens religiosas no nosso país e a que já fizemos referência no corpo do trabalho: áreas em verdadeiro abandono e outras em estado de ruína. Incapaz de administrar o património recém-adquirido, o Estado português viu-se inúmeras vezes como autor passivo da crescente degradação e ruína a que o mesmo se viu sujeito.

A delapidação do património pelas populações locais constituiu outro fenómeno ao qual Alcobaça não foi excepção, e que um futuro estudo carece de realização, não como um mecanismo de atribuição de culpas, mas como o aceitar de um fenómeno contextualizado de libertação das comunidades ao domínio histórico das ordens

religiosas. A análise de actuações e acontecimentos do passado feita à luz de conhecimentos actuais deve ter sempre em conta o quadro mental vigente na época, sob pena de se cometerem anacronismos. Assim, só depois de reconhecermos que a ocupação dos edifícios monásticos constituiu, ainda que de uma forma arriscada, um caminho que tornou possível a sobrevivência do monumento, é que poderemos proceder a uma análise das intervenções levadas a cabo, distinguindo as obras ditas de manutenção das de restauro.

Por outro lado, coube à DGEMN o mérito de publicar alguns textos relativos às obras empreendidas, ainda que num discurso patriótico, e registar as intervenções realizadas nos monumentos, permitindo hoje a existência de um espólio documental de valor incalculável e cujo tratamento tem sido alvo de cuidadosa atenção.

O estudo e análise das intervenções da DGEMN sobre os monumentos históricos portugueses poderão trazer contributos de grande riqueza. Num primeiro momento, tais trabalhos permitirão identificar as alterações realizadas no nosso património edificado e alcançar o estado dos monumentos à época das intervenções. Por outro lado, os estudos realizados permitirão igualmente compreender as obras empreendidas, o modo como foram conduzidas e descodificar os critérios que as nortearam. Por fim, serão esses trabalhos que abrirão caminhos para reconhecermos que também estas intervenções constituem uma marca histórica do monumento, independentemente das teorias e práticas hoje tidas como ultrapassadas ou a rejeitar. Da mesma forma que nos posicionamos face ao monumento como testemunho de uma época nas suas múltiplas dimensões (artística, histórica, construtiva, social), importa também assumir idêntica posição para um período em que a preocupação pela conservação do património

começava a assumir contornos práticos e reconhecer nas intervenções realizadas modos de estar e pensar face ao monumento. Assumida esta linha de actuação, poderemos então olhar para, neste caso concreto, o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça e encontrar nele impressas as marcas dos séculos que atravessou.

É fundamental que essas intervenções sejam identificadas, descritas e divulgadas, pois só assim poderá existir uma real aproximação ao percurso histórico do monumento. A nossa proposta vai pois no sentido de, feitos os estudos e tratados os resultados, se incluir a informação nos diferentes espaços do monumento para assim possibilitar um efectivo encontro entre o público e o monumento que chegou até nós.

## BIBLIOGRAFIA

### Fontes

ARQUIVO DA DIRECÇÃO GERAL DE EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS, *Processo Administrativo do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 1929-1960.

ARQUIVO DA DIRECÇÃO GERAL DE EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS, *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 1929-1960.

ARQUIVO DA DIRECÇÃO REGIONAL DE EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS - LISBOA, *Processo Administrativo do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 1929-1960.

ARQUIVO DA DIRECÇÃO REGIONAL DE EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS - LISBOA *Processo de Obras do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, 1929-1960.

*A Voz*, 13 de Agosto de 1930.

*Archivo de Architectura Civil*, nº5, 1ª série, Julho de 1866

BARBOSA, Ignácio de Vilhena, *Monumentos de Portugal – Históricos, Artísticos e Archeológicos*, Lisboa, 1886.

*Boletim da Direcção de Edifícios e Monumentos Nacionais – Igreja de Leça do Bailio*, n.º 1, Porto, Setembro de 1935.

*Boletim da Direcção de Edifícios e Monumentos Nacionais – A Igreja Matriz da Atalaia*, n.º 24, Junho de 1941.

CONSELHO DOS MONUMENTOS NACIONAES, *Decreto Orgânico. Mais Legislação Correlativa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1902.

CONSELHO SUPERIOR DOS MONUMENTOS NACIONAES, *Plano Organico*, 9 de Dezembro de 1898.

CORREIA, Vergílio, *Alcobaça III. Uma Descrição Quinhentista do Mosteiro*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1929.

Decreto n.º 184, de 29 de Outubro de 1919.

Decreto n.º 16 791 de 30 de Abril de 1929.

*Diário de Notícias*, “As Obras de Restauro da Igreja do Mosteiro de Alcobaça”, 10 de Março de 1931.

*Estatutos da Associação dos Architectos Civis Portugueses*, Lisboa, Typographia da Sociedade Typographica Franco-Portuguesa, 1864.

FUSCHINI, Augusto, *A Architectura Religiosa na Idade Média*, Lisboa, Imp. Nacional, 1904.

GARRETT, Almeida, *Viagens na Minha Terra*, Porto Editora, Porto, imp.1983.

- HERCULANO, Alexandre, «Monumentos Pátreos», in *Opúsculos*, 2ª ed., t.II, Lisboa, Bertrand e Suc. Carvalho, 1880.
- KORRODI, Ernesto, *Estudo Histórico-Arqueológico e Artístico da Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça*, col. Monumentos de Portugal, nº 4, Porto, Litografia Nacional, 1929.
- LARCHER, Jorge das Neves, *Monumentos de Portugal. Alcobaça e Batalha*, Lisboa, Papelaria Paleta Douro, 1922.
- Lei n.º 700, 18 de Dezembro de 1924.
- NATIVIDADE, Joaquim Vieira, *Obras Várias*, Alcobaça, Com. Promotora das Cerimónias do I Aniversário do Prof. J. Vieira Natividade, [s.d.].
- IDEM, *O Mosteiro de Alcobaça: notas históricas - a igreja - os túmulos - o Mosteiro*, Porto : Marques Abreu, 1950.
- IDEM, *Os monges agrónomos do Mosteiro de Alcobaça*, Alcobaça : Tip. Alcobacense, 1942
- NATIVIDADE, Manuel Vieira, *O Mosteiro de Alcobaça. Notas Históricas* Coimbra: Imp. Progresso, 1885.
- IDEM, *Mosteiro e Coutos de Alcobaça*; Alcobaça, [s.n.], 1960.
- PEREIRA, Gabriel, *Monumentos Nacionais*, Lisboa, 1900.
- «Regulamento para a comissão dos monumentos nacionaes» in *Monumentos Nacionaes*, Diário do Governo, 28 de Fevereiro de 1894.
- Relatorio e mappas ácerca dos edificios que devem ser classificados monumentos nacionaes, apresentados ao governo pela Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, Lisboa, Lallement Frères, 1881.
- Revista *Panorama*, nº69, 1838.
- SANTOS, Frei Manoel dos, *Alcobaça Illustrada. Primeyra parte*, Coimbra, Off. De Bento Seco Ferreyra, 1710.
- IDEM, *Descrição do Real Mosteiro de Alcobaça*, Alcobaça, Associação para a Defesa e Valorização do Património Cultural de Alcobaça, 1979.
- SÃO BOAVENTURA, Frei Fortunato de, *Historia Chronologica e Critica da Real Abadia de Alcobaça da Congregação Cisterciense em Portugal, para servir de continuação á Alcobaça Illustrada do Chronista mor Fr. Manoel dos Sanctos*, Lisboa, Imprensa Regia, 1827.
- SEQUEIRA, Gustavo de Matos, *Inventário Artístico de Portugal*, vol.5, Lisboa, Academia Nacional de Bellas Artes, 1955.
- VILLA NOVA, Bernardo, *Alcobaça através do Arquivo da sua Câmara Municipal (1836-1902)*, Câmara Municipal de Alcobaça, 1940.
- IDEM, *Épocas e Factos de Alcobaça*, Alcobaça, Tip. Alcobacense, 1954.
- IDEM, *Figuras de Alcobaça e sua Região*, vols. II e III, Alcobaça, 1961.



IDEM, *Mais Subsídios para a História de Alcobaça*, Alcobaça, 1962.

IDEM, *Subsídios para a História de Alcobaça*, Alcobaça, Tip. Alcobacense, 1956.

### Estudos Gerais

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, 4 vols., Porto, Portucalense Editora, 1967.

BRAUNFELS, Wolfgang, *Monasteries of Western Europe – The architecture of the Orders*, London, Thames and Hudson, 1972.

*Caminhos do Património. 1929-1999*, Lisboa, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1999.

CHICÓ, Mário Tavares, *A Arquitectura Gótica em Portugal*, Lisboa, 1968.

*Dar Futuro ao Passado*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Galeria de Pintura do Rei D. Luís, 1993.

DIAS, Pedro, *A Arquitectura Gótica Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

IDEM, *História da Arte em Portugal*, O Gótico, vol. IV, Publicações Alfa, 1986.

FOCILLON, H., *Arte do Ocidente*, Lisboa, Editorial Estampa, 1980.

FRANÇA, José Augusto, *A Arte em Portugal no século XIX*, 2 vols., Lisboa, Bertrand Editora, imp. 1990.

IDEM, *A Arte em Portugal no século XX*, Lisboa, Bertrand Editora, 1991.

IDEM, *O Romantismo em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte, imp.1974.

LACERDA, Aarão de, *História da Arte em Portugal*, Porto, 1942.

MARQUES, A. H. de Oliveira, SERRÃO, Joel, (dir.), *Nova História de Portugal*, vols. V, Lisboa, Editorial Presença, 1990.

MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vols. V e VII, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

IDEM, *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal*, 2 vols., Lisboa, Editorial Estampa, 1991.

IDEM, *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, 2ª ed., [s.l.], Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992.

MEDEIROS, Carlos Alberto, *Introdução à Geografia de Portugal*, Lisboa, Estampa, 1987.

MEDINA, João (dir.), *História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, vols. VIII, Lisboa, Ediclube, 1993.

MOREIRA, Isabel M. Martins, *Museus e Monumentos em Portugal. 1772-1974*, Lisboa, Universidade Aberta, 1989.

*Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado. Inventário*, 3 vols., Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1993.

SANTOS, Reynaldo dos, *Oito Séculos de Arte Portuguesa*, Lisboa, 1970.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *A Historiografia Portuguesa: doutrina e crítica*, vol. II, Lisboa, 1972.

SILVA, Jorge Henriques Pais da, *Páginas de História da Arte*, 2 vols., 2ª ed., Lisboa, Editorial Estampa, 1993.

### **Estudos Específicos**

*Arte Sacra nos Antigos Coutos de Alcobaça*, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 1995.

ASSOCIAÇÃO PARA A DEFESA E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL DA REGIÃO DE ALCOBAÇA (dir. e org.), *Roteiro Cultural da Região de Alcobaça. A Oeste da Serra dos Candeeiros*, Alcobaça, Câmara Municipal de Alcobaça, 2001.

AUBERT, Marcel, “Exist-t-il une architecture cistercienne?”, *Cahiers de Civilisation Médiévale*, 1<sup>re</sup> Année, n° 2, Poitiers, Centre d’Etudes Supérieures de Civilisation Médiévale, Université de Poitiers, Avril-Juin, 1958.

BABELON, J.-P., CHASTEL, A., *La Notion de Patrimoine*, [s.l.], Éditions Liana Levi, 1994.

BANGO, Isidro, *El Monasterio Medieval*, Madrid, Grupo Anaya, 1990.

BARBOSA, Pedro Gomes, *Documentos, Lugares e Homens. Estudos de História Medieval*, Lisboa, Edições Cosmos, 1991.

IDEM, *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1992.

BARREIROS, Alexandrina, MURTA, Elsa, “A conservação e restauro da Capela-Relicário do Mosteiro de Alcobaça” in *Actas Cister. Espaços, Territórios, Paisagens. Colóquio Internacional*, vol.2, Mosteiro de Alcobaça, 16-20 de Junho de 1998, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2000, pp. 635 – 640.

CAPITEL, Antón, *Metamorfosis de monumentos y teorías de la restauración*, Madrid, Alianza Editorial, 1988.

CHOAY, Françoise, *A Alegoria do Património*, Lisboa, Edições 70, 2000.

COCHERIL, Dom Maur, *Alcobaça. Abadia Cisterciense de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981.

IDEM, *Les abbayes cisterciennes portugaises dans la seconde moitié du XXe siècle*, in Separata dos Arquivos do Centro Cultural Português, vol. X, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1976.

IDEM, *Recherches sur l’Ordre de Cîteaux au Portugal*, Amadora, Livraria Bertrand, 1960.

IDEM, *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian – Centre Culturel Portugais, 1986.

CORREIA, Vergílio, *Estudos Monográficos*, vol. V, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1978.

COSTA, Lucília Verdelho da, *Ernesto Korrodi. 1889-1944 Arquitectura, Ensino e Restauro do Património*, Lisboa, Editorial Estampa, 1997.

DIMIER, Anselme, *Les moines bâtisseurs*, Paris, Fayard, 1964.

DOURADO, Odete, “Restauro e Contemporaneidade” in *2º Encore Encontro sobre Conservação e Reabilitação de Edifícios. Comunicações*, vol. 1, Lisboa, LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 27 de Junho a 1 de Julho de 1994.

DUBY, Georges, *São Bernardo e a Arte Cisterciense*, Lisboa, Edições Asa, 1997.

ESPERANÇA, Eduardo Jorge, *Património e Comunicação. Políticas e Práticas Culturais*, Lisboa, Edições Veja, 1997.

FARINA, Federico, VONA, Igino, *L'organizzazione dei Cistercensi nell'epoca feudale*, Roma, Edizioni Casamari, [s.d.].

FIGUEIREDO, Maria Olímpia, “Continuar Cister. Conhecer, Memorizar, Compartilhar os Valores Patrimoniais dos Coutos Cistercienses” in *Espaços ADEPA*, 1, Alcobça, ADEPA, 1996, pp. 40-51.

GOMES, Saúl António, “Revisitação a um velho tema: a fundação do Mosteiro de Alcobça” in *Actas Cister. Espaços, Territórios, Paisagens. Colóquio Internacional*, vol.1, Mosteiro de Alcobça, 16-20 de Junho de 1998, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2000, pp.27-72.

IDEM, *Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal: Seculos XV e XVI*, Lisboa, IPPAR, 1998.

GONÇALVES, Iria, *O Património do Mosteiro de Alcobça dos Séculos XIV e XV*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1989.

GUSMÃO, Artur Nobre de, *A Expansão da Arquitectura Borgonhesa e os Mosteiros de Cister em Portugal*, Lisboa,

IDEM, *A Real Abadia de Alcobça. Estudo Histórico-Arqueológico*, Lisboa, Livros Horizonte, 1992.

HAUPT, Albrecht, *A Arquitectura do Renascimento em Portugal. Do tempo de D. Manuel, o Venturoso, até ao fim do domínio espanhol*, Lisboa, Editorial Presença, 1986.

HENRIQUES, Fernando M. A., “Algumas Reflexões sobre a conservação do património histórico edificado em Portugal” in *2º Encore Encontro sobre Conservação e Reabilitação de Edifícios. Comunicações*, vol. 1, Lisboa, LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 27 de Junho a 1 de Julho de 1994.

“Hidráulica Monástica Medieval e Moderna”, *Simpósio de Hidráulica Monástica no Convento da Arrábida*, Nov. 1993.

- Informar para Proteger. Cartas e Convenções Internacionais*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Direcção Regional de Lisboa, 1996.
- Informar para Proteger. Critérios para Futuras Classificações*, 2ª ed., Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Direcção Regional de Lisboa, 1996.
- Informar para Proteger. Legislação Nacional*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Direcção Regional de Lisboa, 1996.
- JORGE, Virgolino Ferreira, “Measurement and Number in the Cistercian Church of Alcobaça”, *Arte Medievale*, II Serie, Anno VIII, nº 1, tomo secondo, Roma, Istituto della Enciclopedia Italiana, 1994.
- KRÜGER, Mário Júlio Teixeira, SILVA, Cidália Maria Ferreira da, “A Gramática da Forma das Igrejas Cistercienses in *Actas Cister. Espaços, Territórios, Paisagens. Colóquio Internacional*, vol.1, Mosteiro de Alcobaça, 16-20 de Junho de 1998, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2000, pp. 309 – 342.
- IDEM, “A Abadia de Santa Maria de Alcobaça e a evolução morfológica da cidade de Alcobaça” in *Actas Cister. Espaços, Territórios, Paisagens. Colóquio Internacional*, vol.2, Mosteiro de Alcobaça, 16-20 de Junho de 1998, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2000, pp. 553 – 574.
- LAMEIRAS-CAMPAGNOLO, Maria Olímpia, MONTEIRO, João Oliva, BRANCO, António Sanches, CAMPAGNOLO, Henri, “Marcas e Sinais de Cister” in *Actas Cister. Espaços, Territórios, Paisagens. Colóquio Internacional*, vol.2, Mosteiro de Alcobaça, 16-20 de Junho de 1998, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2000, pp. 575 - 594.
- LOPES, Flávio, CORREIA, Miguel, *Património Arquitectónico e Arqueológico. Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004.
- MARQUES, Maria Alegria, *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*, Lisboa, Edições Colibri, 1998.
- MARQUES, Maria Zulmira, *Por Terras dos Antigos Coutos de Alcobaça*, Alcobaça, Tipografia Alcobacense, 1994.
- MOHEN, Jean-Pierre, *Les Sciences du Patrimoine. Identifier, conserver, restaurer*, Paris, Éditions Odile Jacob, 1999.
- MOREIRA, Júlio Santos, “Reintegração paisagística do património de Cister” in *Actas Cister. Espaços, Territórios, Paisagens. Colóquio Internacional*, vol.2, Mosteiro de Alcobaça, 16-20 de Junho de 1998, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2000, pp. 595 - 604.
- NASCIMENTO, Aires A., *Cister: os Documentos Primitivos*, Lisboa, Edições Colibri, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999.
- NETO, Maria João Baptista, “A arquitectura de Santa Maria de Alcobaça e a discussão em torno das origens do gótico nos finais do século XVIII. Uma descrição inédita do mosteiro de 1760” in *Actas Cister. Espaços, Territórios, Paisagens. Colóquio Internacional*, vol.1, Mosteiro de Alcobaça, 16-20 de Junho de 1998, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2000, pp. 271-282.
- IDEM, *Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*, 1ª ed., Porto, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2001.

IDEM, *James Murphy e o Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XIX*, Lisboa, Editorial Estampa, 1991.

NEVES, Manuela, *Alcobaça. Rossio. 1820-1936*, Alcobaça, Carpe Diem Edições, 2001.

NUNES, Ana, “Intervenção Arqueológica na Ala Norte do Mosteiro de Alcobaça. Contributos para o conhecimento da funcionalidade do espaço antes do século XVI” in *Actas Cister. Espaços, Territórios, Paisagens. Colóquio Internacional*, vol.1, Mosteiro de Alcobaça, 16-20 de Junho de 1998, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2000, pp. 517-526.

PAGARÁ, Ana Fátima, “O Mosteiro de São João de Tarouca: um importante legado cisterciense a preservar” in *Actas Cister. Espaços, Territórios, Paisagens. Colóquio Internacional*, vol.2, Mosteiro de Alcobaça, 16-20 de Junho de 1998, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2000, pp. 641 - 652.

PEREZ, José Carlos Valle, “La arquitectura cisterciense: sus fundamentos”, *Cistercium*, 151, 1978, pp. 275-289.

PINA E SOUSA, Cristina Maria André de, GOMES, Saul António, *Intimidade e Encanto. O Mosteiro Cisterciense de Stª. Maria de Cós (Alcobaça)*, Leiria, Edições Magno, 1998.

PINHEIRO, Magda, *Mouzinho de Albuquerque. Um Intelectual na Revolução*, Lisboa, Quetzal Editores, 1992.

RIEGL, Alois, *Le culte moderne des monuments. Son essence et sa genèse*, Paris, Éditions du Seuil, 1984.

ROSA, Luís Silva, « A região de Cister no contexto geopolítico da história de Portugal” in *Actas Cister. Espaços, Territórios, Paisagens. Colóquio Internacional*, vol.1, Mosteiro de Alcobaça, 16-20 de Junho de 1998, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2000, pp. 167-172.

ROSAS, Lúcia, *Monumentos Pátrios. A Arquitectura Religiosa Medieval – Património e Restauro (1835-1928)*, dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras do Porto, 1996.

SILVA, António Martins da, “A Extinção das Ordens Religiosas, a Dispersão do Património Artístico e o Destino dos Colégios Universitários de Coimbra”, *Sep. das Actas do Colóquio: A Universidade e a Arte: 1290-1990*, Coimbra, Instituto de História de Arte da Universidade de Coimbra, 1993.

SILVA, Carlos da, ALARCÃO, Alberto, CARDOSO, António Poppe Lopes, *A Região a Oeste das Serra dos Candeeiros. Estudo Económico-agrícola dos concelhos de Alcobaça, Nazaré, Caldas da Rainha, Óbidos e Peniche*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro de Estudos de Economia Agrária, 1961.

SOBRAL, Luís de Moura, “A Capela do Desterro de Alcobaça: estilo, narração e simbolismo” in *Actas Cister. Espaços, Territórios, Paisagens. Colóquio Internacional*, vol.2, Mosteiro de Alcobaça, 16-20 de Junho de 1998, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 2000, pp. 407-424.

TOMÉ, Miguel, *Património e Restauro em Portugal (1920-1995)*, 1ª ed., Porto, 2002.

TRINDADE FERREIRA, Maria Augusta, *As Colunas de ferro da Cozinha do Mosteiro de Alcobaça: hipóteses para a solução de um enigma ainda por desvendar*, [s.l.], ACD Editores, 2004.

VAUCHEZ, André, *A Espiritualidade da Idade Média Ocidental. Séc. VIII-XIII*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995.

VIEIRA DA SILVA, José Custódio, *O Fascínio do Fim*, Lisboa, Livros Horizonte, 1997.

IDEM, *O Panteão Régio do Mosteiro de Alcobaça*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, 2003.

VILLA NOVA, Bernardo, *Mais Subsídios para a História de Alcobaça*, Alcobaça, [s.n.], 1962.